

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	19
DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO	29
INVESTIMENTOS	29
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	31
BALANÇOS PATRIMONIAIS	48
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	50
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	51
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	53
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	55
1. CONTEXTO OPERACIONAL	55
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	57
3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	62
4. SEGMENTOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS	64
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	67
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	67
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	68
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	69
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	70
10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	71
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	72
12. INVESTIMENTOS	73
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	85
14. ARRENDAMENTOS	94
15. FORNECEDORES	96
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	96
17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	96
18. ENCARGOS SETORIAIS	102
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	102
20. PROVISÕES PARA LITÍGIOS	109
21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	114
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	115
23. RECEITAS	119
24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	120
25. CUSTOS GERENCIÁVEIS	120
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	122
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	123
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	126
29. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	139
30. SEGUROS	139
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	140
32. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA	140
33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI	142
34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	142
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	156
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	160
TERMO DE RESPONSABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	166

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos avanços importantes em 2022, um ano que ficará lembrado pelo êxito na implementação da nossa estratégia.

Quando da revisão do planejamento estratégico da Cemig, controladora da Cemig GT, deixamos bastante transparentes os principais objetivos, que são de “focar e vencer”, priorizando os investimentos em Minas Gerais e buscar de forma contínua avanços na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Começando pelos resultados financeiros, encerramos 2022 com um expressivo lucro líquido societário de R\$2,1 bilhões e um Lajida societário de R\$3 bilhões, resultados sólidos, que demonstram a capacidade da Cemig GT de gerar caixa e resultados em seus negócios.

No que se refere a nossa gestão da dívida, divulgamos a nossa ação estratégica de redução em etapas da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018. Já havíamos recomprado US\$500 milhões dos bonds em 2021 e recomparamos mais US\$244 milhões em 2022, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$756 milhões, ou seja, próximo a metade do valor original, com reflexos positivos em nosso perfil de endividamento e na percepção de risco do mercado e agências de rating em relação à Companhia.

Destaca-se ainda nossa baixa alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Lajida societário ajustado, de 0,99 vez ao final do ano, o que permite à Companhia viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e manter a sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas no negócio de transmissão, também apresentando Lajida societário superior à referência regulatória. Em 2023, continuaremos a investir em novas medidas de eficiência operacional, destacando-se aquelas de redução das obrigações pós-emprego, que têm impactos relevantes em nossos resultados e posição financeira.

Merecem destaque os resultados obtidos em nosso negócio de comercialização de energia. Somos a maior comercializadora de energia do Brasil no atendimento a clientes finais, com um histórico de resultados significativos, refletindo a nossa adequada análise dos cenários e gestão do nosso portfólio de contratos de energia. Em 2022, a Cemig gerou R\$900 milhões de Lajida societário na atividade de comercialização, com uma participação de R\$212 milhões da Cemig GT, um resultado para ser comemorado, destaque no ambiente de comercialização de energia do País.

Em nosso negócio de transmissão, fomos vencedores da disputa pelo lote 1 (localizado em Minas Gerais e Espírito Santo) do leilão promovido pela Aneel em dezembro de 2022, com uma receita anual de R\$17 milhões. Esse resultado é emblemático, pois representa o retorno com protagonismo da Cemig GT aos leilões de transmissão, dentro da nossa estratégia de investir em nossos negócios principais, dentro de Minas Gerais, com o controle dos ativos.

No que se refere ao nosso negócio de geração de energia, iniciaremos em 2023 o processo de renovação das concessões de geração de energia das usinas de Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação), Nova Ponte e Sá Carvalho, que representam aproximadamente metade do nosso parque gerador, além da continuidade dos investimentos em fontes renováveis.

Desinvestir em ativos não estratégicos ou onde não temos o controle das operações faz parte da nossa estratégia, com destaque para a conclusão da alienação da Renova em 2022. Em março de 2023, concluímos a alienação da totalidade da nossa participação societária na usina de Santo Antônio. Todos esses desinvestimentos permitem à Administração focar nos seus negócios principais, que agregam valor aos seus acionistas. A expectativa é que em 2023 consigamos evoluir na alienação de nossas participações minoritárias ou de controle compartilhado.

Consideramos que o nosso capital humano tem papel fundamental dentro da execução de nossa estratégia. Nesse contexto, o resultado da pesquisa de clima realizado pela Cemig em 2022, com participação relevante dos empregados da Cemig GT, apresentou um aumento expressivo de 11 pontos em relação à pesquisa anterior, atingindo 75% de favorabilidade, o que nos traz muita satisfação, pois mostra o crescente engajamento e comprometimento dos colaboradores com o sucesso e futuro da Companhia.

A sustentabilidade de nossas operações está em nosso DNA. Somos uma empresa com 100% de sua geração de energia de fontes renováveis, sendo a Cemig, nossa controladora, a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 23 anos. No início de 2023, a Cemig recebeu mais um reconhecimento que ratifica essa condição de empresa sustentável; a Cemig é a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa, com uma honrosa 37ª posição na classificação geral.

Concluindo, podemos reafirmar que obtivemos êxito na implementação de nossa estratégia; investimentos planejados em Minas Gerais, desinvestimos em ativos não estratégicos, alcançamos resultados financeiros sólidos, com disciplina na gestão de custos, e reduzimos nossa exposição cambial. Tudo isso com maior engajamento dos nossos colaboradores e práticas corporativas sustentáveis.

Esses resultados nos trazem mais otimismo e entusiasmo para continuarmos na execução da nossa estratégia, em nosso objetivo de focar para vencer e busca contínua de tornar a Cemig GT mais eficiente, lucrativa e admirada pelos seus clientes, pronta para enfrentar os próximos desafios.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig GT no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e seu potencial eólico, mapeado pela Cemig por meio do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 7 eólicas e 1 solar e 73 linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.517 MW (informações não auditadas pelos auditores independente).

Transmissão

A Cemig GT opera e mantém 39 subestações e 5.017 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém como acessante, em outras 10 subestações, que são de responsabilidade de outros agentes de transmissão.

Em 2022, a Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 17 subestações e 439 km de linhas de transmissão.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Companhia nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Código de Conduta Cemig”.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com maior concentração na Região Sudeste.

Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



Parque gerador – características físicas

Usina	Potência total (MW)	Garantia física total	Participação Cemig	Potência Cemig GT (MW)	Garantia física Cemig GT	Tipo de usina	Início de operação comercial	Vencimento da outorga	Vencimento da outorga + extensão
Emborcação	1.192,00	474,80	100,00%	1192,00	474,80	UHE	1982	23/07/2025	26/05/2027
Nova Ponte	510,00	256,60	100,00%	510,00	256,60	UHE	1994	23/07/2025	12/08/2027
Irapé	399,00	197,90	100,00%	399,00	197,90	UHE	2006	28/02/2035	19/09/2037
Queimado	105,00	64,60	82,50%	86,63	53,30	UHE	2004	02/01/2033	12/07/2034
Volta do Rio	42,00	18,41	100,00%	42,00	18,41	EOL	2010	26/12/2031	26/12/2031
Praias de Parajuru	28,80	8,39	100,00%	28,80	8,39	EOL	2009	24/09/2032	24/09/2032
Rio de Pedras	9,28	2,15	100,00%	9,28	2,15	PCH	1928	19/09/2024	09/12/2025
Poço Fundo	30,00	16,81	100,00%	30,00	16,81	PCH	1949	29/05/2045	27/05/2052
São Bernardo	6,82	3,42	100,00%	6,82	3,42	PCH	1948	19/08/2025	27/06/2027
Paraúna	4,28	1,90	100,00%	4,28	1,90	PCH	1927	Inexistente	Inexistente
Salto Morais	2,39	0,60	100,00%	2,39	0,60	CGH	1957	Indeterminado	Indeterminado
Sumidouro	2,12	0,53	100,00%	2,12	0,53	CGH	1956	Indeterminado	Indeterminado
Anil	2,08	1,10	100,00%	2,08	1,10	CGH	1964	Indeterminado	Indeterminado
Xicão	1,81	0,61	100,00%	1,81	0,61	CGH	1941	Indeterminado	Indeterminado
Luiz Dias	1,62	0,61	100,00%	1,62	0,61	CGH	1914	Indeterminado	Indeterminado
Central Mineirão	1,42	0,18	100,00%	1,42	0,18	UFV	2015	Indeterminado	Indeterminado
Santa Marta	1,00	0,58	100,00%	1,00	0,58	CGH	1944	Indeterminado	Indeterminado
Pissarrão	0,80	0,55	100,00%	0,80	0,55	CGH	2001	Indeterminado	Indeterminado
Jacutinga	0,72	0,57	100,00%	0,72	0,57	CGH	1948	Indeterminado	Indeterminado
Santa Luzia	0,70	0,00	100,00%	0,70	0,00	CGH	2001	Indeterminado	Indeterminado
Lages	0,68	0,00	100,00%	0,68	0,00	CGH	2005	Indeterminado	Indeterminado
Três Marias	396,00	227,10	100,00%	396,00	68,13	UHE	1962	04/01/2046	03/01/2053
Salto Grande	102,00	73,80	100,00%	102,00	22,14	UHE	1956	04/01/2046	03/01/2053
Itutinga	52,00	26,60	100,00%	52,00	7,98	UHE	1955	04/01/2046	03/01/2053
Camargos	46,00	21,60	100,00%	46,00	6,48	UHE	1960	04/01/2046	03/01/2053
Gafanhoto	14,00	6,68	100,00%	14,00	2,00	UHE	1946	04/01/2046	03/01/2053
Martins	7,70	1,84	100,00%	7,70	0,55	UHE	1947	04/01/2046	03/01/2053
Cajuru	7,20	2,69	100,00%	7,20	0,81	UHE	1959	04/01/2046	03/01/2053
Peti	9,40	6,18	100,00%	9,40	1,85	UHE	1946	04/01/2046	03/01/2053
Tronqueiras	8,50	3,39	100,00%	8,50	1,02	UHE	1955	04/01/2046	07/12/2046
Ervália	6,97	3,19	100,00%	6,97	0,96	UHE	1999	03/07/2046	20/04/2047
Neblina	6,47	4,66	100,00%	6,47	1,40	UHE	1948	03/07/2046	20/04/2047
Dona Rita	2,41	1,03	100,00%	2,41	0,31	UHE	1959	03/07/2046	19/07/2050
Sinceridade	1,42	0,35	100,00%	1,42	0,11	UHE	1963	03/07/2046	12/03/2047
Piau	18,01	13,53	100,00%	18,01	4,06	UHE	1955	04/01/2046	03/01/2053
Joasal	8,40	5,20	100,00%	8,40	1,56	UHE	1950	04/01/2046	03/01/2053
Cel. Domiciano	5,04	3,26	100,00%	5,04	0,98	UHE	1994	03/07/2046	12/04/2047
Paciência	4,08	2,36	100,00%	4,08	0,71	UHE	1930	04/01/2046	03/01/2053
Marmelos	4,00	2,74	100,00%	4,00	0,82	UHE	1915	04/01/2046	03/01/2053
Sá Carvalho	78,00	54,40	100,00%	78,00	54,40	UHE	1951	01/12/2024	28/08/2026
Rosal	55,00	27,70	100,00%	55,00	27,70	UHE	1999	08/05/2032	13/12/2035
Salto Voltão	8,20	7,36	100,00%	8,20	7,36	PCH	2001	04/10/2030	29/06/2033
Salto do Passo Velho	1,80	1,64	100,00%	1,80	1,64	PCH	2001	04/10/2030	06/03/2031
Machado Mineiro	1,72	1,14	100,00%	1,72	1,14	PCH	1992	08/07/2025	21/05/2027
Pai Joaquim	23,00	13,91	100,00%	23,00	13,91	PCH	2004	01/04/2032	12/09/2032
Baguari	140,00	81,90	34,00%	47,60	27,85	UHE	2009	15/08/2041	20/03/2046
Pipoca	20,00	11,90	49,00%	9,80	5,83	PCH	2010	10/09/2031	07/12/2034
Retiro Baixo	83,66	34,80	49,90%	41,74	17,37	UHE	2010	25/08/2041	26/03/2047
Cachoeirão	27,00	16,37	49,00%	13,23	8,02	PCH	2008	25/07/2030	04/09/2033
Dores de Guanhães	14,00	7,14	49,00%	6,86	3,50	PCH	2018	22/11/2032	10/01/2033
Senhora do Porto	12,00	6,51	49,00%	5,88	3,19	PCH	2018	08/10/2032	19/12/2032
Fortuna II	9,00	4,66	49,00%	4,41	2,28	PCH	2019	27/12/2031	15/01/2032
Jacaré	9,00	4,99	49,00%	4,41	2,45	PCH	2019	29/10/2032	04/11/2032
Aimorés	330,00	172,90	45,00%	148,50	77,81	UHE	2005	20/12/2035	15/11/2039
Amador Aguiar I (Capim Branco I)	240,00	146,70	39,31%	94,35	57,67	UHE	2006	29/08/2036	25/11/2042
Amador Aguiar II (Capim Branco II)	210,00	125,20	39,31%	82,56	49,22	UHE	2007	29/08/2036	29/08/2036
Igarapava	210,00	127,50	23,69%	49,75	30,21	UHE	1999	30/12/2028	09/09/2031
Funil	180,00	80,40	45,00%	81,00	36,18	UHE	2002	20/12/2035	03/05/2040
Porto Estrela	112,00	58,80	30,00%	33,60	17,64	UHE	2001	10/07/2032	11/06/2035
Santo Inácio III	29,40	13,60	45,00%	13,23	6,12	EOL	2017	13/06/2046	13/06/2046
Garrote	23,10	10,50	45,00%	10,40	4,73	EOL	2017	13/06/2046	13/06/2046
Santo Inácio IV	23,10	10,70	45,00%	10,40	4,82	EOL	2017	13/06/2046	13/06/2046
Candonga	140,00	62,10	22,50%	31,50	13,97	UHE	2004	25/05/2035	13/07/2040
São Raimundo	23,10	11,20	45,00%	10,40	5,04	EOL	2017	13/06/2046	13/06/2046
Gravier	71,40	-	45,00%	32,13	0,00	EOL	2022	24/08/2055	24/08/2055
Belo Monte	11.233,1	4.571,00	11,69%	1313,00	534,29	UHE	2016	26/08/2045	11/07/2046
Santo Antônio	3.568,30	2.313,30	7,53%	268,69	174,19	UHE	2012	12/06/2046	14/09/2047
Paracambi	25,00	19,53	49,00%	12,25	9,57	PCH	2012	16/02/2031	05/01/2034

A evolução dos projetos (de melhoria e construção) está detalhada a seguir:

Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina	Evolução física em 31/12/2021	Investimento realizado até 31/12/2021	Evolução física em 31/12/2022	Investimento realizado até 31/12/2022
Cemig GT	-	133.769	-	153.912
Anil	100%	1.120	100%	1.399
Emborcação	39%	8.944	78%	10.190
Igarapé	100%	1.541	100%	1.541
Irapé	93%	13.493	100%	19.787
Jacutinga	68%	455	91%	708
Lages	84%	39	84%	39
Luis Dias	86%	194	86%	294
Machado Mineiro	-	79	100%	197
Nova Ponte	14%	1.653	43%	3.838
Paraúna	74%	226	74%	226
Pisarrão	73%	22	73%	22
Poço Fundo	48%	59	48%	289
Poço Fundo (1)	63%	61.918	63%	61.918
Queimado	96%	7.723	96%	9.804
Rio de Pedras	95%	22.554	95%	24.727
Salto Morais	88%	382	99%	446
Santa Luzia	73%	30	73%	30
Santa Marta	45%	26	45%	26
São Bernardo	55%	725	89%	1.084
Sumidouro	73%	145	73%	145
Três Marias GD (implantação UFV 2,5 MW)	100%	11.280	100%	12.557
Xicão	83%	806	83%	806
Outros	-	355	69%	3.838
SPE proporcional	-	188.661	-	303.482
Baguari Energia	97%	26.605	97%	38.574
Cajuru	100%	760	100%	13.803
Camargos	75%	2.118	75%	2.269
Coronel Domiciano	100%	864	100%	8.051
Dona Rita	69%	790	86%	934
Eólica Parajuru	51%	17.429	90%	18.349
Eólica Volta do Rio	90%	31.075	100%	39.006
Ervália	100%	274	100%	449
Gafanhoto	65%	2.476	100%	5.016
Itutinga	23%	4.016	100%	4.830
Joasal	71%	1.119	93%	2.642
Marmelos	100%	5.300	100%	6.198
Martins	99%	1.828	99%	3.378
Neblina	52%	2.939	52%	4.197
Paciência	100%	572	100%	11.572
Pai Joaquim	56%	2.307	56%	5.541
Peti	99%	2.135	99%	2.313
Piau	97%	803	97%	3.416
Poço Fundo (1)	80%	48.368	83%	85.161
Rosal	71%	3.977	94%	7.869
Sá Carvalho	41%	3.278	68%	4.251
Salto do Passo Velho	100%	504	100%	572
Saldo do Voltão	15%	370	100%	3.911
Salto Grande	99%	17.491	100%	18.148
Sinceridade	100%	603	100%	776
Três Marias	70%	9.917	70%	11.363
Tronqueiras	94%	743	98%	896
Total	-	322.430	-	457.394

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina (Sociedade de propósito específico)	Evolução física em 31/12/2021	Investimento realizado até 31/12/2021 (R\$ MM)	Evolução física em 31/12/2022	Investimento realizado até 31/12/2022 (R\$ MM)
Santo Antônio (Madeira Energia S.A.)	100%	1.936,6	100%	1.933
Belo Monte (Norte Energia S.A.)	100%	1.321,1	100%	1.321,7
Lightger (PCH Paracambi)	100%	56,49	100%	52,02
PCH Dores de Guanhães	100%	52,42	100%	109,67
PCH Senhora do Porto	100%	42,40	100%	85,31
PCH Jacaré	100%	77,00	100%	107,58
PCH Fortuna II	100%	55,42	100%	93,88
Total	-	3.541,43	-	3.703,16

Projetos de transmissão – características físicas

Subestação	Tensão (KV)	Extensão (KM)	Capacidade transformação (MVA)	Previsão operação comercial	Vencimento da outorga
SE Neves 1 - Substituição do Trafo T3, T4 e T5 por dois bancos com reserva (6+1R) x 250 MVA	500	-	1.500	04/10/2020	31/12/2042
SE Neves 1 - Instalação de 2 transformadores 138-13,8 kV 100 MVA, adequação do 13K e 14K	138	-	200	08/02/2021	31/12/2042
SE Neves 1 - Substituição do Reator S12 e melhorias associadas	500	-	180	26/02/2019	31/12/2042
SE Barbacena 2 - Substituição do T1 e T2 por um novo banco de autotransformadores monofásicos, 345/138 -13,8 kV (3+1R) x 100 MVA	345	-	300	11/12/2019	31/12/2042
SE Pimenta - Instalação de dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x100MVA e seções associadas	345	-	300	30/05/2023	31/12/2042
SE São Gonçalo do Pará - Instalação de um banco de reatores monofásicos de barra 500 kV, com unidade reserva	500	-	180	26/05/2019	31/12/2042
SE Barbacena 2 - Instalação de dois bancos de capacitores 13,8 kV - 3,6 Mvar	13,8	-	7	04/06/2019	31/12/2042
SE São Gotardo 2 - Instalação de banco de reatores de barra 500 kV - 180 Mvar e duas seções de 500kV	500	-	180	02/02/2020	31/12/2042
SE Jaguará 500kV - Instalação de um autotransformador trifásico 500/345-13,8 kV, 400 MVA	500	-	400	06/11/2019	31/12/2042
SE Emborcação - Substituição trafo 138 kV, 15 MVA	138	-	15	15/09/2019	31/12/2042
SE Juiz de Fora 1 - Substituição dos transformadores T3, T4 e T5 por 2 bancos monofásicos 345/138-13,8kV (6+1R)x125MVA	345	-	650	20/12/2022	01/01/2042
SE Juiz de Fora 1 - Instalação de banco de capacitores 138kV 50MVAR	138	-	50	20/09/2022	01/01/2042
SE Barreiro 1 - Substituição dos Trafos T1, T2, T3 e T4 por dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x125MVA e seções associadas	345	-	750	01/05/2024	01/01/2042

Projetos de transmissão – evolução física e investimentos

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2021	Investimento realizado até 31/12/2021	Evolução física em 31/12/2022	Investimento realizado até 31/12/2022
Integral				
Substituição do Trafo T5 por 3x250MVA e serviços associados da SE Neves 1	100%	22.673	100%	22.673
Substituição do Trafo T3 pela unidade reserva (1x250MVA) e serviços associados da SE Neves 1	100%	7.560	100%	7.560
Substituição Trafo T4 por 3x250MVA e serviços associados da SE Neves 1	100%	26.261	100%	26.261
Instalação de 3 seções de 500kV para conexão dos trafos T1 e T2 no arranjo disjuntor e meio da SE Neves 1	100%	7.109	100%	7.109
Instalação de 2 transformadores 138-13,8 kV 100 MVA, adequação do 13K e 14K da SE Neves 1	100%	9.548	100%	9.548
Instalação de 1 nova seção de 138kV – LT2 Cinco-Neves 1 138kV da SE Neves 1	100%	1.304	100%	1.304
Substituição do Reator S12 e melhorias associadas da SE Neves 1	100%	7.868	100%	7.868
Alteração do arranjo do barramento 230 kV BPT para BD4 - substituição do diferencial de barras e instalação/adequação de RDPs da SE Ipatinga 1	100%	2.922	100%	2.922
Substituição do T1 e T2 por um novo banco de autotransformadores monofásicos, 345/138 -13,8 kV (3+1R) x 100 MVA da SE Barbacena 2	100%	17.652	100%	17.652
Instalação de novo banco de transformador 345/138-13,8 kV (3+1R) x100 MVA e seções associadas da SE Pimenta	70%	18.028	100%	26.713
Substituição do transformador T2 150MVA por novo banco de autotransformadores 3 x 100MVA e desativação do T1 da SE Pimenta	55%	11.357	65%	10.713
Instalação de 1 seção de 138kV para CSN da SE Pimenta	86%	2.325	100%	2.430
Instalação de um banco de reatores monofásicos de barra 500 kV, com unidade reserva, arranjo de manobra e a instalação 2 vãos de 500kV da SE São Gonçalo do Pará	100%	22.840	100%	22.840
Instalação de 1 vão de 500kV para adequação da conexão do transformador T3 da SE São Gonçalo do Pará	100%	4.586	100%	4.586
Instalação de dois bancos de capacitores 13,8 kV - 3,6 Mvar da SE Barbacena 2	100%	3.298	100%	3.298
Substituição de disjuntores de 500kV da SE São Simão	100%	24.906	100%	24.906
Instalação de banco de reatores de barra 500 kV - 180 Mvar e duas seções de 500kV da SE São Gotardo 2 (e demais obras P2 de SG2)	100%	25.922	100%	25.922
Instalação de uma nova seção 345 kV (vão 6P) e adequações relacionadas da SE Jaguará	20%	21.771	100%	2.693
Instalação de um autotransformador trifásico 500/345-13,8 kV, 400 MVA da SE Jaguará 500kV	100%	7.696	100%	7.696
Aquisição e instalação de reator 500kV reserva da SE Jaguará 500kV	100%	1.408	100%	1.408
SE Barreiro 1 - Substituição dos Trafos T1, T2, T3 e T4 por dois novos bancos de transformador 345/138-13,8 kV (6+1R) x125MVA e seções associadas	24%	4.718	50%	92.480
Secionamento da LT 230 kV Porto Estrela - Ipatinga 1 na SE Mesquita	35%	639	70%	1.255
Adequação das proteções e das conexões dos transformadores na SE Mesquita	20%	6.841	40%	12.867
SE Ouro Preto 2 – Individualizar vãos dos TR3 e TR4 e adequação da proteção em 500, 345 e 138 kV.	40%	2.241	70%	5.262
SE GOVERNADOR VALADARES 2 - SUBSTITUIÇÃO DE 5 TRANSFORMADORES E ADEQUAÇÕES, SE IPATINGA 1 - TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE TRAFOS RESERVA 230/13,8 KV - 33,2 MVA e SE ITABIRA 2 - TRANSPORTE DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR RESERVA 230/13,8 KV - 33,2 MVA	40%	15.400	75%	28.463
instalação do segundo transformador 138/13,8kV - 15MVA	-	-	5%	38
instalação de banco de reatores de barra 500 Kv	-	-	5%	23
instalação do 1º reator de barra 500kV - (3+1) x 60Mvar.	-	-	5%	13
Melhoria na SE Ipatinga 1 - Substituição do transformador TR4	-	-	95%	11.065
I.2.1 Instalação de uma unidade monofásica de reator reserva na SE Emborcação, 500 kV - 33,33 Mvar	-	-	5%	183
I.1.2 Instalar o circuito LT 230 kV ITABIRA 5 /SABARA 3 C-1 MG originado do secionamento do circuito LT 230 kV ITABIRA 2 /SABARA 3 C-1 MG na SE ITABIRA 5	-	-	5%	38
1.1 Instalação segundo transformador 138-13,8 kV - 15 MVA na SE Várzea da Palma 1. Conexão do segundo transformador 13,8 kV na SE Várzea da Palma 1. Adequações para conexão em 138 kV do segundo transformador	-	-	5%	166
138/13,8 kV. Será compartilhada a conexão com o primeiro transformador 138/13,8 kV existente, conforme indicação do ONS e EPE. Complementação do módulo de infraestrutura geral devido a instalação do módulo de conexão em 13,8 kV do segundo transformador 138/13,8 kV - 15 MVA na SE Várzea da Palma 1.	-	-	5%	166
SE Neves 1 500 KV - Desmontagem e desativação dos reatores 13,8 kV, 4x50 Mvar, conectados nos terciários dos transformadores 500/345/13,8 kV da SE Neves 1.	-	-	5%	47
Instalação do 1º banco de reatores de barra 500kV, (3+1)x60Mvar.	-	-	5%	47
SE Jaguará - 1 AT 500/345 kV trifásico de 400 MVA - unidade reserva e adequações.	100%	7.647	100%	7.647
SE Taquaril - Bancos de capacitores em derivação 138 kV, 2x50 Mvar, e conexões e adequações.	80%	4.688	100%	6.624
SE Conselheiro Lafaiete 1 - Instalação de 2 conexões de transformador de 345 kV para individualização da manobra dos transformadores 345/138 kV T3 e T4 e substituição das proteções do barramento de 345 kV na Subestação Conselheiro Lafaiete 1	40%	4.823	75%	9.539
SE Conselheiro Lafaiete 1 - instalação de um autotransformador reserva 345/138 kV - 150 MVA	50%	501	90%	771
SE Juiz de Fora 1 - Substituição dos autotransformadores trifásicos 345/138-13,8 kV - 3 x 150 MVA por bancos monofásicos (6+1R) x 125 MVA, instalação de banco de capacitores 138 kV - 50 Mvar, instalação de uma conexão de transformador de 138 kV para o Transformador 138/23 kV (T1) e substituição das proteções diferenciais do barramento de 138 kV na Subestação Juiz de Fora 1.	20%	-	70%	60.163

Projetos de transmissão (R\$ Mil)	Evolução física em 31/12/2021	Investimento realizado até 31/12/2021	Evolução física em 31/12/2022	Investimento realizado até 31/12/2022
Melhoria na SE Taquaril: Substituição do Transformador T4 345/138 kV, Substituição do T3 345-138-13,8 kV 3x75MVA, Substituição da fase reserva TRR 345/138 kV TAQUARIL TRR1 MG e Substituição do Transformador T1 345/230 kV	-	-	1%	8
Total	-	294.532	-	472.754

Garantia física realizada e esperada

Usina	2021 Realizado	2022 Realizado	2023	2024	2025	2026	2027
Emborcação	499,70	474,80	474,80	474,80	265,37	0,00	0,00
Nova Ponte	270,10	256,60	256,60	256,60	143,41	0,00	0,00
Irapé	207,90	197,90	197,90	197,90	197,90	197,90	197,90
Queimado	56,02	53,30	53,30	53,30	53,30	53,30	53,30
Volta do Rio	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41	18,41
Praias de Parajuru	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39	8,39
Rio de Pedras	2,15	2,15	2,15	1,54	0,00	0,00	0,00
Poço Fundo	5,79	16,81	16,81	16,81	16,81	16,81	16,81
São Bernardo	3,42	3,42	3,42	3,42	2,16	0,00	0,00
Paraúna	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90	1,90
Salto Morais	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
Sumidouro	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53
Anil	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
Xicão	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
Luiz Dias	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
Central Mineirão	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18
Santa Marta	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58
Pissarrão	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55
Jacutinga	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57
Três Marias	71,70	68,13	68,13	68,13	68,13	68,13	68,13
Salto Grande	22,50	22,14	22,14	22,14	22,14	22,14	22,14
Itutinga	8,40	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98
Camargos	6,30	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48
Gafanhoto	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Martins	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55
Cajuru	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81	0,81
Peti	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85	1,85
Tronqueiras	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
Ervália	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96
Neblina	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40
Dona Rita	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31	0,31
Sinceridade	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Piau	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06	4,06
Joasal	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56	1,56
Cel. Domiciano	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98
Paciência	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71
Marmelos	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82
Sá Carvalho	56,10	54,40	54,40	49,94	0,00	0,00	0,00
Rosal	29,10	27,70	27,70	27,70	27,70	27,70	27,70
Salto Voltão	7,36	7,36	7,36	7,36	7,36	7,36	7,36
Salto do Passo Velho	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64
Machado Mineiro	1,14	1,14	1,14	1,14	0,59	0,00	0,00
Pai Joaquim	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91	13,91
Baguari	28,80	27,85	27,85	27,85	27,85	27,85	27,85
Pipoca	5,83	5,83	5,83	5,83	5,83	5,83	5,83
Retiro Baixo	18,26	17,37	17,37	17,37	17,37	17,37	17,37
Cachoeirão	8,02	8,02	8,02	8,02	8,02	8,02	8,02
Dores de Guanhães	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Senhora do Porto	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19	3,19
Fortuna II	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28
Jacaré	2,45	2,45	2,45	2,45	2,45	2,45	2,45
Aimorés	81,86	77,81	77,81	77,81	77,81	77,81	77,81
Amador Aguiar I (Capim Branco I)	60,70	57,67	57,67	57,67	57,67	57,67	57,67
Amador Aguiar II (Capim Branco II)	51,77	49,22	49,22	49,22	49,22	49,22	49,22
Igarapava	31,79	30,21	30,21	30,21	30,21	30,21	30,21
Funil	38,07	36,18	36,18	36,18	36,18	36,18	36,18
Porto Estrela	18,54	17,64	17,64	17,64	17,64	17,64	17,64
Santo Inácio III	6,12	6,12	6,12	6,12	6,12	6,12	6,12
Garrote	4,73	4,73	4,73	4,73	4,73	4,73	4,73
Santo Inácio IV	4,82	4,82	4,82	4,82	4,82	4,82	4,82
Candongá	0,00	13,97	13,97	13,97	13,97	13,97	13,97
São Raimundo	5,04	5,04	5,04	5,04	5,04	5,04	5,04
Belo Monte	534,29	534,29	534,29	534,29	534,29	534,29	534,29
Santo Antônio	375,99	174,19	174,19	174,19	174,19	174,19	174,19
Paracambi	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/Jan/2022	Preço no ACR em 01/Jan/2022	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
ANIL	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
CAJURU (CEMIG)	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 5.662 mil	(1)
CAMARGOS	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 29.606 mil	(1)
CORONEL DOMICIANO	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 7.085 mil	(1)
DONA RITA	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 2.410 mil	(1)
ERVALIA	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 7.209 mil	(1)
GAFANHOTO	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 11.263 mil	(1)
IGARAPE	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
IRAPE	97,8% ACR até 31/12/2038	R\$ 296,54 por MWh	Várias datas/ IPCA
ITUTINGA	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 39.802 mil	(1)
JACUTINGA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
JOASAL	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 9.135 mil	(1)
MARMELOS	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 4.691 mil	(1)
MARTINS	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 4.842 mil	(1)
MINEIRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
NEBLINA	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 8.425 mil	(1)
NOVA PONTE	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PACIENCIA	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 5.022 mil	(1)
PANDEIROS	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PARAUNA	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PETI	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 9.986 mil	(1)
PIAU	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 18.734 mil	(1)
PIÇARRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
POCO FUNDO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
POQUIM	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
QUEIMADO - CEMIG	98,2% ACR até 31/12/2038	R\$ 296,54 por MWh	Várias datas/ IPCA
RIO DE PEDRAS	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO DE MORAES	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO GRANDE (CEMIG)	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 80.664 mil	(1)
SANTA MARTA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SAO BERNARDO(CEMIG)	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SINCERIDADE	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 1.471 mil	(1)
SUMIDOURO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
TEODOMIRO C SAMPAIO	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
TRES MARIAS	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 253.156 mil	(1)
TRONQUEIRAS	Contas Garantia Física	RAG de R\$ 6.717 mil	(1)
XICÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

- (1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2022, atualização dos custos de transmissão em julho de 2022. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade transformação (MVA)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Acesita - Ipatinga 1	duplo	230	16,036	250	22/09/1976	01/01/2043
Água Vermelha - São Simão	simples	500	96,294	2026	13/11/1978	01/01/2043
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	simples	230	11,599	340	14/11/2007	01/01/2043
Baguari - Governador Valadares 2	simples	230	25,519	330	21/08/2009	01/01/2043
Baguari - Mesquita	duplo	230	67,511	186	21/08/2009	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	duplo	230	34,61	303	13/12/2005	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - Taquaril	duplo	230	46,035	250	26/12/2005	01/01/2043
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	duplo	230	15,14	250	03/11/2013	01/01/2043
Barbacena 2 - Lafaiete	simples	345	62,48	770	14/05/1981	01/01/2043
Barbacena 2 - Pimenta	simples	345	231,04	862	26/04/1976	01/01/2043
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	simples	345	44,9	1123	05/02/2013	01/01/2043
Barreiro - Neves 1	duplo	345	31,65	837	17/08/1979	01/01/2043
Barreiro - Taquaril	simples	345	17,6	597	25/06/1971	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	simples	500	228,168	2442	19/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	simples	500	228,409	2442	03/05/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	simples	500	127,521	2442	19/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	simples	500	127,657	2442	03/05/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - São Gonçalves do Pará	simples	500	59,056	2442	05/04/2004	01/01/2043
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	simples	500	91,306	2442	03/05/2004	01/01/2043
Braúnas - Itabira 2	duplo	230	73,4	303	12/06/2022	01/01/2043
Braúnas - Porto Estrela	duplo	230	12,2	303	12/06/2022	01/01/2043
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	simples	500	3,017	2533	01/04/2002	01/01/2043
Emborcação - Itumbiara	simples	500	134,561	2442	07/06/1982	01/01/2043
Emborcação - Nova Ponte	simples	500	86,838	2442	03/11/1994	01/01/2043
Emborcação - São Gotardo	simples	500	248,44	2442	25/06/1989	01/01/2043
Governador Valadares 2 - Governador Valadares 6	simples	230	5,12	842	21/04/2021	01/01/2043
Governador Valadares 6 - Mesquita	duplo	230	95,312	280	21/04/2021	01/01/2043
Guilman Amorim - Ipatinga 1	simples	230	50	380	22/09/1997	01/01/2043
Guilman Amorim - Nova Era 2	simples	230	17,82	303	22/09/1997	01/01/2043
Ipatinga - Porto Estrela	simples	230	43,84	303	29/08/2001	01/01/2043
Ipatinga - Usiminas	duplo	230	5,4	478	18/04/1984	01/01/2043
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	duplo	230	3,4	303	01/07/1981	01/01/2043
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	duplo	230	3,4	478	29/03/1984	01/01/2043
Itabira 2 - João Monlevade 4	simples	230	29,1	303	20/02/2022	01/01/2043
Itabira 2 - Nova Era 2	duplo	230	23,22	303	18/06/1991	01/01/2043
Itabira 2 - Sabará 3	duplo	230	70,77	303	05/08/2007	01/01/2043
Itabira 4 - Itabira 5	duplo	230	5,58	354	23/05/2022	01/01/2043
Itabira 4 - Taquaril	duplo	230	81,519	303	14/07/2013	01/01/2043
Itabira 5 - Itabira 2	duplo	230	17,57	354	26/05/2022	01/01/2043
Itabira 5 - Mesquita	simples	500	86,39	2686	11/04/2022	01/01/2043
Itabira 5 - Vespasiano 2	simples	500	62,75	2686	11/04/2022	01/01/2043
Itabirito 2 - Jeceaba	duplo	345	57,5	700	10/04/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	duplo	345	4,6	700	10/04/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	simples	500	5,23	2442	30/07/2014	01/01/2043
Itabirito 2 - São Gonçalves do Pará	simples	500	120,63	2442	30/07/2014	01/01/2043
Itajubá 3 - Poços de Caldas	simples	500	3,49	2533	01/04/2002	01/01/2043
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	simples	345	23,971	556	23/04/1974	01/01/2043
Jaguara - Nova Ponte	simples	500	105,585	2442	01/09/1994	01/01/2043
Jaguara - Pimenta (LT1)	simples	345	181,86	552	20/11/1971	01/01/2043
Jaguara - Pimenta (LT2)	simples	345	182,05	552	06/03/1975	01/01/2043
Jaguara - São Simão	simples	500	342,711	2026	24/06/1978	01/01/2043
Jaguara - Volta Grande	simples	345	89,31	866	25/04/1974	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	simples	345	0,701	550	01/07/1977	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	simples	345	0,461	550	01/07/1977	01/01/2043
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT3)	simples	345	1,027	550	01/07/1977	01/01/2043
Jeceaba - Lafaiete	duplo	345	27,571	770	03/08/2010	01/01/2043
João Monlevade 4 - João Monlevade 2	simples	230	4,49	303	20/02/2022	01/01/2043
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	simples	345	33,03	1123	05/02/2013	01/01/2043
Mesquita - Usiminas	duplo	230	8,6	349	18/04/1984	01/01/2043
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	duplo	345	149,46	400	23/09/1984	01/01/2043
Neves 1 - Sete Lagoas 4	duplo	345	49	968	02/06/2014	01/01/2043
Neves 1 - Taquaril	simples	345	43,43	1090	01/04/1979	01/01/2043
Neves 1 - Vespasiano 2	simples	500	23,925	2026	31/03/2003	01/01/2043
Nova Era 2 - Silicon	simples	230	13,3	303	18/06/1991	01/01/2043
Nova Lima 6 - Ouro Preto 2	duplo	345	26,081	866	04/05/2016	01/01/2043
Nova Lima 6 - Taquaril	duplo	345	31,498	866	04/05/2016	01/01/2043
Pimenta - Taquaril	simples	345	215,051	892	20/11/1971	01/01/2043
Pirapora 2 - Várzea da Palma	duplo	345	35,14	800	01/07/2010	01/01/2043
Sabará 3 - Taquaril	duplo	230	14,68	320	05/08/2007	01/01/2043
São Gotardo 2 - Três Marias	duplo	345	166,05	1123	18/11/1990	01/01/2043
Sete Lagoas 4 - Três Marias	duplo	345	177	968	04/06/2014	01/01/2043
Três Marias - Várzea da Palma	simples	345	96,31	1123	23/09/1984	01/01/2043

Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/22 a jun/23)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
Acesita - Ipatinga 1	100%	452.474	452.474	NA	Junho	IPCA
Água Vermelha - São Simão	100%	6.027.512	6.027.512	NA	Junho	IPCA
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	100%	172.275	172.275	NA	Junho	IPCA
Baguari - Governador Valadares 2	100%	746.747	746.747	NA	Junho	IPCA
Baguari - Mesquita	100%	1.758.120	1.758.120	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	100%	887.561	887.561	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - Taquaril	100%	551.915	551.915	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	100%	645.229	645.229	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Lafaiete	100%	2.705.730	2.705.730	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Pimenta	100%	10.005.312	10.005.312	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	100%	4.171.398	4.171.398	NA	Junho	IPCA
Barreiro - Neves 1	100%	643.790	643.790	NA	Junho	IPCA
Barreiro - Taquaril	100%	391.123	391.123	NA	Junho	IPCA
Betim 6 - Neves 1	100%	390.245	390.245	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	100%	14.282.869	14.282.869	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	100%	14.297.892	14.297.892	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	100%	7.982.432	7.982.432	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	100%	7.991.195	7.991.195	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	100%	8.386.880	8.386.880	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	100%	12.966.576	12.966.576	NA	Junho	IPCA
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	100%	634.625	634.625	2017	Junho	IGPM
Emborcação - Itumbiara	100%	19.108.340	19.108.340	NA	Junho	IPCA
Emborcação - Nova Ponte	100%	5.435.966	5.435.966	NA	Junho	IPCA
Emborcação - São Gotardo	100%	35.279.993	35.279.993	NA	Junho	IPCA
Governador Valadares 2 - Governador Valadares 6	100%	658.275	658.275	NA	Junho	IPCA
Governador Valadares 6 - Mesquita	100%	5.459.458	5.459.458	NA	Junho	IPCA
Guilman Amorim - Ipatinga 1	100%	649.114	649.114	NA	Junho	IPCA
Guilman Amorim - Nova Era 2	100%	273.482	273.482	2017	Junho	IGP-M
Ipatinga - Porto Estrela	100%	524.483	524.483	NA	Junho	IPCA
Ipatinga - Usiminas	100%	80.496	80.496	NA	Junho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	100%	89.467	89.467	NA	Junho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	100%	202.960	202.960	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Itabira 4	100%	207.912	207.912	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - João Monlevade 4	100%	334.335	334.335	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Nova Era 2	100%	305.573	305.573	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Porto Estrela	100%	1.009.246	1.009.246	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Sabará 3	100%	846.662	846.662	NA	Junho	IPCA
Itabira 4 - Taquaril	100%	1.164.400	1.164.400	NA	Junho	IPCA
Itabira 5 - Itabira 2	100%	881.494	881.494	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Jeceaba	100%	2.754.153	2.754.153	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	100%	242.738	242.738	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	100%	1.511.617	1.511.617	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	100%	15.761.067	15.761.067	NA	Junho	IPCA
Itajubá 3 - Poços de Caldas	100%	733.391	733.391	2017	Junho	IGPM
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	100%	532.682	532.682	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Nova Ponte	100%	6.609.043	6.609.043	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Pimenta (LT1)	100%	3.674.048	3.674.048	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Pimenta (LT2)	100%	3.677.887	3.677.887	NA	Junho	IPCA
Jaguara - São Simão	100%	21.459.632	21.459.632	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Volta Grande	100%	5.123.937	5.123.937	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	100%	39.408	39.408	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	100%	25.897	25.897	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguará 500 kV (LT3)	100%	52.356	52.356	NA	Junho	IPCA
Jeceaba - Lafaiete	100%	1.653.815	1.653.815	NA	Junho	IPCA
João Monlevade 4 - João Monlevade 2	100%	19.667	19.667	NA	Junho	IPCA
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	100%	3.228.283	3.228.283	NA	Junho	IPCA
Mesquita - Usiminas	100%	623.394	623.394	NA	Junho	IPCA
Mesquita - Vespasiano 2	100%	9.299.483	9.299.483	NA	Junho	IPCA
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	100%	14.683.125	14.683.125	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Sete Lagoas 4	100%	1.975.933	1.975.933	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Taquaril	100%	1.880.760	1.880.760	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Vespasiano 2	100%	3.738.026	3.738.026	2017	Junho	IGP-M
Nova Era 2 - Silicon	100%	928.495	928.495	NA	Junho	IPCA
Nova Lima 6 - Ouro Preto 2	100%	2.502.312	2.502.312	NA	Junho	IPCA
Nova Lima 6 - Taquaril	100%	2.917.191	2.917.191	NA	Junho	IPCA
Pimenta - Taquaril	100%	6.274.044	6.274.044	NA	Junho	IPCA
Pirapora 2 - Várzea da Palma	100%	3.421.740	3.421.740	NA	Junho	IPCA
Sabará 3 - Taquaril	100%	210.750	210.750	NA	Junho	IPCA
São Gotardo 2 - Três Marias	100%	16.308.034	16.308.034	NA	Junho	IPCA
Sete Lagoas 4 - Três Marias	100%	3.930.304	3.930.304	NA	Junho	IPCA
Três Marias - Várzea da Palma	100%	9.461.607	9.461.607	NA	Junho	IPCA
Total	-	313.858.373,84	313.858.373,84	-	-	-

A RAP homologada do ciclo 2022/2023 das Linhas de Transmissão da Cemig GT, concessões 006/1997, 079/2000 e 004/2005, é de R\$338.388 (incremento 34% em relação a 2021-22). Este aumento foi provocado pelo reperfilamento do Componente Financeiro da RAP do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) que se refere a concessão 006/1997. A parcela do Componente Financeiro passou de R\$ 60.625 para R\$99.551 no ciclo 2022-2023 das linhas de transmissão do contrato 006/1997.

Em janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na PRT120/2016, concluindo que esta devia ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852/2021, que alterou a ReH nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições o recálculo do saldo devedor do Componente Financeiro da RAP da PRT 120/2016, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Contudo, em razão da pressão tarifária resultante dos efeitos da pandemia de Covid-19 e diante do alto risco de inadimplemento no setor elétrico, a Aneel optou por uma alternativa de “Reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considera o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor, taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável, e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

Os quadros a seguir apresentam a evolução da RAP de 2022 a 2027:

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Acesita - Ipatinga 1	396.033	600.896	766.030	795.705	822.859	851.566
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	165.085	175.419	182.545	189.617	196.087	202.928
Barbacena 2 - Lafaiete	2.368.224	3.593.276	4.580.755	4.758.203	4.920.581	5.092.244
Barbacena 2 - Pimenta	8.757.275	13.287.301	16.938.821	17.594.994	18.195.440	18.830.220
Barreiro - Neves 1	616.872	655.538	682.168	708.594	732.775	758.339
Barreiro - Taquaril	374.798	398.260	414.439	430.493	445.184	460.715
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	593.124	650.094	669.567	695.505	719.240	744.332
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	12.501.260	18.968.002	24.180.651	25.117.356	25.974.510	26.880.677
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	12.514.410	18.987.953	24.206.086	25.143.776	26.001.832	26.908.952
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	6.986.723	10.600.866	13.514.120	14.037.627	14.516.674	15.023.114
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	6.994.394	10.612.504	13.528.956	14.053.038	14.532.612	15.039.608
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	11.852.177	13.042.837	13.411.682	13.931.221	14.406.638	14.909.239
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	7.666.078	8.436.206	8.674.778	9.010.820	9.318.322	9.643.409
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	776.849	1.178.702	1.502.625	1.560.833	1.614.098	1.670.409
Emborcação - Nova Ponte	4.757.897	7.219.097	9.202.997	9.559.501	9.885.728	10.230.609
Emborcação - São Gotardo	32.247.890	35.487.487	36.491.057	37.904.639	39.198.172	40.565.669
Emborcação - Itumbiara	17.466.093	19.220.722	19.764.275	20.529.900	21.230.502	21.971.166
Guilman Amorim - Ipatinga 1	621.602	660.960	687.810	714.454	738.836	764.611
Guilman Amorim - Nova Era 2	261.648	278.473	289.785	301.011	311.283	322.143
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	78.307	118.814	151.466	157.333	162.702	168.378
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	185.517	204.154	209.927	218.060	225.501	233.368
Ipatinga - Porto Estrela	502.592	534.054	555.749	577.277	596.977	617.804
Ipatinga - Usiminas	77.255	81.964	85.294	88.598	91.622	94.818
Itabira 2 - Nova Era 2	292.819	311.150	323.790	336.332	347.810	359.944
Itabira 2 - Porto Estrela	967.122	1.027.664	1.069.411	1.110.837	1.148.746	1.188.822
Jaguará 345 kV - Jaguará 500 kV (LT1)	34.492	52.335	66.717	69.302	71.667	74.167
Jaguará 345 kV - Jaguará 500 kV (LT2)	22.666	34.391	43.843	45.541	47.095	48.738
Jaguará 345 kV - Jaguará 500 kV (LT3)	45.826	69.531	88.638	92.072	95.214	98.536
Jaguará - Nova Ponte	5.784.648	8.776.972	11.188.996	11.622.433	12.019.059	12.438.366
Jaguará - São Simão	18.783.307	28.496.800	36.326.452	37.733.658	39.021.356	40.382.685
Jaguará - Pimenta (LT1)	3.520.699	3.741.094	3.893.069	4.043.878	4.181.879	4.327.771
Jaguará - Pimenta (LT2)	3.524.377	3.745.002	3.897.136	4.048.103	4.186.248	4.332.293
Jaguará - L. C. Barreto (Estreito)	510.449	542.403	564.437	586.302	606.310	627.463
Jaguará - Volta Grande	4.874.340	5.217.440	5.429.389	5.639.712	5.832.173	6.035.638
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	13.421.199	14.769.482	15.187.156	15.775.473	16.313.826	16.882.963
Mesquita - Usiminas	569.139	627.060	644.793	669.771	692.628	716.791
Mesquita - Vespasiano 2	8.139.489	12.349.942	15.743.865	16.353.747	16.911.834	17.501.834
Nova Era 2 - Silicon	847.686	933.955	960.367	997.570	1.031.613	1.067.602
Neves 1 - Taquaril	1.646.158	2.497.695	3.184.094	3.307.438	3.420.308	3.539.631
Neves 1 - Vespasiano 2	3.416.765	3.760.011	3.866.342	4.016.116	4.153.170	4.298.060
Pimenta - Taquaril	5.991.622	6.388.536	6.648.059	6.905.590	7.141.249	7.390.385
Pirapora 2 - Várzea da Palma	3.127.662	3.441.864	3.539.199	3.676.299	3.801.757	3.934.388
São Gotardo 2 - Três Marias	14.906.457	16.403.947	16.867.843	17.521.266	18.119.196	18.751.317
Água Vermelha - São Simão	5.275.656	8.004.685	10.204.474	10.599.773	10.961.501	11.343.912
Três Marias - Várzea da Palma	8.648.439	9.517.254	9.786.398	10.165.501	10.512.408	10.879.152
Baguari - Governador Valadares 2	655.539	983.381	1.247.223	1.295.538	1.339.749	1.386.489
Baguari - Mesquita	1.540.756	2.326.509	2.959.460	3.074.103	3.179.010	3.289.915
Itabira 2 - Sabará 3	811.323	862.112	897.134	931.887	963.688	997.308
Sabará 3 - Taquaril	201.954	214.596	223.314	231.964	239.880	248.249
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	3.814.405	4.196.491	4.315.735	4.482.917	4.635.901	4.797.632
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	2.952.345	3.247.829	3.340.245	3.469.639	3.588.044	3.713.219
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	1.384.765	1.521.640	1.565.822	1.626.478	1.681.983	1.740.662
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	14.409.722	15.854.956	16.304.538	16.936.139	17.514.101	18.125.112
Jeceaba - Lafaiete	1.472.119	2.090.832	2.584.225	2.684.333	2.775.938	2.872.782
Itabirito 2 - Jeceaba	2.440.255	3.530.448	4.402.793	4.573.347	4.729.417	4.894.411
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	217.360	301.350	367.989	382.244	395.289	409.079
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	593.124	650.094	669.567	695.505	719.240	744.332
Barão de Cocais 3 - Taquaril	528.879	561.987	584.816	607.471	628.201	650.117
Neves 1 - Sete Lagoas 4	1.881.814	2.011.991	2.093.724	2.174.831	2.249.049	2.327.511
Sete Lagoas 4 - Três Marias	3.763.358	4.002.026	4.164.601	4.325.928	4.473.555	4.629.623
Itabira 2 - Itabira 4	199.201	211.707	220.307	228.841	236.650	244.906
Itabira 4 - Taquaril	1.115.766	1.185.648	1.233.813	1.281.608	1.325.344	1.371.581
Betim 6 - Neves 1	369.758	397.366	413.508	429.527	444.185	459.681
Itabira 5 - Itabira 2 (C-1)	835.218	897.580	934.042	970.225	1.003.335	1.038.338
Itabira 2 - João Monlevade 4	167.168	340.436	354.266	367.989	380.547	393.823
João Monlevade 4 - João Monlevade 2	9.833	20.026	20.839	21.646	22.385	23.166
Governador Valadares 2 /Governador Valadares 6	411.038	667.842	692.516	719.342	743.890	769.842
Governador Valadares 6 /Mesquita	4.839.380	5.496.073	5.656.080	5.875.184	6.075.680	6.287.641
Ipatinga 1 - Mesquita	-	197.844	404.512	420.182	434.521	449.680
Mesquita - Porto Estrela	-	111.285	227.533	236.348	244.413	252.940
Ouro Preto 2 - Nova Lima 6	2.289.743	2.517.949	2.590.091	2.690.426	2.782.239	2.879.303

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Nova Lima 6 - Taquaril	2.668.966	2.935.269	3.019.212	3.136.170	3.243.195	3.356.339
Itabira 5 - Itabira 2 (C-3)	-	-	114.762	233.326	241.288	249.706
Itabira 5 - Sabará 3	-	-	114.762	233.326	241.288	249.706
Itajubá 3 - Poços de Caldas	647.000	746.774	777.110	807.214	834.761	863.883
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	559.868	646.205	672.456	698.506	722.343	747.543
Total	283.893.775	354.431.036	403.383.049	419.237.452	433.544.332	448.669.294

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Após 5 anos com um cenário hidrológico dentre os piores da história, a ENA (Energia Natural Afluente) média de 2022 ficou em 98% da média histórica, uma rápida recuperação frente ao pior valor histórico verificado em 2021 (71% da MLT – Média de Longo Termo). Com a melhora da hidrologia e as medidas para preservação do armazenamento o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram o desligamento das térmicas despachadas por fora da ordem de mérito ainda no período úmido (até abril). Ao final desse período o armazenamento do SIN chegou a 75% do nível máximo, cerca de 33% acima do valor observado no mesmo período de 2021. No segundo semestre de 2022 a hidrologia permaneceu com valores elevados, o que levou o sistema a fechar o ano com um armazenamento de 58%, em comparação a 38% em 2021.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2022 foi de R\$58,99/MWh, comparado a R\$279,61/MWh em 2021, representando uma redução de 78,9%. O PLD permaneceu no seu valor piso (R\$55,70/MWh) em 7 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de agosto, R\$76,90/MWh, devido a uma previsão pessimista de ENA, que não se realizou. A melhora hidrológica de 2022 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2021, sendo 0,86 em 2022 em comparação a 0,77 em 2021.

Transmissão de energia elétrica

A receita dos ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (“RAPs”) para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando há Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2022-2023, ocorrido em 1º de julho de 2022, foi de 21% composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

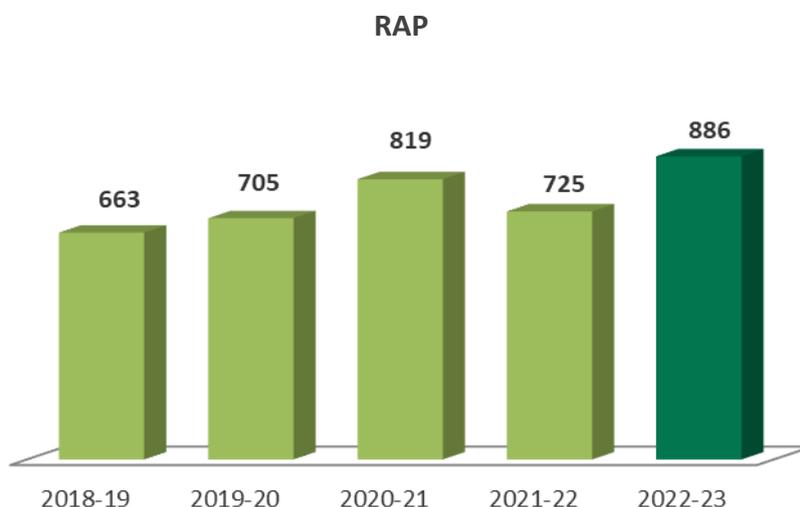
A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) foi reajustada em 10,7% no ciclo 2022-2023 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

RAP homologada

A Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022, representando um reajuste de 20,33%. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$ milhões	RAP ciclo 2022-2023 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
		723,5	870,6	20,33%

No total, a receita das transmissoras para o ciclo 2022-23 considerando o contrato da Cemig GT e Itajubá ficou em R\$886 milhões, representando um reposicionamento de 22,19% em comparação ao ciclo anterior.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhões de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2022, lucro líquido regulatório de R\$2.171 milhões em comparação ao lucro líquido regulatório de R\$643 milhões no exercício de 2021, um aumento de 237,64%.

Em 2022, destacam-se os seguintes fatores:

- reconhecimento das receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado negativo de R\$66 milhões (líquido de tributos) em 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R\$589 milhões (líquido de tributos) em 2021.
- Reconhecimento de ganho no montante de R\$488 milhões, representando o ajuste do valor a ser recebido pela Companhia referente à indenização dos ativos ainda não amortizados de diversas usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período. Mais informações na nota explicativa nº 13.

Em 2021, destacam-se os seguintes fatores:

- reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$805 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 13);
- reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões, como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer* (mais detalhes na nota explicativa nº 28).
- Em contraponto, como resultado das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a Santo Antônio Energia é parte, a Companhia reconheceu, no exercício de 2021, uma perda com investimentos no montante total de R\$528 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 12).

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 34,38% em 2022 em comparação a 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 31,23% em 2021 para 42,27% nos exercícios analisados.

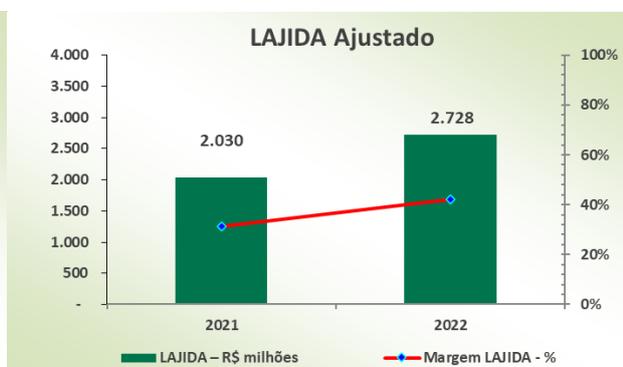
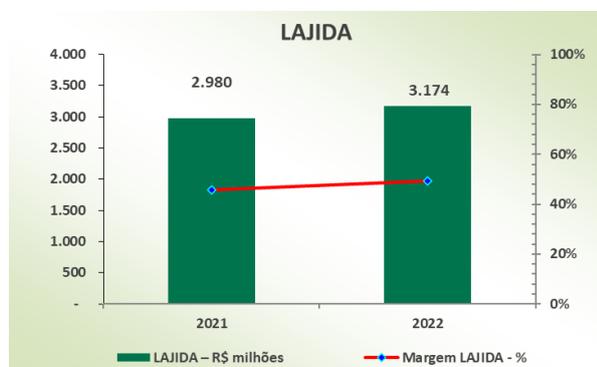
O Lajida, calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, aumentou 6,51% em 2022, em comparação a 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 45,85% em 2021 para 49,18% em 2022.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida - R\$ milhões	2022	2021	Varição%
Lucro líquido do exercício	2.171	643	237,64
+/- Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	75	(161)	(146,58)
+ Resultado financeiro líquido	541	2.172	-
+ Depreciação e amortização	387	326	18,71
= Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	3.174	2.980	6,51
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 13)	-	(806)	-
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, investidas (*)	-	(308)	-
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda (nota 28)	(60)	-	-
+ Ajuste referente à desvalorização em investimentos (nota 12)	-	204	-
+/- Baixa de ativo e impairment	-	51	-
- Baixa do saldo da obrigação pós-emprego do seguro de vida (nota 18)	-	(91)	-
- Reversão de provisão para perda - MESA (nota 13)	(162)	-	-
- Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(67)	-	-
+ Perda por redução ao valor recuperável	7	-	-
+ Provisões tributárias - Indenização do anuênio	32	-	-
- Opção de venda - SAAG	(35)	-	-
- Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	(161)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.728	2.030	34,38

(*) As controladas em conjunto NESA, Aliança Geração e a coligada Madeira reconheceram, em 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

- Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	R\$ Milhões	
	2022	2021
Fornecimento faturado	4.884	4.589
Fornecimento - não faturado	43	47
Suprimento faturado (*)	1.770	2.240
Suprimento - não faturado	-8	(123)
Fornecimento bruto	6.689	6.753
Energia elétrica de curto prazo	168	278
Subtotal	6.857	7.031
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	1.330	1.187
Total	8.187	8.218

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou uma redução de R\$64 milhões, sendo de R\$6.689 milhões em 2022 na comparação com R\$6.753 milhões em 2021. Essa variação decorreu basicamente da redução de 4,17% no volume de energia vendida, sendo parcialmente compensado pelo aumento no preço médio de venda por MWh, de R\$252,08 em 2021 para R\$260,55 em 2022.

	MWh		R\$ milhões		Preço médio – R\$/MWh (1)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Industrial	13.462.896	13.581.506	3.831	3.681	284,56	271,03
Comercial	4.122.122	4.158.849	1.048	899	254,24	216,17
Rural	15.959	30.986	5	9	313,30	290,45
Fornecimento não faturado líquido			43	47	-	-
	17.600.977	17.771.341	4.927	4.636	-	-
Suprimento a outras concessionárias (2)	8.072.008	9.018.040	1.770	2.240	219,28	248,39
Suprimento não faturado líquido			(8)	(123)	-	-
	25.672.985	26.789.381	6.689	6.753	260,55	252,08

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP. Essa receita foi de R\$1.331 milhões em 2022 comparada a R\$1.187 milhões em 2021, representando um aumento de 12,06%.

Receita de transações com energia na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$168 milhões em 2022, comparada a R\$278 milhões em 2021, representando uma redução de 39,77%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.733 milhões em 2022 comparados a R\$1.719 milhões em 2021. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis foram de R\$4.311 milhões em 2022 em comparação a R\$4.494 milhões em 2021. As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.135 milhões em 2022, comparado a R\$4.338 milhões em 2021, representando uma redução de 5%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de R\$100 milhões nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.499 milhões em 2022, em comparação a R\$4.599 milhões em 2021, associado, principalmente à redução do preço médio de compra da carteira, influenciado pelo término de contratos mais caros e início de contratos mais baratos; e
- redução de 68,59% no custo com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$55 milhões em 2022, em comparação a R\$176 milhões em 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2022, quando comparada às posições de 2021. Adicionalmente, foi observada uma redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Custos gerenciáveis e outras receitas

Os custos gerenciáveis foram de R\$471 milhões em 2022 em comparação a R\$827 milhões em 2021, representando uma redução de 43,12%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Pessoal e administradores

A despesa com pessoal e administrações foi de R\$479 milhões em 2022 comparada a R\$326 milhões em 2021, representando um aumento de 46,78%, decorrente, principalmente, de:

- despesa com pós-emprego no montante de R\$132 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$0,4 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, das alterações realizadas em 2021, pela Companhia, no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia cessou o pagamento desse benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado no resultado de 2021. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
- reajuste salarial de 11,08% a partir de novembro de 2021, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2020, também em função de Acordo Coletivo. Em contraponto, ocorreu uma redução de 2,32% na quantidade de empregados (1.209 em 2022 e 1.181 em 2021).

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$155 milhões em 2022, comparada a R\$129 milhões em 2021, representando um crescimento de 20,9%, decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 64,12% nas despesas com tecnologia da informação (R\$27 milhões em 2022 e R\$16 milhões em 2021); e
- aumento de 36,21% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos, sendo de R\$30 milhões em 2022 em comparação a R\$22 milhões em 2021.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1 milhão em 2022 em comparação a R\$147 milhões em 2021, representando uma redução de 99,25%. As principais justificativas para essa variação são como segue:

- As provisões para opção de venda da SAAG representaram uma constituição de R\$36 milhões em 2022, em comparação à constituição de R\$100 milhões em 2021. Essa redução está associada, basicamente, aos efeitos positivos sobre o valor recuperável da MESA. Além disso, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento pelo FIP dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 12;
- Reversão de perda esperada com partes relacionadas no montante de R\$53 milhões referente a valor recebido pela cessão dos onerosos créditos detidos pela Companhia em face da Renova. Mais detalhes na nota explicativa nº 29.

- Redução de 71,10% no montante de provisões para contingências, sendo de R\$10 milhões em 2022, em comparação a R\$33 milhões em 2021. Essa redução decorre, principalmente de:
 - Alteração no prognóstico das provisões referentes às contingências de PRL, que passou de provável para possível, ocasionando uma baixa de R\$67 milhões;
 - Em contraponto, houve o reconhecimento de provisão no montante de R\$32 milhões decorrente de ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização do anuênio paga pela Companhia aos empregados. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.
- Redução de 90,29% nas perdas de créditos esperadas, que representaram uma constituição de R\$1 milhão em 2022 em comparação à constituição de R\$13 milhões em 2021, em função, principalmente, da baixa inadimplência observada nos últimos 12 meses.

Receita de indenização da geração

Em 2022, houve o reconhecimento de ganho no montante de R\$488 milhões, representando o ajuste do valor a ser recebido pela Companhia referente à indenização dos ativos ainda não amortizados de diversas usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período. Mais informações na nota explicativa nº 13.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas ganhos líquidos com equivalência patrimonial de R\$1.108 milhões em 2022 em comparação ao reconhecimento de ganhos líquidos no montante de R\$671 milhões em 2021. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- Reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$541 milhões em 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$2.172 milhões em 2021, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar em relação ao Real em 2022, de 6,5%, em comparação à variação positiva de 7,39% em 2021, gerando o registro de receitas no montante de R\$338 milhões e despesas de R\$354 milhões nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa em 2022, no montante de R\$438 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas no montante de R\$538 milhões em 2021, decorrentes basicamente do aumento na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real; e
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$47 milhões no quarto trimestre de 2022 (R\$491 milhões no terceiro trimestre de 2021) como resultado das recompras parciais dos Eurobonds – *Tender Offer*. Mais detalhes sobre essas operações na nota nº 17.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2022, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$75 milhões em relação ao lucro de R\$2.246 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 3,35% de alíquota efetiva. Em 2021, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$161 milhões em relação ao lucro de R\$482 milhões antes dos efeitos fiscais, representando (33,33)% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$194 milhões, em comparação a R\$86 milhões em 31 de dezembro de 2021, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2022 totalizou R\$1.424 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$2.199 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2021.

A redução decorre, principalmente, do montante recebido nas liquidações da operação de swap relacionada aos Eurobonds (substituição da dívida de dólar para CDI), que representaram uma entrada de caixa no montante de R\$129 milhões em 2022 (R\$1.022 milhões em 2021).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2022 totalizou R\$157 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$9 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2021. Essa variação deve-se, basicamente, ao volume de recursos aplicados ou resgatados de títulos e valores mobiliários em 2022 (aplicação de R\$47 milhões em 2022 e resgate de R\$357 milhões em 2021).

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2022 totalizou R\$1.159 milhões em comparação a R\$2.935 milhões consumidos em 2021. Essa redução é decorrente, principalmente, da menor amortização de empréstimos em 2022, no montante de R\$1.707 milhões, sendo que em 2021 a amortização de empréstimos foi de R\$3.217 milhões. Além disso, houve a captação de R\$994 milhões por meio da emissão de debêntures.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2022, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (opex) enquadrados nos limites regulatórios. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em dezembro de 2022, a Companhia concluiu a liquidação da sua 9ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária com garantia fidejussória e com um volume de R\$1 bilhão em 2 séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 700 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,33% aa, amortizações nos 36º, 48º e 60º meses e prazo total de 5 anos. A 2ª Série, caracterizada como “Debêntures Verdes”, foi emitida no valor de R\$300 milhões com incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 7,6245% aa, *bullet*, com prazo de 7 anos.

Ainda em dezembro de 2022, a Companhia realizou mais uma recompra antecipada parcial de sua dívida denominada em dólares, Eurobonds, cujo vencimento original é dezembro de 2024, com o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida. Como resultado da *Tender Offer*, foram recomprados US\$243,89 milhões de principal. Mais informações na nota explicativa nº 17.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor’s e Fitch Ratings mantiveram os *ratings* da Cemig GT, além da melhora do rating pela agência Moody’s que o elevou, em escala global, de “Ba3” para “Ba2” o igualando ao *rating* soberano do Brasil e de AA-.br para AA.br em nível nacional, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos,

refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
<i>Nacional</i>	<i>Global</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo											
<i>Global</i>		Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	

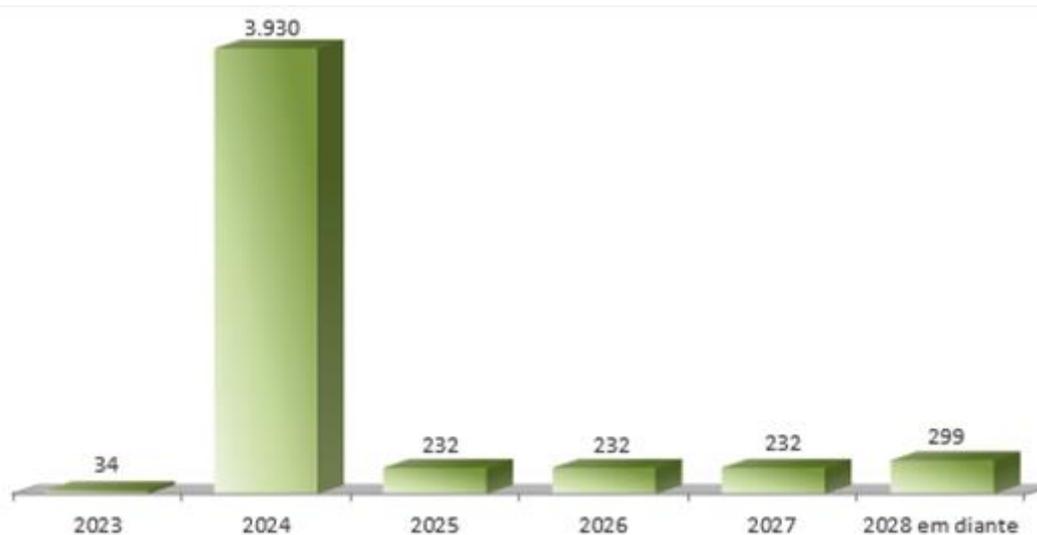
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
<i>Nacional</i>	<i>Global</i>	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$4.959 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,6 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

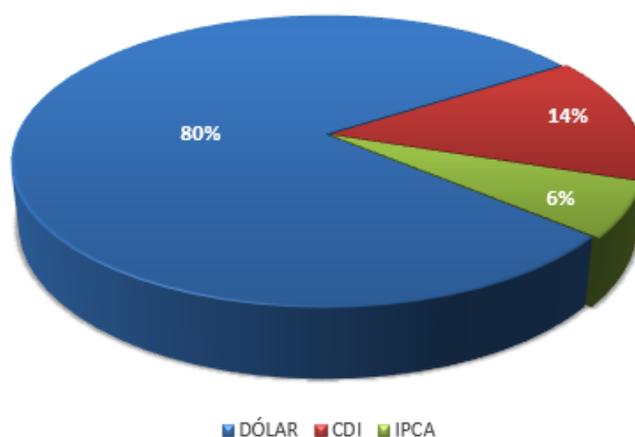
O cronograma de amortizações da dívida está evidenciado no gráfico a seguir:

**Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2022 (R\$ milhões)**



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade e grande parte dos contratos de comercialização são corrigidos por esse índice. Com relação aos *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de *hedge* que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI. O seu custo real da dívida é de 12,44% a.a. a preços constantes e de 18,90% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2022



DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração deliberou na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em abril de 2022, a seguinte destinação do Lucro Líquido societário de 2022 no montante de R\$2.085 milhões, da realização da Reserva de lucros a realizar no montante de R\$223 milhões e da realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$121 milhões:

- R\$104 milhões foram destinados para constituição de reserva legal;
- R\$1.266 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$600 milhões por meio de dividendos intermediários, declarados em 30 de janeiro de 2023;
 - R\$443 milhões para pagamento dividendos mínimos obrigatórios; e
 - R\$223 milhões para pagamento de dividendos adicionais em decorrência da realização da Reserva de Lucros a Realizar.
- R\$10 milhões foram mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.
- R\$1.049 milhões foram mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

INVESTIMENTOS

Investimentos em geração

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.
- Em dezembro de 2022 entrou em operação comercial a Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”): localizada no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve o início da implantação em janeiro de 2021 e conta com 17 aerogeradores com

potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 28 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Projeto Poço Fundo

Em setembro de 2022 entraram em operação as novas unidades geradoras da Pequena Central Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Sul de Minas Gerais. A ampliação desta PCH faz parte do programa de investimentos e marca a retomada da Cemig na construção de novas usinas. A capacidade de geração do novo empreendimento é de 30MW, ante os 9,16MW da antiga usina. Com investimento de aproximadamente R\$150 milhões, a usina conta com novos equipamentos, mais modernos e eficientes, que permitirão a operação remota da usina pelo Centro de Operação do Sistema (COS) da Companhia.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

A Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

O lote arrematado tem sinergias importantes, aproveita a estrutura de operação e manutenção existente na Companhia, além de previsões de otimizações de Capex e antecipação de entrega do empreendimento, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto. O resultado no certame consolida o posicionamento estratégico da Companhia como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do país, em linha com os objetivos de crescimento sustentável e geração de valor, seguindo o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Centroeste no período de março de 2023 a junho de 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de reais:

Serviços	2022	2021
Auditoria de demonstrações financeiras e obrigações acessórias	1.774	3.523

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação. A Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B³ há 18 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no CDP Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas .

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do *Carbon Disclosure Project* (CDP), uma instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2022, a Cemig GT aplicou cerca de R\$17,8 milhões em meio ambiente, dos quais R\$6 milhões envolveram projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso sendo a gestão e a conservação da água assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Desde 2016, a Cemig possui uma [Política de Recursos Hídricos](#), cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

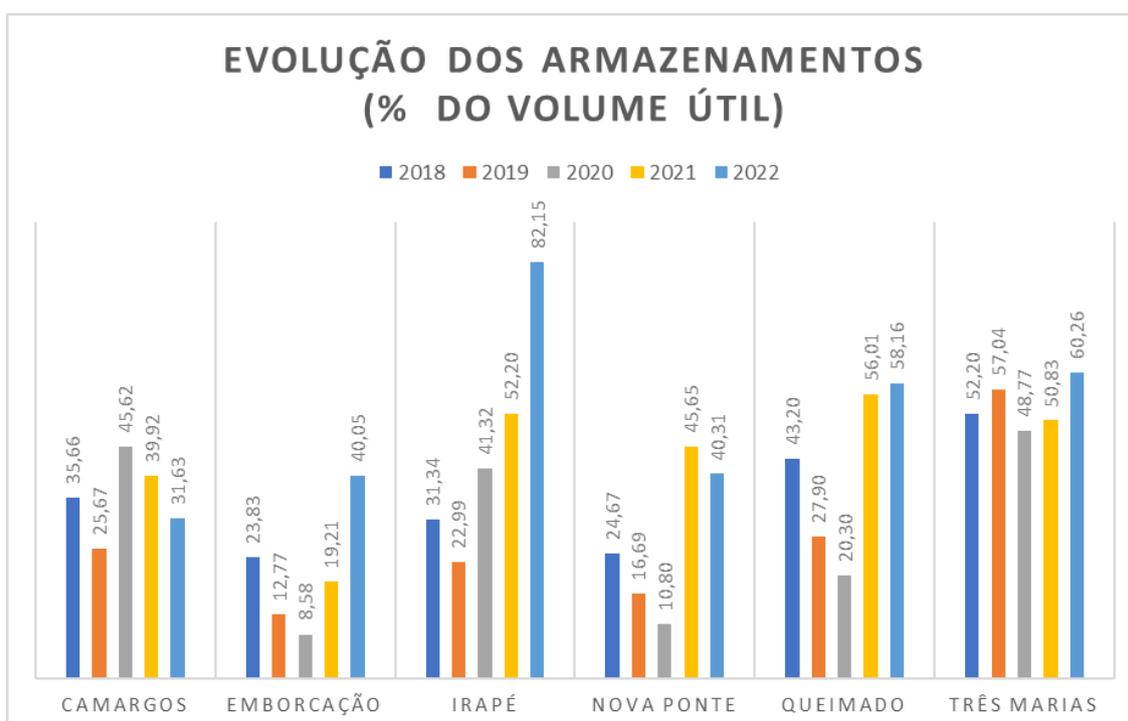
Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022), o

monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

No gráfico abaixo são apresentadas as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2022, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final dos resíduos.

Em 2022, foram destinadas 639 toneladas de resíduos industriais: 94,36% desses resíduos foram alienados ou reciclados e 5,63% foram coprocessados, enviados para tratamento ou dispostos em aterro industrial.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig GT, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de operação e manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade. Em 2022 o Programa completou 15 anos de existência.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes, visando a preservação das populações de peixes e ,apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2022, foram executados 7 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, sendo publicados 63 trabalhos (duas teses, quatro dissertações, quatro monografias, 41 resumos científicos, 11 artigos científicos e um minicurso) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 158 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2022.

Dentro dessa estratégia de divulgação de resultados, uma importante ação do Peixe Vivo foi a realização de um minicurso dentro do XXIV Encontro Brasileiro de Ictiologia, com o título “Operação e manutenção de usinas hidrelétricas: impactos sobre a ictiofauna e medidas de mitigação”. O objetivo do minicurso foi repassar para diferentes atores as práticas realizadas pela Cemig na temática de prevenção de morte de peixes durante a operação de usinas hidrelétricas.

Para o desenvolvimento de ações relacionadas à ictiofauna e projetos de pesquisa vinculados ao Programa Peixe Vivo, foram gastos em 2022, o total de R\$7 milhões.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 1.366 empregados ao final do exercício de 2018 para 1.181 ao final do exercício de 2022, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2022, a Companhia viabilizou a admissão de 60 empregados. Essas admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente em áreas essencialmente técnicas.

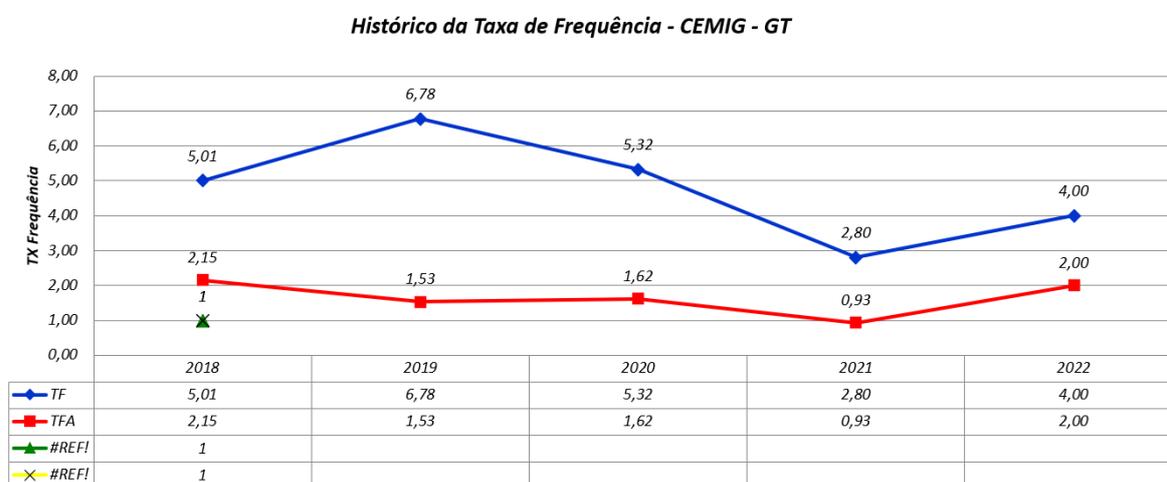
Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2022 continuaram a ser adotados pela força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, por meio do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para continuar resguardando a saúde dos trabalhadores e seus familiares além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) apresentamos os dados de 2022, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2021, tivemos um aumento nas taxas de acidentes, quebrando uma série que vinha decrescendo desde 2019. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TFA e TF nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e Cultura Organizacional

Em outubro de 2022, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima para o empregados, com o objetivo de conhecer aspectos associados ao vínculo, conexão e engajamento, a fim de trazer objetividade a temas que possam interferir no clima organizacional. Houve a participação de 59% do quadro de empregados próprios, com o alcance de 75% de favorabilidade, representando um salto de 12 pontos percentuais em comparação à pesquisa realizada em 2021.

A Cemig tem atuado fortemente para promover uma nova cultura, que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, por meio do programa “Novas Energias”, que teve início em junho de 2020. A partir do mapeamento cultural foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada.

As principais práticas abordadas nestes pacotes foram a criação de modelos estruturados para governança interna por meio de ligas estratégicas, trilhas de carreiras, recrutamento e seleção (interno e externo), integração, programa de reconhecimento, comunicação interna, gestão de performance, trilha de carreira, desenvolvimento de futuros líderes e processo de sucessão. Além disso, foram realizados módulos teóricos de desenvolvimento da liderança, com o objetivo de manter os gestores alinhados ao que é esperado em relação às práticas desenvolvidas pelo time do Projeto Novas Energias.

Alguns projetos de destaque no ano de 2022 são:

Programa Proximidade: criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros, em que especialistas da empresa fazem palestras técnicas e objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios e barragens (segurança operacional e estrutural), tratativas dos Planos de Ação de Emergências (PAEs) das barragens, além de divulgar as ações socioambientais dos empreendimentos.

Após paralisação nos anos de 2020 e 2021, devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de reuniões presenciais em 2022, com 04 eventos ocorridos nas UHEs: Queimado, Nova Ponte, Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) e Irapé. Nesses eventos, ocorreram a participação de 132 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições.

Em 2022, além dos temas corriqueiros (por exemplo, Meteorologia, Segurança de Barragem (Operacional e Civil) e Ações Socioambientais, ocorreram também apresentações sobre Informes dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das barragens dos empreendimentos e, por fim, a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. Móvel de Gestão de Riscos).

A partir de agosto de 2022, foi criado e já imediatamente implementado o “Projeto VAMOS”, específico para execução de tratativas de integração dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência Municipais. Foram constituídos 17 Cis-Comitês de Integração do PAE para 18 usinas, envolvendo 33 Defesas Civas Municipais, 18 REDECs (Regionais da CEDEC MG) e 16 Unidades de Corpo de Bombeiros Militar. Ainda em 2022, foram realizadas 18 reuniões presenciais para constituição dos Cis com a proposição da seguinte programação com finalização em 2023 para algumas usinas e em 2024 para outras.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2022 do Al6% envolveu a participação de 1.391 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 145 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia foi de R\$1,5 milhão. No total, foram destinados R\$2,5 milhões para entidades distribuídas em 77 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você – Voluntariado: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Esse programa foi criado com base em três pilares, sendo (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, no qual o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) sugestão de ações por empregados na plataforma de voluntariado, às quais podem ser aderidas pelos colegas.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado juntamente com uma empresa especializada no tema.

A ano de 2022 foi atípico, de mudanças no Voluntariado, de retorno ao trabalho presencial e de algumas restrições devido ao período eleitoral, mas, ainda assim, foram realizadas ações com impactos positivos na sociedade, como por exemplo as ações assistencialistas, realizadas conforme a necessidade do momento.

Campanha SOS Chuvas: Foram mais de 600 cidades sob alerta e milhares de pessoas prejudicadas pelos estragos que as fortes chuvas causaram no estado de Minas Gerais. Para contribuir com as ações assistencialistas, a Cemig disponibilizou pontos de coleta nas agências de 17 municípios mineiros, para arrecadações de água mineral, itens de higiene pessoal, alimentos não perecíveis, materiais de limpeza, roupas de cama e banho, que contribuíram com as pessoas que sofreram com as enchentes do início do ano.

Dia V – Dia do Voluntariado: O evento aconteceu em Santa Luzia, na Escola Estadual Tancredo Neves, e atendeu aos moradores do entorno e da ocupação Vitória, comunidade da região do Isidoro. Foram 685 beneficiados, 94 voluntários e 34 parcerias. A ação propiciou aos moradores uma série de benefícios gratuitos como atendimento médico (médico da família, nutricionista, psicólogos, aferição de pressão e glicose), orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de beleza (tranças, corte de cabelo, sobrancelha, maquiagem e esmaltação), atendimento jurídico (vara de família), orientação e construção de currículos, orientação financeira, orientação

para segurança da população com a rede elétrica, apresentação artística, telescópio solar, além do circuito de brincadeiras para as crianças recheado de pipoca e algodão doce.

Em 2022, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 21 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras e ações propostas pelos empregados. Participaram das ações como voluntários(as) 183 empregados, totalizando mais de 400 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

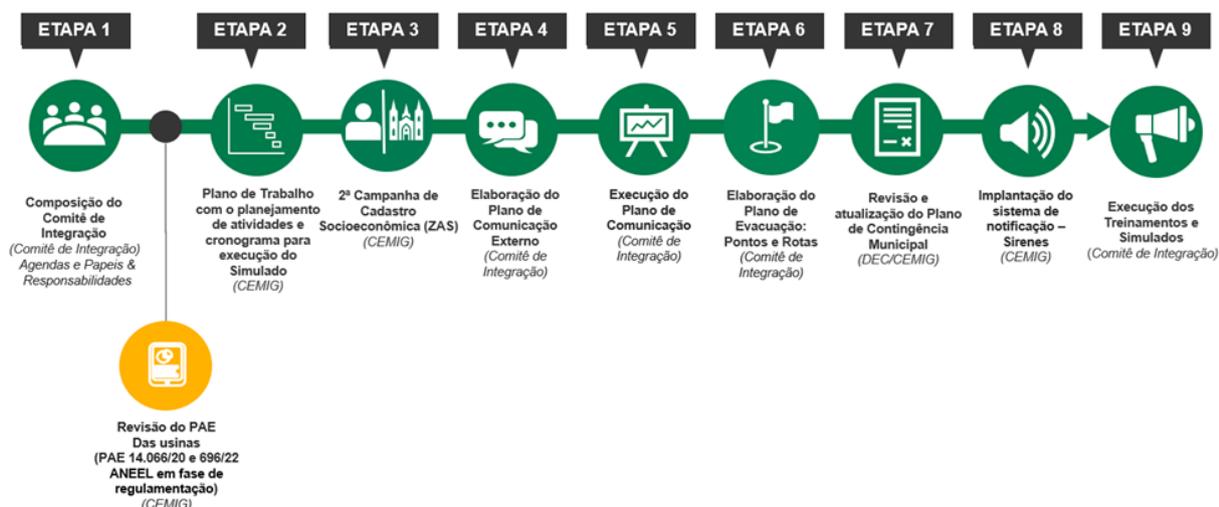
A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos Plancons - Planos de Contingência dos Municípios correlacionados com a realização de reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

A Companhia criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos Plancons, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos Cis- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal.

No total foram constituídos 16 Cis que trataram os temas listados na figura abaixo:



Ainda no ano de 2022, após 02 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Theodomiro Carneiro Santiago, anteriormente denominada Emborcação, e Irapé). Estes eventos contaram com a participação dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2022 de R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

No ano de 2022, a Cemig investiu R\$ 18,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 166 unidades hospitalares, envolvendo a instalação de usinas fotovoltaicas e substituição de equipamentos ineficientes por outros mais modernos.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou uma chamada pública em 2022 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte.

Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2022 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização da economia utilizando energia elétrica de fontes renováveis, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- Possibilitar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- Captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais; e
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado em agosto de 2021 o Desafio Cemig da Inovação 2021, o qual terá vigência de 18 meses.

O Desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em 4 macro temas alinhados à estratégia da Cemig para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e Serviços Inteligentes;
- Sistemas Elétricos do Futuro;
- Eletrificação e Eletromobilidade; e
- Alternativas em Geração Sustentável.

Foram convidados a participar pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2022, a Cemig GT executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$11,27 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo Real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto Proecos).

Desempenho em Governança Corporativa

A Governança Corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Empresa. Os membros do Conselho de Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B³.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2022, reuniu-se 27 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 anos, não coincidentes, sendo permitida 1 reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2022, foram realizadas 12 reuniões.

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participadas e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em Junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento; identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Política de Compliance e Antifraude

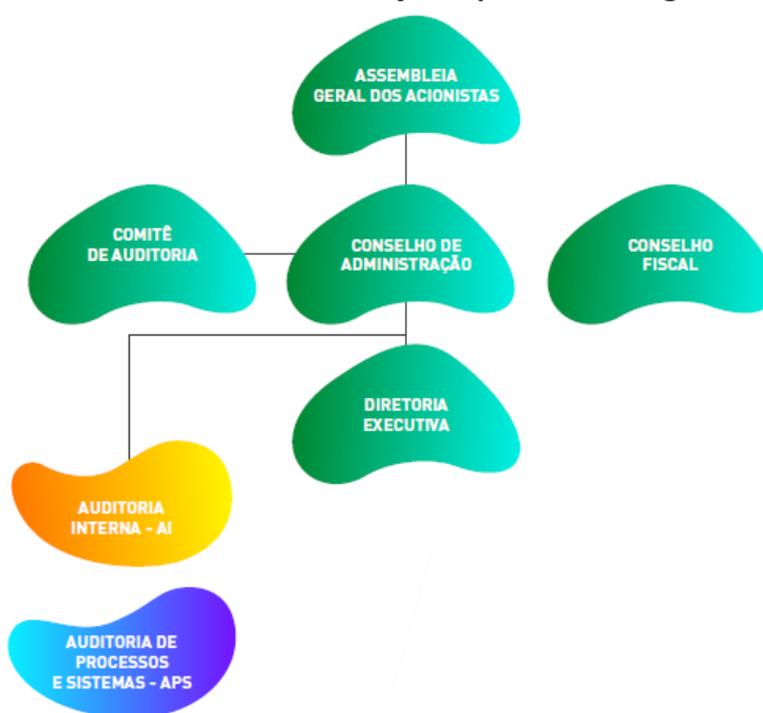
A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de Compliance composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de

Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretor Cemig Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Diretor Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Diretor sem denominação específica
Henrique Motta Pinto	Diretor de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
NOMES	
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	
Roger Daniel Versieux (minoritários)	
José João Abdalla Filho (preferencialistas)	
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Luiza Cardoso Barreto (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritário)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
NOMES	
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	
Márcio de Lima Leite	
Roberto Tommasetti	
Afonso Henriques Moreira Santos	

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	194.482	86.064
Consumidores e revendedores	7	568.740	352.519
Concessionários - transporte de energia	7	353.859	293.224
Serviços em curso		71.394	98.078
Tributos compensáveis	8a	28.375	27.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8c	772.564	650.523
Almoxarifado operacional		2.329	2.867
Investimentos temporários	6	794.773	623.973
Indenização a receber	13	104.957	52.174
Despesas pagas antecipadamente		122	1.443
Dividendos a receber	27	259.106	280.204
Outros ativos		243.408	61.866
TOTAL DO CIRCULANTE		3.394.109	2.530.856
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação		4.369	4.369
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	7	47	715
Tributos compensáveis	8a	28.545	27.614
Tributos diferidos	9	75.120	189.337
Depósitos judiciais e cauções	11	168.183	152.759
Investimentos temporários	6	2.976	127.128
Serviços em curso		1.680	66.823
Bens e direitos para uso futuro		267	269
Indenização a receber	13	1.156.522	696.530
Instrumentos financeiros derivativos	28	702.734	1.219.176
Outros ativos		67.555	61.815
Investimentos	12	6.410.883	7.412.251
Imobilizado	13	3.728.973	3.655.576
Intangível	13	685.780	798.768
Direito de uso	14	55.493	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.084.758	14.408.761
ATIVO TOTAL		16.483.236	16.943.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	448.621	334.379
Empréstimos e debêntures	17	33.707	470.536
Obrigações sociais e trabalhistas		96.408	89.158
Benefício pós-emprego	19	84.377	75.257
Tributos	16	71.188	74.255
Encargos setoriais	18	175.751	198.130
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	22	1.406.958	799.947
Instrumentos financeiros - Opções	28	672.416	636.292
Instrumentos financeiros derivativos	28	90.526	6.130
Passivo de arrendamento	14	9.592	-
Outros passivos		148.445	294.071
TOTAL DO CIRCULANTE		3.237.989	2.978.155
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e debêntures	17	4.925.359	5.558.924
Benefício pós-emprego	19	1.112.069	1.231.957
Provisão para litígios	20	396.537	437.772
Encargos setoriais	18	-	66.823
Passivo de arrendamento	14	50.909	-
Outros passivos		26.441	27.358
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	183.920	156.408
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.695.235	7.479.242
TOTAL DO PASSIVO		9.933.224	10.457.397
Patrimônio líquido			
Capital social	22	5.473.724	4.123.724
Ajustes de avaliação patrimonial		(297.635)	(327.689)
Reservas de lucros		1.373.923	1.340.554
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.350.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.550.012	6.486.589
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.483.236	16.943.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA	23	8.187.309	8.218.359
Fornecimento de energia elétrica		4.927.134	4.635.712
Suprimento de energia elétrica		1.761.967	2.116.972
Energia elétrica de curto prazo		167.650	278.347
Disponibilização do sistema de transmissão		1.330.558	1.187.328
TRIBUTOS	23c	(1.265.755)	(1.347.598)
ICMS		(561.780)	(640.069)
PIS-PASEP		(125.566)	(126.207)
COFINS		(578.366)	(581.319)
ISS		(43)	(3)
ENCARGOS	23c	(467.559)	(371.492)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(20.432)	(19.018)
Reserva global de reversão – RGR		(11.198)	(12.210)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(314.435)	(242.683)
CDE sobre P&D		(2.786)	(3.777)
Comp.financ.util.rec.hídricos – CFURH		(33.277)	(19.830)
Taxa de fiscalização de serviços energia elétrica – TFSEE		(8.144)	(8.241)
Proinfa		(77.287)	(65.733)
RECEITA LÍQUIDA		6.453.995	6.499.269
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(4.310.839)	(4.494.182)
Energia elétrica comprada para revenda	24	(4.135.413)	(4.337.918)
Encargos de transmissão e conexão		(175.426)	(156.264)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		2.143.156	2.005.087
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(470.507)	(827.230)
Pessoal e administradores	25a	(478.510)	(326.016)
Materiais		(17.206)	(13.723)
Serviços de terceiros	25b	(155.994)	(129.025)
Provisões	25c	6.308	(146.843)
Perda por redução ao valor recuperável	12	(7.412)	-
Depreciação e amortização		(387.090)	(326.093)
Arrendamentos e aluguéis		(9.718)	(12.035)
Seguros		(9.947)	(11.910)
Doações, contribuições e subvenções		-	(6.047)
Provisão para perda na alienação de bens e direitos		1.505	17.653
Perdas na alienação de bens e direitos		(9.614)	(11.095)
Perdas em investimentos		-	(40.071)
Obrigações derivadas de contratos de investimentos		(2.408)	(11.121)
(-) Recuperação de despesas		5.227	268
Tributos		(1.136)	(5.903)
Gastos diversos		(30.722)	(34.775)
Outras receitas - indenização da transmissão		24.860	176.595
Outras receitas - indenização da geração		487.916	-
Outras receitas operacionais		113.434	52.911
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.672.649	1.177.857
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	13	-	805.613
Equivalência patrimonial		1.114.275	670.629
Equivalência patrimonial	12	1.107.631	670.629
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	12	6.644	-
Resultado financeiro	26	(541.015)	(2.171.693)
Receitas financeiras		521.218	106.491
Despesas financeiras		(1.062.233)	(2.278.184)
Resultado antes dos impostos		2.245.909	482.406
Imposto de renda e contribuição social	10	(75.179)	160.802
Lucro líquido do exercício		2.170.730	643.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.170.730	643.208
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Previdência privada – superávit (déficit) atuarial	143.375	72.061
Efeito de imposto de renda sobre superávit (déficit) atuarial	(48.747)	(24.500)
Ajustes de avaliação patrimonial – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	-	8.182
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial – Base de Remuneração Regulatória	-	(2.782)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	94.628	52.961
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	2.265.358	696.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	1.117.835	305.619	(627.322)	-	4.796.132
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	643.208	643.208
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	47.561	-	47.561
Ajustes de avaliação patrimonial – Base de Remuneração Regulatória – BRR	-	-	-	5.400	-	-	5.400
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	5.400	47.561	643.208	696.169
Reclassificação de perdas atuariais	-	-	-	-	8.988	(8.988)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.350.000	-	-	-	-	1.350.000
Aumento de capital	123.724	-	-	-	-	-	123.724
Reserva legal	-	-	43.572	-	-	(43.572)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	-	-	(187.974)	(187.974)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(291.462)	(291.462)
Reserva de retenção de lucros	-	-	179.147	-	-	(179.147)	-
Realização reserva de ajustes de avaliação patrimonial - BRR	-	-	-	(67.935)	-	67.935	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	1.340.554	243.084	(570.773)	-	6.486.589
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(1.159.207)	(1.159.207)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	2.170.730	2.170.730
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	94.628	-	94.628
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	94.628	2.170.730	2.265.358
Aumento de capital	1.350.000	(1.350.000)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	103.753	-	-	(103.753)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	10.398	-	-	(10.398)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(600.000)	(600.000)
Dividendos estatutários	-	-	-	-	-	(442.728)	(442.728)
Dividendos adicionais	-	-	222.935	-	-	(222.935)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(303.717)	-	-	303.717	-
Realização reserva de ajustes de avaliação patrimonial - BRR	-	-	-	(64.574)	-	64.574	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.473.724	-	1.373.923	178.510	(476.145)	-	6.550.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		2.170.730	643.208
AJUSTES:			
Depreciação e amortização		387.090	326.093
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado e Intangível		4.738	5.692
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	13	-	(805.613)
Indenização da geração		(440.888)	
Indenização da transmissão		(77.723)	(176.595)
Atualização financeira do ativo financeiro		(47.028)	
Equivalência patrimonial	12	(1.107.631)	(670.629)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	12	7.412	-
Ágio na recompra de eurobonds	17	46.763	491.037
Juros e variações monetárias		544.602	843.563
Variação cambial de empréstimos	17	(338.265)	353.950
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	29	(6.644)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos	17	2.514	16.359
Imposto de renda e contribuição social	10	66.658	(305.885)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		-	(2.504)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25c	10.924	46.706
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	28	437.887	537.976
Variação do valor justo instrumentos financeiros - Opção de venda	28	36.124	100.137
Benefícios pós-emprego	19	140.391	16.115
Outros		89.034	148.703
		1.926.688	1.568.313
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores e revendedores		(216.855)	(16.609)
Tributos compensáveis		(1.385)	(953)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		207.876	46.872
Transporte de energia		(60.635)	268.256
Depósitos judiciais e cauções		(2.250)	2.762
Dividendos recebidos	12	664.675	699.131
Outros		(149.010)	23.040
		442.416	1.022.499
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores setoriais		95.468	(56.621)
Fornecedores demais		18.774	(1.574)
Tributos e contribuição social		(62.824)	121.983
IR e contribuição social a pagar	10	8.521	145.083
Salários e encargos sociais		9.646	6.505
Encargos setoriais		(89.202)	(91.400)
Benefícios pós-emprego	19	(107.784)	(94.525)
Outros		(19.789)	(6.640)
		(147.190)	22.811
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(304.609)	(201.100)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	17	(621.439)	(1.235.630)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		129.122	1.021.776
Juros pagos de arrendamentos	14	(533)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.424.455	2.198.669
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em investimentos	12	(45.213)	(101.755)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda		6.644	-
No imobilizado	13	(33.550)	(261.871)
No intangível	13	(38.490)	(1.775)
Em investimentos temporários		(46.648)	356.849
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(157.257)	(8.552)

	Nota	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	17	993.868	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	22d	(435.717)	(527.768)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	17	(1.706.590)	(3.217.280)
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	(10.341)	1.350.000
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.158.780)	(2.395.048)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	86.064	290.995
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	194.482	86.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica:

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”)	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49% e Baguari I – subsidiária integral da Neoenergia - 51%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. (“Paracambi”) (antiga Lightger) (1)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”)	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.
Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”)	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9%, na Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”)	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,5% de participação, e a Light, que detém os 25,5% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

Investimentos	Classificação	Descrição
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos, a controlada em conjunto possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW (*). Desse total, 1.158 MW (*) por meio de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW (*) médios, 99 MW (*) por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46MQ médios; e 180 MW (*) em implantação por meio da expansão do Completo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e três parques no Rio Grande do Norte. A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (1)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dolores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dolores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíniaópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
COLIGADAS		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Três Marias S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 227,1 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Salto Grande S.A. (2)	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW (*) de potência instalada e 18,64 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. O aproveitamento é de 28,8 MW (*) de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores, com torres de 85 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW (*) de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguaí, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais. Em 2022 entraram em operação das duas unidades geradoras ampliando a potência instalada da usina para 30 MW (*).
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

*Informações não auditadas pelos auditores independentes.

- (1) Em 23 de junho de 2022, a Light S.A. concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Paracambi (antiga Lightger) para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães. Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A..".
- (2) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. As demonstrações contábeis regulatórias não são apresentadas em bases consolidadas, uma vez que não há base legal para que todas as investidas da concessionária estejam sujeitas às políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão

contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 34 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS, para melhor entendimento do leitor.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Ajuste para perdas esperadas de créditos esperadas;
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social;

- Nota 12 – Provisão para perdas com investimentos;
- Nota 13 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 14 - Arrendamentos
- Nota 19 – Benefícios pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões para litígios;
- Nota 23 – Fornecimento não faturado de energia elétrica; e
- Nota 28 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

2.5 Principais práticas contábeis regulatórias

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.8 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Imobilizado no segmento de transmissão

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, referente aos ativos de transmissão, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

b) Ativo intangível no segmento de transmissão

Os ativos intangíveis, são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, menos as despesas de amortização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

c) Imobilizado no segmento de geração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

d) Ativo intangível no segmento de geração

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

e) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo imobilizado.

f) Reserva de reavaliação:

Realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2020, com base em Laudo de Avaliação preparado pela empresa avaliadora, em conjunto com a Companhia, e está de acordo com os montantes homologados pela Aneel em 22 de abril de 2021, no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de junho de 2018, referente ao Contrato de Concessão nº 006/1997.

g) Segmentos operacionais:

Nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados os segmentos de geração, transmissão e atividade não vinculada em conformidade ao previsto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica.

Nas demonstrações financeiras societárias consolidadas são apresentados os segmentos de geração, transmissão, comercialização, participações e transações intersegmentos, os quais refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

2.6 Novas normas aplicadas pela primeira vez em 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado em 17 de setembro de 2021, por meio do Despacho 2.904. Tal documento contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, tendo resultado em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação) (1) (5) (9)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (5)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (10)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (5)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (5)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (5) (10)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (5) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
São Bernardo (5) (10)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Rosal (5)	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (4)			05/2027
Salto Voltão (4) (10)			06/2033
Salto Paraopeba (6) (10)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (4) (10)			03/2031
Pai Joaquim (5)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (5) (8) (10)	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (5)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2053
Salto Grande (5)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2053
Itutinga (5)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (5)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (5)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (5)			01/2053
Dona Rita (5)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália e Neblina (5)			04/2047
Peti (5)			01/2053
Sinceridade (5)			03/2047
Tronqueiras (5)			12/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (5)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (2)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (2)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta	Centroeste	004/2005	03/2035

- (1) Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- (2) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").
- (3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia.
- (4) A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).
- (5) Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
- (6) Usina elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) e que, por possuir outorga por meio de resolução autorizativa, aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.
- (7) Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras "UG-01" e "UG-02", respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG's ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).
- (8) Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho. A Companhia reitera que essa manifestação de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004, por até 30 anos, a critério do poder concedente, após a requerida realização do processo de transferência de controle acionário, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia - MME.
- (9) Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.

- (10) Em 17 de março de 2023, foi publicado o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48,2 milhões, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 34.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração, conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2022	Valor presente em 2022	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé (1) (3)	49.380	21.615	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio) (2) (3)	11.093	5.662	01/2004 a 06/2034	IGPM

- (1) Em outubro de 2022, por meio do 4º aditivo ao Contrato de Concessão nº 014/2000, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Irapé, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255 de 5 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (2) Em outubro de 2022, por meio do 3º aditivo Contrato de Concessão nº 006/1997, houve a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Queimado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 11.998 de 7 de julho de 2022 e da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021;
- (3) No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2022, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2022	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.216	3.339	3.146
Queimado (Consórcio)	82,50	915	965	909

A taxa utilizada pela Companhia para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS REGULATÓRIOS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados para fins regulatórios, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica. A Companhia atua nos segmentos de geração e transmissão.

As receitas e os os custos gerenciáveis e não gerenciáveis referentes aos exercícios de 2022 e 2021 estão apresentados nas tabelas a seguir:

	2022			
	Geração	Transmissão	Não vinculada	Total
RECEITA	6.856.751	1.330.558	-	8.187.309
Fornecimento de energia elétrica	4.927.134	-	-	4.927.134
Suprimento de energia elétrica	1.761.967	-	-	1.761.967
Energia elétrica de curto prazo	167.650	-	-	167.650
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.330.558	-	1.330.558
Tributos	(1.148.512)	(117.243)	-	(1.265.755)
ICMS	(561.780)	-	-	(561.780)
PIS/Pasep	(104.655)	(20.911)	-	(125.566)
Cofins	(482.048)	(96.318)	-	(578.366)
ISS	(29)	(14)	-	(43)
Encargos	(64.186)	(403.373)	-	(467.559)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(13.010)	(7.422)	-	(20.432)
Reserva geral de reversão – RGR	(11.198)	-	-	(11.198)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE	-	(314.435)	-	(314.435)
CDE sobre P&D	(1.774)	(1.012)	-	(2.786)
Compensação financ. utiliz. recursos hídricos – CFURH	(33.277)	-	-	(33.277)
Taxa de fiscalização de serviços energia elétrica – TFSEE	(4.927)	(3.217)	-	(8.144)
Outros encargos	-	(77.287)	-	(77.287)
Receita líquida	5.644.053	809.942	-	6.453.995
Custos não gerenciáveis	(4.310.839)	-	-	(4.310.839)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.135.413)	-	-	(4.135.413)
Encargo de transmissão e conexão	(175.426)	-	-	(175.426)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.333.214	809.942	-	2.143.156
Custos gerenciáveis	(307.044)	(168.383)	4.920	(470.507)
Pessoal e administradores	(158.442)	(175.932)	(144.136)	(478.510)
Material	(6.428)	(6.669)	(4.109)	(17.206)
Serviços de terceiros	(44.650)	(55.594)	(55.750)	(155.994)
Arrendamento e aluguéis	329	(6.363)	(3.684)	(9.718)
Seguros	(3.072)	(3.637)	(3.238)	(9.947)
Provisões	149.660	231.636	(374.988)	6.308
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(7.412)	(7.412)
Provisões para perdas na alienação de bens e direitos	252	1.253	-	1.505
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	(9.614)	(9.614)
Obrigações derivadas de contratos de investimentos	(2.408)	-	-	(2.408)
(-) Recuperação de despesas	1.766	1.862	1.599	5.227
Tributos	(435)	(359)	(342)	(1.136)
Depreciação e amortização	(236.608)	(148.589)	(1.893)	(387.090)
Gastos diversos	(7.008)	(5.991)	(17.723)	(30.722)
Indenização da transmissão	-	-	24.860	24.860
Indenização da geração	-	-	487.916	487.916
Outras receitas operacionais	-	-	113.434	113.434
Resultado da atividade	1.026.170	641.559	4.920	1.672.649

	2021			
	Geração	Transmissão	Não vinculada	Total
RECEITA	7.031.031	1.187.328	-	8.218.359
Fornecimento de energia elétrica	4.635.712	-	-	4.635.712
Suprimento de energia elétrica	2.116.972	-	-	2.116.972
Energia elétrica de curto prazo	278.347	-	-	278.347
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.187.328	-	1.187.328
Tributos	(1.234.499)	(113.099)	-	(1.347.598)
ICMS	(640.069)	-	-	(640.069)
PIS/Pasep	(106.033)	(20.174)	-	(126.207)
Cofins	(488.395)	(92.924)	-	(581.319)
ISS	(2)	(1)	-	(3)
Encargos	(51.736)	(319.756)	-	(371.492)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(12.179)	(6.839)	-	(19.018)
Reserva geral de reversão – RGR	(12.210)	-	-	(12.210)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE	(1.103)	(241.580)	-	(242.683)
CDE sobre P&D	(1.337)	(2.440)	-	(3.777)
Compensação financ. utiliz. recursos hídricos – CFURH	(19.830)	-	-	(19.830)
Taxa de fiscalização de serviços energia elétrica – TFSEE	(5.077)	(3.164)	-	(8.241)
Outros encargos	-	(65.733)	-	(65.733)
Receita líquida	5.744.796	754.473	-	6.499.269
Custos não gerenciáveis	(4.494.182)	-	-	(4.494.182)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.337.918)	-	-	(4.337.918)
Encargo de transmissão e conexão	(156.264)	-	-	(156.264)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.250.614	754.473	-	2.005.087
Custos gerenciáveis	(403.647)	(358.446)	(65.137)	(827.230)
Pessoal e administradores	(101.773)	(122.617)	(101.626)	(326.016)
Material	(5.240)	(5.865)	(2.618)	(13.723)
Serviços de terceiros	(35.836)	(48.654)	(44.535)	(129.025)
Arrendamento e aluguéis	(3.561)	(6.321)	(2.153)	(12.035)
Seguros	(3.628)	(4.658)	(3.624)	(11.910)
Doações, contribuições e subvenções	(1.733)	(2.476)	(1.838)	(6.047)
Provisões	(22.429)	(27.795)	(96.619)	(146.843)
Provisões para perdas na alienação de bens e direitos	2.224	15.429	-	17.653
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	(11.095)	(11.095)
Perdas em investimentos	(40.071)	-	-	(40.071)
Obrigações derivadas de contratos de investimentos	(11.121)	-	-	(11.121)
(-) Recuperação de despesas	69	71	128	268
Tributos	(1.034)	(508)	(4.361)	(5.903)
Depreciação e amortização	(174.751)	(149.634)	(1.708)	(326.093)
Gastos diversos	(4.763)	(5.418)	(24.594)	(34.775)
Indenização da transmissão	-	-	176.595	176.595
Outras receitas operacionais	-	-	52.911	52.911
Resultado da atividade	846.967	396.027	(65.137)	1.177.857

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	3.749	3.772
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	55.662	50.846
Aplicações automáticas - Overnight (2)	132.827	29.334
Outros	2.244	2.112
	190.733	82.292
	194.482	86.064

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 97,5% a 105% em 31 de dezembro de 2022 (90% a 106,6% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	86.537	36.211
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	515.375	510.436
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	181.659	64.254
Debêntures (4)	4.514	7.188
Fundos vinculados	6.405	5.843
Outros	283	41
	794.773	623.973
Não circulante		
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	-	125.373
Debêntures (4)	2.976	1.755
	2.976	127.128
	797.749	751.101

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% e 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% e 13,88% a.a. em 31 de dezembro 2022 (9,12% a 9,50% em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A classificação destes investimentos temporários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Descrição	Valores correntes							Valores renegociados					Total 2022	Total 2021
	Corrente a vencer		Corrente vencida				PDD	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	353.386	465	21.930	83.690	96.434	32.767	(25.298)	787	1.101	-	5.987	(2.461)	568.788	353.236
Industrial	1.167	465	15.133	83.617	96.304	27.249	(25.298)	462	169	-	2.804	(2.461)	199.611	20.936
Comercial	419	-	6.797	73	130	5.518	-	325	932	-	3.183	-	17.377	11.993
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Fornecimento não faturado	371.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371.301	328.003
Arrecadação processo de classificação	(19.501)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.501)	(7.724)
Suprimento de energia e uso da rede	251.745	-	72.931	3.613	-	5.056	-	20.513	-	-	-	-	353.858	293.222
Suprimento energia moeda nacional	44.712	-	72.931	-	-	95	-	20.513	-	-	-	-	138.251	66.506
Suprimento/encargo rede não faturado	205.432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205.432	209.885
Arrecadação proc. classific. suprimento	(1.176)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	-
Encargos uso rede	2.777	-	-	3.613	-	4.961	-	-	-	-	-	-	11.351	16.831
Total	605.131	465	94.861	87.303	96.434	37.823	(25.298)	21.300	1.101	-	5.987	(2.461)	922.646	646.458

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A provisão para perdas de créditos esperadas é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.254
Constituição de provisão	13.413
Baixa	(7.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.576
Constituição de provisão	1.302
Reversão	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.759

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	2022	2021
Circulante		
ICMS a recuperar	9.271	5.513
Cofins (a)	195	3.510
PIS/Pasep (a)	23	947
INSS	18.764	17.145
Outros	122	806
	28.375	27.921
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	28.545	27.614
	28.545	27.614
	56.920	55.535

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos, compensados com tributos federais até o exercício de 2021.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal.

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	544.657	501.836
Contribuição social	227.907	148.687
	772.564	650.523

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	2022	2021
ATIVO		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	209.041	218.104
Obrigações pós-emprego	387.576	414.995
Perdas de créditos esperadas	9.438	8.356
Concessão onerosa	11.579	11.274
Provisões	451.009	633.401
Outros	14.869	14.000
	1.083.512	1.300.130
PASSIVO		
Base de remuneração regulatória – BRR	(91.960)	(125.226)
Ativo financeiro custo de capital próprio	(359.698)	(185.354)
Custo aquisição participações societárias	(121.036)	(129.641)
Instrumentos financeiros derivativos	(208.150)	(412.436)
Ressarcimento de custos – GSF	(213.008)	(253.901)
Outros	(14.540)	(4.235)
	(1.008.392)	(1.110.793)
Total do ativo	75.120	189.337

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(89.266)
Efeitos alocados ao resultado	305.885
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(27.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	189.337
Adoção inicial do CPC 06 pelo MCSE	1.188
Efeitos alocados ao resultado	(66.658)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(48.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.120

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022, conforme abaixo:

2022	274.520
2023	209.976
2024	132.780
2025	132.780
2026 a 2028	213.050
2029 a 2031	120.406
	1.083.512

10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.245.909	482.406
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal esperada	(763.609)	(164.017)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio	-	99.097
Incentivos fiscais	10.903	7.961
Resultado de equivalência patrimonial	331.059	220.135
Multas indedutíveis	(4.260)	(1.714)
Realização de ágio - Renova	108.416	-
Contribuições e doações indedutíveis	-	(2.056)
PECLD com partes relacionadas - Renova	233.931	-
Outros	8.381	1.396
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(75.179)	160.802
Corrente	(8.521)	(145.083)
Diferido	(66.658)	305.885
	(75.179)	160.802
Alíquota efetiva	3,35%	(33,33)%

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2022	2021
Trabalhistas	23.453	23.502
Fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.446	16.444
IR/INSS - Indenização do anuênio (1)	71.988	68.399
IPTU	15.263	13.270
CSLL (2)	19.706	18.062
Outros	6.695	4.010
	131.098	120.185
Outros		
Bloqueio judicial	1.757	896
Regulatórios	4.903	3.279
Outros	6.972	4.897
	13.632	9.072
	168.183	152.759

(1) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (Indenização do Anuênio).

(2) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. INVESTIMENTOS

	2022	2021
Coligadas		
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1)	9.500	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1)	7.760	-
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	47.096	59.013
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	182.579	125.172
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	46.744	46.722
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") (antiga Lightger) (5)	60.438	47.787
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	160.324	168.429
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	575.745	609.154
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	885.529	932.600
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.193.841	1.140.930
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	185.495	200.385
Controladas		
Cemig Baguari Energia S.A.	67	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	999.556	1.611.794
Cemig Geração Salto Grande S.A.	333.664	514.077
Cemig Geração Itutinga S.A.	143.920	207.500
Cemig Geração Camargos S.A.	117.671	162.013
Cemig Geração Sul S.A.	165.573	210.651
Cemig Geração Leste S.A.	108.357	145.069
Cemig Geração Oeste S.A.	90.093	104.420
Rosal Energia S.A.	82.057	114.751
Sá Carvalho S.A.	106.863	134.209
Horizontes Energia S.A.	60.535	59.575
Cemig PCH S.A.	98.917	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	171.954	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	11.004	7.734
Cemig Trading S.A.	5.639	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	203.107	177.707
Central Eólica Volta do Rio S.A.	308.603	273.988
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	48.252	122.079
Total do investimento	6.410.883	7.412.251
Itaocara – Passivo a descoberto (3)	-	(20.767)
Madeira Energia S.A. ("MESA") - Provisões para perdas (4)	-	(161.648)
	6.410.883	7.229.836

- (1) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade e aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de 100% do seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.
- (4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A."
- (6) Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.
- (7) Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes na nota explicativa nº 34.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Exceto pelo reconhecimento de perda no investimento detido na controlada em conjunto Itaocara, foi constatado que o valor contábil líquido dos demais investimentos é recuperável.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixa (1)	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Retiro Baixo	29.186	(1.390)	-	27.796	(1.389)	26.407
Central Eólica Praias de Parajuru	53.858	(4.617)	-	49.241	(4.616)	44.625
Central Eólica Volta do Rio	73.983	(6.778)	-	67.205	(6.775)	60.430
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(738)	(15.788)	-	-	-
Aliança Geração	326.915	(25.310)	-	301.605	(25.309)	276.296
Aliança Norte	48.632	(1.972)	-	46.660	(1.972)	44.688
	549.100	(40.805)	(15.788)	492.507	(40.061)	452.446

- (1) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Ajustes de exercícios anteriores (8)	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	-	15.470	-	(27.387)	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	-	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	-	16.360	-	(16.338)	-	46.744
MESA (usina de Santo Antônio)	-	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Paracambi (antiga Lightger) (6)	168.429	-	21.413	-	(29.518)	-	160.324
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	-	30.354	-	(4.954)	-	203.107
Central Eólica Volta do Rio	273.988	-	34.615	-	-	-	308.603
Lightger	47.787	-	19.291	-	(6.640)	-	60.438
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	-	(47.178)	107	-	-	885.529
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	-	(33.793)	384	-	-	575.745
Aliança Geração (2) (5)	1.140.930	-	104.054	-	(47.875)	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	-	23.313	-	(38.203)	-	185.495
Itaocara (7)	-	-	(3.016)	10.428	-	(7.412)	-
Cemig Baguari	88	-	(21)	-	-	-	67
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.611.794	(566.893)	169.174	-	(214.519)	-	999.556
Cemig Geração Salto Grande S.A.	514.077	(178.026)	57.548	-	(59.935)	-	333.664
Cemig Geração Itutinga S.A.	207.500	(67.858)	30.278	-	(26.000)	-	143.920
Cemig Geração Camargos S.A.	162.013	(50.843)	33.501	-	(27.000)	-	117.671
Cemig Geração Sul S.A.	210.651	(67.068)	25.990	-	(4.000)	-	165.573
Cemig Geração Leste S.A.	145.069	(46.226)	28.845	-	(19.331)	-	108.357
Cemig Geração Oeste S.A.	104.420	(27.594)	13.267	-	-	-	90.093
Rosal Energia S.A.	114.751	(43.300)	25.857	-	(15.251)	-	82.057
Sá Carvalho S.A.	134.209	(33.363)	63.472	-	(57.455)	-	106.863
Horizontes Energia S.A.	59.575	-	13.426	-	(12.466)	-	60.535
Cemig PCH S.A.	90.117	-	22.030	-	(13.230)	-	98.917
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	144.129	-	10.465	20.000	(2.640)	-	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	-	3.270	-	-	-	11.004
Cemig Trading S.A.	2.158	-	3.960	-	(479)	-	5.639
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (2)	122.079	(75.726)	22.255	-	(20.356)	-	48.252
Total do Investimento	7.412.251	(1.156.897)	939.510	30.919	(643.577)	(171.323)	6.410.883
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	-	6.473	14.294	-	-	-
Madeira – provisão para perdas (4)	(161.648)	-	161.648	-	-	-	-
Total	7.229.836	(1.156.897)	1.107.631	45.213	(643.577)	(171.323)	6.410.883

- Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu um recebível no montante de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$20.000.
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.
- A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou, até o terceiro trimestre de 2022, patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que, em 30 de setembro de 2022, alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722, correspondente à parcela de 49% da penalidade aplicada pela Aneel, relacionada à quitação de garantia de fiel cumprimento, em decorrência da não implantação da UHE Itaocara I. Com isso, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Adicionalmente, a Aneel recomendou ao MME a extinção, a pedido, da concessão da UHE Itaocara por meio da rescisão do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante da não recuperabilidade do investimento, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento em conformidade ao CPC 01/IAS 36. A perda está apresentada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Outras despesas operacionais.
- Ajuste decorrente da alteração no método de mensuração da equivalência patrimonial, nos termos no MCSE. Mais detalhes na nota explicativa nº 34.2.12.

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aportes	Reestruturação societária	Perdas em investimentos	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.129	-	-	-	(8.331)	59.013
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	-	46.722
Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (3)	209.374	(209.374)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (3)	157.476	(157.476)	-	-	-	-	-
Baguari Energia	159.029	31.071	-	-	-	(21.671)	168.429
Central Eólica Praias Parajuru	161.061	18.959	-	-	-	(2.313)	177.707
Central Eólica Volta do Rio	245.436	28.552	-	-	-	-	273.988
Lightger	51.805	7.966	-	-	-	(11.984)	47.787
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(32.730)	75	-	-	-	932.600
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	-	609.154
Aliança Geração	1.166.240	199.586	-	-	-	(224.896)	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	-	-	-	(7.202)	200.385
Cemig Baguari	55	(17)	50	-	-	-	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.411.668	318.791	-	-	-	(118.665)	1.611.794
Cemig Geração Salto Grande S.A.	442.781	106.881	-	-	-	(35.585)	514.077
Cemig Geração Itutinga S.A.	175.289	60.397	-	-	-	(28.186)	207.500
Cemig Geração Camargos S.A.	140.348	51.136	-	-	-	(29.471)	162.013
Cemig Geração Sul S.A.	169.811	55.604	-	-	-	(14.764)	210.651
Cemig Geração Leste S.A.	124.495	40.696	-	-	-	(20.122)	145.069
Cemig Geração Oeste S.A.	82.300	22.120	-	-	-	-	104.420
Rosal Energia S.A.	127.020	26.056	-	-	-	(38.325)	114.751
Sá Carvalho S.A.	115.486	59.676	-	-	-	(40.953)	134.209
Horizontes Energia S.A.	55.461	18.532	-	-	-	(14.418)	59.575
Cemig PCH S.A.	89.898	30.857	-	-	-	(30.638)	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	3.801	2.645	137.683	-	-	-	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	56.838	132.150	-	-	-	(181.254)	7.734
Cemig Trading S.A.	30.315	958	-	-	-	(29.115)	2.158
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (2)	-	2.393	-	123.724	-	(4.038)	122.079
Total do Investimento	7.187.862	824.788	137.808	123.724	-	(861.931)	7.412.251
Itaocara – provisão para perdas (4)	(29.615)	7.489	41.430	-	(40.071)	-	(20.767)
Madeira – provisão para perdas (3)	-	(161.648)	-	-	-	-	(161.648)
Total	7.158.247	670.629	179.238	123.724	(40.071)	(861.931)	7.229.836

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie. A transferência dos ativos vinculados à Poço Fundo no montante de R\$77.483 não envolveu caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. No 4º trimestre de 2021 a Companhia realizou novo aporte nesta investida, no montante de R\$40.000, em espécie.
- (2) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em "outras despesas" no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	280.204	117.404
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	643.577	861.931
Recebimentos	(664.675)	(699.131)
Saldo final	259.106	280.204

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
MESA	24.796.536.323	7,53	12.202.337	229.341	15,51	10.619.786	1.492.037
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	96.114	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (2)	548.626.000	49,00	548.626	372.610	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	95.395	49,00	41.360	93.390
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	238.836	69,39	186.573	242.736
Paracambi (antiga Lightger) (2) (3)	79.078.937	49,00	79.232	123.342	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.949.320.044	49,00	1.209.750	1.083.789	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.897.723	74,50	1.323.042	1.188.630	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.038.988	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	318.815	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	206.712	15.126	49,00	156.259	(42.381)
Controladas							
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	67	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	999.556	100,00	1.291.423	1.611.794
Cemig Geração Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	333.664	100,00	405.268	514.077
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	143.920	100,00	151.309	207.500
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	117.671	100,00	113.499	162.013
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	165.573	100,00	148.147	210.651
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	108.357	100,00	100.569	145.069
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	90.093	100,00	60.595	104.420
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	82.057	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	106.863	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	60.535	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	98.917	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	139.084.745	100,00	139.185	171.954	100,00	97.162	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	11.004	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	5.639	100,00	1.000	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	158.482	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	248.173	100,00	274.867	206.783
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	48.252	100,00	28.000	122.079

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) Em 23 de junho de 2022, a Light S.A. concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães Energia e Paracambi (antiga Lightger) para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães Energia.
- (3) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovada, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são como segue:

2022	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Paracambi
Ativo						
Circulante	15.485	83.027	132.307	1.818.829	19.753	62.992
Caixa e equivalentes de caixa	10.932	10.471	3.118	923.599	14.406	59.516
Não circulante	90.105	205.105	375.482	20.953.217	98.614	109.681
Total do ativo	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Passivo						
Circulante	8.821	24.970	38.127	2.570.839	15.782	11.242
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.782	655.361	6.613	8.623
Não circulante	655	24.326	97.052	19.971.866	7.190	38.089
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.587	13.546.024	7.070	38.089
Patrimônio líquido	96.114	238.836	372.610	229.341	95.395	123.342
Total do passivo e patrimônio líquido	105.590	288.132	507.789	22.772.046	118.367	172.673
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	42.556	81.279	56.864	4.137.130	44.807	62.385
Custos operacionais	(12.134)	(28.504)	(45.247)	(3.451.054)	(9.424)	(17.258)
Depreciação e amortização	(3.485)	(10.487)	(16.012)	-	(4.350)	(11.783)
Lucro bruto	30.422	52.775	11.617	686.076	35.383	45.127
Despesas gerais e administrativas	-	(122)	-	(149.579)	(1.184)	(2.096)
Receitas financeiras	3.901	9.495	89.794	361.215	3.069	5.856
Despesas financeiras	(27)	(3.640)	(10.633)	(3.520.551)	(1.463)	(4.324)
Resultado operacional	34.296	58.508	90.778	(2.622.839)	35.805	44.563
Imposto de renda e contribuição social	(2.725)	(19.869)	(32.062)	(222.408)	(2.451)	(3.984)
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579
Resultado abrangente do exercício	31.571	38.639	58.716	(2.845.247)	33.354	40.579

2022	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	146	63.163	871.025	264	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	146	49.213	448.561	261	3.584
Não circulante	1.190.554	337.170	3.320.769	1.091.377	11.709
Total do ativo	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Passivo					
Circulante	1.581	36.957	664.162	39	278
Empréstimos e financiamentos	-	13.812	134.435	-	-
Não circulante	489	44.561	1.488.644	7.813	-
Empréstimos e financiamentos	-	27.601	710.257	-	-
Patrimônio líquido	1.188.630	318.815	2.038.988	1.083.789	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	1.190.700	400.333	4.191.794	1.091.641	15.404
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	77.283	1.109.022	-	-
Custos operacionais	(77)	(3.512)	(608.497)	-	(253)
Depreciação e amortização	-	(8.898)	(124.004)	-	-
Lucro bruto	(77)	73.771	500.525	-	(253)
Despesas gerais e administrativas	-	(3.645)	(42.854)	(64.959)	-
Receitas financeiras	-	9.781	61.101	20	431
Despesas financeiras	(2)	(4.844)	(109.271)	(3)	(6.676)
Resultado operacional	(79)	75.063	409.501	(64.942)	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	(63.246)	-	10.986	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(25.559)	(139.078)	-	-
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado líquido do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	(63.325)	49.504	281.409	(64.942)	(6.498)

2021	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia (1)	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	29.407	71.753	15.605	927.739	17.532	35.465
Caixa e equivalentes de caixa	25.397	3.245	5.205	179.644	11.968	29.382
Não circulante	92.761	218.200	391.787	23.286.096	101.264	119.645
Total do ativo	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Passivo						
Circulante	867	21.346	41.255	2.309.383	9.551	11.375
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.951	116.120	6.543	8.573
Não circulante	865	25.870	110.684	20.412.415	13.860	46.210
Empréstimos e financiamentos	-	-	92.680	12.827.607	13.497	46.211
Patrimônio líquido	120.436	242.737	255.453	1.492.037	95.385	97.525
Total do passivo e patrimônio líquido	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	37.282	76.527	51.536	3.757.969	38.739	54.232
Custos operacionais	(8.002)	(9.041)	(54.595)	(2.291.671)	(11.356)	(25.917)
Depreciação	(3.088)	(11.094)	(18.009)	(869.997)	(3.205)	(10.587)
Lucro bruto	29.280	67.486	(3.059)	1.466.298	27.383	28.315
Despesas gerais e administrativas	-	(78)	-	(80.547)	(1.978)	(1.645)
Receita financeira	1.271	3.978	473	265.048	346	2.433
Despesa financeira	(10)	(3.577)	(8.445)	(3.475.505)	(1.712)	(11.073)
Resultado operacional	30.541	67.809	(11.031)	(1.824.706)	24.039	18.030
Imposto de renda e contribuição social	(1.707)	(23.031)	(1.660)	1.812.320	(1.142)	(2.554)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476

- (1) O montante total do patrimônio líquido, divulgado originalmente pela investida, foi ajustado pela Companhia para fins de equivalência patrimonial considerando eventos subsequentes modificativos em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

2021	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	101	111.093	727.760	97	4.618
Caixa e equivalentes de caixa	101	98.593	378.108	88	4.513
Não circulante	1.253.799	321.788	3.364.245	1.149.638	11.292
Total do ativo	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Passivo					
Circulante	2.090	37.780	761.742	234	58.291
Empréstimos e financiamentos	-	13.705	101.316	-	-
Não circulante	-	49.234	1.472.358	1.554	-
Empréstimos e financiamentos	-	41.086	700.351	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.251.810	345.867	1.857.905	1.147.947	(42.381)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	70.221	1.095.636	-	-
Custos operacionais	(1.647)	(25.532)	(101.761)	(481)	(36.070)
Depreciação	-	(8.848)	(156.802)	-	-
Lucro bruto	(1.647)	44.689	993.875	(481)	(36.070)
Despesas gerais e administrativas	-	(2.854)	(44.315)	(1.584)	-
Receita financeira	-	4.332	41.720	8	133
Despesa financeira	(1)	(4.777)	(233.424)	(7)	(30.556)
Resultado operacional	(1.648)	41.390	757.856	(2.064)	(66.493)
Resultado de equivalência patrimonial	(42.286)	-	-	(38.953)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(13.775)	(252.020)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício					
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor - em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Companhia possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 31 de dezembro de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$752.010. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Esse recurso foi utilizado no terceiro trimestre de 2022, quase na integralidade, para pagamento dos acordos decorrentes da conclusão de processos de arbitragem envolvendo o consórcio construtor e outras partes, mencionado em mais detalhes a seguir. Quanto à baixa liquidez de curto prazo, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.552, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,06% para 72,36%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,53%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA. O número de Conselheiros foi mantido (11 titulares), mas Furnas, que indicava três membros titulares e seus suplentes, passou a indicar sete. Ficou assegurado o direito da Companhia e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente. Os acionistas Novonor e FIP Amazônia também tiveram o direito de indicar em conjunto um membro titular e um suplente para o Conselho de Administração. As outras duas posições foram mantidas com Conselheiros Independentes. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da Companhia sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado, a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Companhia reverteu a referida provisão.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 7 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 4 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 4 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral. Em 3 de outubro de 2022 a SAE pagou a última parcela do acordo celebrado com o Grupo Civil (“GCIVIL”) no montante de R\$202.945, determinando o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 7 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia reconheceu um recebível, no montante de R\$160.463 em contrapartida ao resultado do exercício de 2022. Adicionalmente, a provisão para a PUT foi ajustada para refletir o recebimento pelas fundações dos valores do Acordo atribuídos a suas cotas.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$494.493 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.972 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento da NESA.

a) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. A operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades no investimento da Companhia na Guanhães.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 8 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação, sem impacto nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ). Em 28 de dezembro de 2022 e em 13 de fevereiro de 2023, as investigações foram concluídas pela SEC e DOJ, respectivamente, sem a adoção de quaisquer ações por parte dessas Entidades

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução Aneel nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2022			2021
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	3,04	4.160.626	(2.702.999)	1.457.627	1.545.838
Custo histórico		4.160.626	(2.702.999)	1.457.627	1.545.838
Transmissão	2,73	6.727.531	(5.023.929)	1.703.602	1.613.624
Custo histórico		2.548.231	(1.105.583)	1.442.648	1.253.554
Reavaliação		4.179.300	(3.918.346)	260.954	360.070
Administração	5,71	97.722	(74.821)	22.901	17.558
Custo histórico		109.189	(83.498)	25.691	20.366
Reavaliação		(11.467)	8.677	(2.790)	(2.808)
Total		10.985.879	(7.801.749)	3.184.130	3.177.020
Em curso					
Geração		130.099	-	130.099	120.655
Transmissão		435.016	-	435.016	373.862
Administração		10.903	-	10.903	16.719
(-) Provisão para perda na alienação de bens e direitos		(31.175)	-	(31.175)	(32.680)
Total		544.843	-	544.843	478.556
Total		11.530.722	(7.801.749)	3.728.973	3.655.576

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (3)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas (A) – (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrig. esp. brutas 31/12/2022	Amortização acumulada 31/12/2022	Obrigações especiais líquidas 31/12/2022
ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO												
Geração	4.139.641	-	(262)	21.247	4.160.626	20.985	(2.702.999)	1.457.627	1.545.838	(7.361)	-	(7.361)
Terrenos	166.575	-	-	-	166.575	-	(32.864)	133.711	137.299	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	2.248.349	-	(21)	6.216	2.254.544	6.195	(1.438.545)	815.999	871.205	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	653.975	-	-	1.280	655.255	1.280	(444.868)	210.387	223.676	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.238.792	-	(208)	13.753	1.252.337	13.545	(878.693)	373.644	389.750	(7.361)	-	(7.361)
Veículos	827	-	(33)	-	794	(33)	(764)	30	43	-	-	-
Móveis e utensílios	1.736	-	-	(2)	1.734	(2)	(1.716)	18	27	-	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (1)	(165.238)	-	-	-	(165.238)	-	94.450	(70.788)	(70.788)	-	-	-
(-) Ajustes pelas renovações de concessões (2)	(5.375)	-	-	-	(5.375)	-	1	(5.374)	(5.374)	-	-	-
Transmissão	6.533.658	-	(48.036)	241.909	6.727.531	193.873	(5.023.929)	1.703.602	1.613.624	(242.319)	70.789	(171.530)
Terrenos	22.946	-	-	(410)	22.536	(410)	-	22.536	22.946	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	322.661	-	(16)	2.983	325.628	2.967	(254.836)	70.792	73.812	-	-	-
Máquinas e equipamentos	6.590.424	-	(48.020)	241.211	6.783.615	193.191	(4.876.641)	1.906.974	1.828.331	(242.319)	70.789	(171.530)
Veículos	2.304	-	-	(1.638)	666	(1.638)	(635)	31	395	-	-	-
Móveis e utensílios	1.189	-	-	(237)	952	(237)	(741)	211	244	-	-	-
(-) Ajustes pelas renovações de concessões (2)	(405.866)	-	-	-	(405.866)	-	108.924	(296.942)	(312.104)	-	-	-
Administração	77.007	-	(6.631)	27.346	97.722	20.715	(74.821)	22.901	17.558	-	-	-
Terrenos	740	-	-	423	1.163	423	-	1.163	740	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.758	-	-	3.989	17.747	3.989	(13.074)	4.673	4.684	-	-	-
Máquinas e equipamentos	41.386	-	-	19.998	61.384	19.998	(47.700)	13.684	9.536	-	-	-
Veículos	15.566	-	(6.630)	2.697	11.633	(3.933)	(9.770)	1.863	886	-	-	-
Móveis e utensílios	5.557	-	(1)	239	5.795	238	(4.277)	1.518	1.712	-	-	-
Subtotal	10.750.306	-	(54.929)	290.502	10.985.879	235.573	(7.801.749)	3.184.130	3.177.020	(249.680)	70.789	(178.891)
ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO												
Geração	120.655	30.694	(21.250)	-	130.099	9.444	-	130.099	120.655	(2.286)	-	(2.286)
Máquinas e equipamentos	14.017	19.322	(13.753)	-	19.586	5.569	-	19.586	14.017	(2.286)	-	(2.286)
Outros	106.638	11.372	(7.497)	-	110.513	3.875	-	110.513	106.638	-	-	-
Transmissão	373.862	328.139	(266.985)	-	435.016	61.154	-	435.016	373.862	(1.154)	-	(1.154)
Máquinas e equipamentos	339.868	320.560	(260.001)	-	400.427	60.559	-	400.427	339.868	(1.154)	-	(1.154)
Outros	33.994	7.579	(6.984)	-	34.589	595	-	34.589	33.994	-	-	-
Administração	16.719	(3.549)	(2.267)	-	10.903	(5.816)	-	10.903	16.719	(1.589)	-	(1.589)
Máquinas e equipamentos	5.959	3.619	(1.207)	-	8.371	2.412	-	8.371	5.959	(1.589)	-	(1.589)
Outros	10.760	(7.168)	(1.060)	-	2.532	(8.228)	-	2.532	10.760	-	-	-
Subtotal	511.236	355.284	(290.502)	-	576.018	64.782	-	576.018	511.236	(5.029)	-	(5.029)
Provisão para perda na alienação de bens e direitos	(32.680)	(153)	1.658	-	(31.175)	1.505	-	(31.175)	(32.680)	-	-	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	11.228.862	355.131	(343.773)	290.502	11.530.722	301.860	(7.801.749)	3.728.973	3.655.576	(254.709)	70.789	(183.920)

(1) Refere-se à contabilização de perda pela redução ao valor recuperável da Usina de Igarapé em função da suspensão da operação comercial, conforme Despacho nº 3.411, de 06 de dezembro de 2019.

(2) Refere-se à contabilização dos ajustes resultantes das renovações de concessões, conforme legislação vigente, contemplando a redução pelo valor da indenização deliberado pelo Poder Concedente.

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total 2022
Terrenos	-	-	1	-	1
Reservatórios, barragens e adutoras	217	1.510	-	1.187	2.914
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.264	4.157	338	90	15.849
Máquinas e equipamentos	250.110	62.930	12.104	358	325.502
Veículos	19	-	1	-	20
A ratear	-	495	422	-	917
Desenvolvimento de projetos	-	-	55	-	55
Transformação, fabricação e reparo de materiais	3.063	-	-	11	3.074
Material em depósito	6.952	-	-	-	6.952
Total das adições	271.625	69.092	12.921	1.646	355.284

As principais taxas de depreciação são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2	Estrutura Torre	2,70	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2	Condutor superior a 69KV	2,70	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Transformador de Força	2,86	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,5	Disjuntor superior a 69KV	3,03		
Condutor forçado	3,13	Transformador de medida superior a 69KV	3,33		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57	Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33	Para-raios	4,17		

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2022	2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.096	220.009
Depreciação acumulada			(134.524)	(126.583)
Total em operação			85.572	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.962	43
Total em construção			1.962	43
Total			87.534	93.469

Composição do intangível

Intangível	Taxas anuais médias de amortização %	2022			2021
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	7,45	834.199	(196.777)	637.422	758.745
Custo histórico		834.199	(196.777)	637.422	758.745
Transmissão	14,70	31.881	(7.858)	24.023	24.128
Custo histórico		18.406	(12.060)	6.346	6.451
Reavaliação		13.475	4.202	17.677	17.677
Administração	18,19	29.232	(28.263)	969	2.066
Custo histórico		37.236	(36.267)	969	2.390
Reavaliação		(8.004)	8.004	-	(324)
Total		895.312	(232.898)	662.414	784.939
Em curso					
Geração		4.382	-	4.382	1.180
Transmissão		12.218	-	12.218	9.855
Administração		6.766	-	6.766	2.794
Total		23.366	-	23.366	13.829
Total		918.678	(232.898)	685.780	798.768

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço								
Geração	833.937	-	262	834.199	262	(196.777)	637.422	758.745
Servidões	11.448	-	-	11.448	-	(5.038)	6.410	6.967
Softwares	16.876	-	262	17.138	262	(12.619)	4.519	5.010
Repactuação do risco hidrológico GSF	805.613	-	-	805.613	-	(179.120)	626.493	746.768
Transmissão	31.790	-	91	31.881	91	(7.858)	24.023	24.128
Servidões	23.973	-	-	23.973	-	-	23.973	23.973
Softwares	7.817	-	91	7.908	91	(7.858)	50	155
Administração	29.079	-	153	29.232	153	(28.263)	969	2.066
Softwares	29.071	-	153	29.224	153	(28.255)	969	2.066
Outros	8	-	-	8	-	(8)	-	-
Subtotal	894.806	-	506	895.312	506	(232.898)	662.414	784.939
Em Curso								
Geração	1.180	3.465	(263)	4.382	3.202	-	4.382	1.180
Servidões	319	-	-	319	-	-	319	319
Softwares	861	3.465	(263)	4.063	3.202	-	4.063	861
Transmissão	9.855	2.459	(96)	12.218	2.363	-	12.218	9.855
Servidões	1.710	-	-	1.710	-	-	1.710	1.710
Softwares	8.139	2.459	(96)	10.502	2.363	-	10.502	8.139
Outros	6	-	-	6	-	-	6	6
Administração	2.794	4.119	(147)	6.766	3.972	-	6.766	2.794
Softwares	2.695	4.119	(147)	6.667	3.972	-	6.667	2.695
Outros	99	-	-	99	-	-	99	99
Subtotal	13.829	10.043	(506)	23.366	9.537	-	23.366	13.829
TOTAL	908.635	10.043	-	918.678	10.043	(232.898)	685.780	798.768

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Indenizações a receber

Contratos de concessão	2022	2021
Circulante		
006/97 - Transmissão - Portaria MME 120/2016	104.957	52.174
Não circulante		
006/97 - Transmissão - Portaria MME 120/2016	465.062	492.985
007/97 - Geração - Diversas Usinas	691.460	203.545
	1.261.479	748.704

Transmissão

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

Geração

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022
Lote D						
UHE Três Marias	jul/15	396	71.029	166.903	12.180	179.083
UHE Salto Grande	jul/15	102	11.514	85.625	6.249	91.874
UHE Itutinga	jul/15	52	4.408	10.089	736	10.825
UHE Camargos	jul/15	46	7.278	19.611	1431	21.042
PCH Piau	jul/15	18,01	1.622	4.376	319	4.695
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.371	5.247	383	5.630
PCH Peti	jul/15	9,4	1.330	6.056	442	6.498
PCH Dona Rita	set/13	2,41	600	1.569	114	1.683
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	2.373	8.510	553	9.063
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.572	6.269	458	6.727
PCH Martins	jul/15	7,7	2.273	4.451	325	4.776
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.558	18.862	1376	20.238
PCH Paciência	jul/15	4,08	871	4.146	303	4.449
PCH Marmelos	jul/15	4	694	2.409	176	2.585
Outras						
UHE Volta Grande	fev/17	380	235	361	26	387
UHE Miranda	dez/16	408	34.697	90.862	6.631	97.493
UHE Jaguará	ago/13	424	45.706	137.673	10.115	147.788
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	27.082	71.413	5.211	76.624
		3.601,70	218.213	644.432	47.028	691.460

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo referente à indenização no montante de R\$440.888, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. O saldo de R\$691.460 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Com a assinatura pela Companhia do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020 a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante R\$683.405 para a controladora.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$805.613, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
São Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação)	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	805.613			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

Em 2022, foram obtidas as licenças das seguintes instalações: UHE Irapé, UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Grande, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho e EOL Volta do Rio. Os gastos iniciais, com a elaboração dos estudos ambientais, foram realizados ao longo dos anos e foram apropriados em despesa. Os demais gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, estão sendo levantados e estimados para provisionamento em contrapartida ao ativo intangível no ano de 2023.

14. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconhece um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial (1)		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto/2021 a dezembro/2022 (2)		
Até 5 anos	6,43	0,52
De 6 a 10 anos	6,54	0,53
De 11 a 15 anos	6,58	0,54
De 16 a 30 anos	6,60	0,54

(1) Refere-se à adoção inicial do CPC 06 pelas normas contábeis societárias.

(2) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Movimentação do direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adoção inicial 1º de janeiro de 2022 (1)	35.575	4.852	40.427
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	17.113	17.171
Amortização (2)	(1.547)	(5.450)	(6.997)
Remensuração (3)	3.392	1.540	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.438	18.055	55.493

(1) Refere-se à recepção do CPC 06 pelas normas contábeis regulatórias, por meio da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Mais detalhes na nota nº 2.6.

(2) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$116 no exercício de 2022.

(3) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-
Adoção inicial pela Aneel em 1º de janeiro de 2022 (1)	43.926
Baixa (contratos encerrados)	(48)
Adição	17.171
Juros incorridos (2)	5.394
Arrendamentos pagos	(10.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	(533)
Remensuração (3)	4.932
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.501
Passivo circulante	9.592
Passivo não circulante	50.909

- (1) Refere-se à recepção do CPC 06 pelas normas contábeis regulatórias, por meio da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Mais detalhes na nota nº 2.6.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$373 no exercício de 2022.
- (3) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é conforme segue:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	149.548	60.501
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.871	3.900

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	(Nominal)
2023	10.100
2024	10.085
2025	10.077
2026	10.077
2027	8.794
2028 a 2045	100.415
Valores não descontados	149.548
Juros embutidos	(89.047)
Passivo de arrendamento	60.501

15. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	378.857	283.389
Materiais e serviços	69.764	50.990
	448.621	334.379

(1) Inclui estimativa de compra de energia no ACL, que variou significativamente no período observado em decorrência, principalmente, da efetivação de novos contratos no exercício de 2022 ocasionando o aumento do volume de compra de energia, bem como reajustes de contratos já existentes.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
ICMS	13.889	17.910
PIS/Pasep	7.245	3.414
Cofins	33.438	15.696
INSS	8.212	6.497
ISSQN	2.596	1.857
Outros (1)	5.808	28.881
	71.188	74.255

(1) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo total	Data captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.
Empréstimos moeda estrangeira	29.815	-	3.929.990	3.959.805				
Eurobonds (1)	29.815	-	3.945.156	3.974.971	Jun-18	Aval/Fiança	USD	9,25%
(-) Custos de transação	-	-	(5.743)	(5.743)				
(+/-) Recursos antecipados (2)	-	-	(9.423)	(9.423)				
Empréstimos moeda nacional	3.892	-	995.369	999.261				
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (3)	3.185	-	700.000	703.185	jun/22	Aval/Fiança	CDI	1,33%
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (3)	707	-	301.509	302.216	jun/22	Aval/Fiança	IPCA	7,62%
(-) Custos de transação	-	-	(6.140)	(6.140)				
Dívidas com fundo de pensão	-	84.376	1.112.070	1.196.446				
Plano de saúde, odontológico e seg.vida	-	39.440	687.946	727.386				
Forluz - Reserva contratada	-	37.373	19.519	56.892	jun/08	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	7.568	115.810	123.378	abr/19	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência privada	-	(5)	288.795	288.790				

(1) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$250 milhões (US\$500 milhões em agosto de 2021). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

(3) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a liquidação da 9ª emissão de debêntures simples. Mais detalhes dessa operação no decorrer dessa nota explicativa.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

	Data próximo pagamento juros	Frequência pagamento juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sistema de amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo						
							2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / empréstimos moeda estrangeira							3.929.990	-	-	-	-	-	3.929.990
Eurobonds	05/06/2023	Semestral	05/12/2024	05/12/2024	Única	Bullet (final)	3.945.156	-	-	-	-	-	3.945.156
(-) Custo de transação							(5.743)	-	-	-	-	-	(5.743)
(+/-) Recursos antecipados							(9.423)	-	-	-	-	-	(9.423)
Financ. / emprést. moeda nacional							-	231.902	231.901	231.901	-	299.665	995.369
Debêntures - 1ª Série - 8ª emissão (2)	15/06/2023	Semestral	15/12/2025	15/12/2027	Anual	SAC	-	233.334	233.333	233.333	-	-	700.000
Debêntures - 2ª Série - 8ª emissão (2)	15/06/2023	Semestral	15/12/2029	15/12/2029	Única	Bullet (final)	-	-	-	-	-	301.509	301.509
(-) Custos de transação							-	(1.432)	(1.432)	(1.432)	-	(1.844)	(6.140)
Dívidas com fundo de pensão							28.726	9.759	10.345	10.966	11.624	1.040.650	1.112.070
Plano de saúde, odontológico e seguro de vida							-	-	-	-	-	687.946	687.946
Forluz - Reserva contratada	31/01/2023	Mensal	31/01/2023	30/06/2024	Mensal	Price	19.519	-	-	-	-	-	19.519
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/2023	Mensal	01/01/2023	01/02/2033	Mensal	Price	9.207	9.759	10.345	10.966	11.624	63.909	115.810
Forluz - Previdência Privada							-	-	-	-	-	288.795	288.795

Recuperação parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 28 de novembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$250 milhões.

A tabela a seguir representa a *Tender Offer* aceita pelos investidores nas liquidações dos *Eurobonds* e dos instrumentos financeiros derivativos:

	%	US\$ (mil)	R\$ (mil)
Valor principal (1)	100	243.890	1.296.672
Prêmio mercado + <i>Tender</i>	3,08	7.522	40.013
Deságio Prêmio	0,02	(60)	(311)
Juros provisionados	0,41	1.008	5.362
		252.360	1.341.736
IOF incidente sobre o prêmio	0,02	29	152
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	0,54	1.327	7.061
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados (2)	0,07	175	946
		1.531	8.159
Total de pagamentos		253.891	1.349.895
Desfazimento parcial do hedge		-	(191.689)
Ajuste positivo da NDF (3)		-	(32.012)
Total		253.891	1.126.194

- (1) A segunda etapa da *Tender Offer* expirou em 23 de dezembro de 2022. Foi objeto de aceitação pelos investidores um total de US\$243.890 mil, sendo que US\$240.702 mil foram previamente liquidados em 21 de dezembro de 2022, considerando as aceitações realizadas pelos investidores até 9 de dezembro de 2022 (*Early Tender*). O valor restante, no montante de US\$3.188 mil foi aceito pelos investidores após o *Early Tender*.
- (2) Os titulares de *Notes* que validaram suas *Notes* até o Primeiro Horário de *Tender Offer* foram elegíveis a receber US\$1.031,25 para cada US\$1.000 do valor principal. Para os titulares que validaram suas *Notes* após o Primeiro Horário de *Tender Offer*, mas ainda dentro do prazo de expiração, foram elegíveis a receber US\$981,25 para cada US\$1.000 do valor principal.
- (3) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,2040) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,3183.

Captações de recursos

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita:

- (i) 1ª série: 700 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$700.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,33%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e
- (ii) 2ª série: 300 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$300.000, à taxa de remuneração de IPCA + 7,6245%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de geração de energia renovável e eficiência energética considerados como prioritários para fins da Lei nº 12.431/2011 e suas alterações, sendo que, inclusive, considerando a destinação a referidos projetos, as Debêntures da Segunda Série são caracterizadas como “debêntures verdes”.

Adicionalmente, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª série	Dezembro de 2022	2027	CDI + 1,33%	700.000
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª série	Dezembro de 2022	2029	IPCA + 7,6245%	300.000
(-) Custos de transação				(6.132)
Total de captações				993.868

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	2022
Aval e fiança	3.959.805
Fiança	999.261
	4.959.066

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte Americano	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
Total por moedas	29.815	3.945.156	-	-	-	-	3.974.971
IPCA (1)	707	-	-	-	-	301.509	302.216
CDI (2)	3.185	-	233.334	233.333	233.333	-	703.185
Total por Indexadores	3.892	-	233.334	233.333	233.333	301.509	1.005.401
(-) Custos de transação	-	(5.743)	(1.432)	(1.432)	(1.432)	(1.844)	(11.883)
(+/-) Recursos antecipados	-	(9.423)	-	-	-	-	(9.423)
Total geral	33.707	3.929.990	231.902	231.901	231.901	299.665	4.959.066

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no exercício de 2022 (%)	Varição acumulada no exercício de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no exercício de 2022 (%)	Varição acumulada no exercício de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,50)	7,39	IPCA	5,79	10,06
			CDI	12,39	4,39

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.854.421
Variação monetária	43.637
Variação cambial	353.950
Encargos financeiros provisionados	803.609
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	491.037
Amortização dos custos de transação	16.359
Encargos financeiros pagos	(1.316.273)
Amortização de principal	(3.217.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.029.460
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(6.132)
Empréstimos obtidos líquidos	993.868
Variação monetária	4.569
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	548.186
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização dos custos de transação	2.514
Encargos financeiros pagos	(621.439)
Amortização de principal	(1.706.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.959.066

(1) O valor do IRRF sobre o ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) e sobre os juros provisionados foram compensados com créditos de PIS/Pasep e Cofins, nos montante de R\$80.643 no exercício de 2021.

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

31/12/2022	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Indexador ou juros	Spread % a.a.
Ativos financeiros							
Caixa e aplicações financeiras							
Saldo final de caixa	-	-	-	3.749			
Aplic. Finan. – CDB	563	5.842	-	6.405	Sim	CDI	98,50% a 101% CDI: 103% a 110,26%
Aplic. Finan. – Outros fundos de investimentos	30.804	757.565	2.976	791.345	Sim	CDI, Selic e TR	Selic: 13,65% a.a a 13,88% a.a TR + 1% a.a. a 114,29% CDI
Aplic. Finan. – Outros	5.874	184.858	-	190.732	Sim	CDI e Selic	CDI: 97,5% a 105% Selic: 13,62% a.a. a 13,64% a.a
Total	37.241	948.265	2.976	992.231			

A abertura dos instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumentos derivativos	Instituição / contraparte	Data início	Vencimento	Custo ponta ativa	Custo ponta passiva	Valor contratado (R\$)	Valor justo (R\$)
Swap	Itaú/Bradesco/BTG Pactual/Goldman Sachs	07/12/2017 e 18/07/2018	05/12/2024	VC + 9,25%	133,42% do CDI	2.743.248	612.208

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

Resumo	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida bruta	33.707	84.376	6.058.735	6.176.818	7.358.250
Financ./empréstimos moeda estrangeira	29.815	-	3.945.156	3.974.971	5.622.673
Financ./empréstimos moeda nacional	3.892	-	1.001.509	1.005.401	428.363
Fundo de pensão	-	84.376	1.112.070	1.196.446	1.307.214
Ativos financeiros	37.241	948.265	2.976	988.482	833.393
Alta liquidez	5.874	184.858	-	190.732	82.292
Demais aplicações financeiras	31.367	763.407	2.976	797.750	751.101
(+) Dívida Líquida I	70.948	1.032.641	6.061.711	7.165.300	8.191.643
(+/-) Derivativos / Fair value	-	-	(612.208)	(612.208)	(1.213.046)
(+) Dívida Líquida II	70.948	1.032.641	5.449.503	6.553.092	6.978.597

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o ativo imobilizado no exercício de 2022.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (3)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real na Demonstração financeira societária Consolidada da Cemig em relação ao Lajida de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (2) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases societárias consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma que as condições sejam atendidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controladora encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 27.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2022	2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH	6.698	2.227
Conta de desenvolvimento energético – CDE	80.814	63.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	713	641
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	10.291	16.623
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico – FNDCT	751	577
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	75.587	181.067
Pesquisa expansão sistema energético	515	428
CDE sobre P&D	382	330
	175.751	264.953
Passivo circulante	175.751	198.130
Passivo não circulante	-	66.823

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado do exercício e patrimônio líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal pedido de urgência, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Obrigações atuariais reconhecidas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Plano Odontológico e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$123.843 (R\$121,961 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$82.343, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$41.500. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$3.765 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$2.462 em 31 de dezembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante que deveria ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, caso não fosse considerada a paridade contributiva, seria de R\$56.947, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$56.892 (R\$87.015 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2022	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Total
Valor presente das obrigações	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Valor justo dos ativos do plano	(2.078.424)	-	-	(2.078.424)
Passivo líquido inicial	437.597	714.248	13.138	1.164.983
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	31.463	-	-	31.463
Passivo líquido no balanço patrimonial	469.060	714.248	13.138	1.196.446

2021	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610
Valor justo dos ativos do plano	(2.127.603)	-	-	-	(2.127.603)
Passivo líquido inicial	541.905	744.895	14.207	-	1.301.007
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	6.207	-	-	-	6.207
Passivo líquido no balanço patrimonial	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	87.395	26.382	237	(3.456)	110.558
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(545.827)	(52.058)	(978)	(27.351)	(626.214)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	160.152	35.993	600	(5.759)	190.986
	(298.280)	10.317	(141)	(36.566)	(324.670)
Benefícios pagos	(211.696)	(38.143)	(655)	(2.374)	(252.868)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	-	4.321
Custo do serviço passado (2)	(1.242)	-	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	-	351.516
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(2.246)	(240)	21	-	(2.465)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(191.868)	(65.232)	(1.183)	-	(258.283)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	1.976	(1.249)	(685)	-	42
	(192.138)	(66.721)	(1.847)	-	(260.706)
Benefícios pagos	(232.855)	(45.438)	(799)	-	(279.092)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	2.516.021	714.248	13.138	-	3.243.407

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação.
- (2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	2.380.823
Retorno real dos investimentos	(94.877)
Contribuições do empregador	53.353
Benefícios pagos	(211.696)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	2.127.603
Retorno real dos investimentos	122.129
Contribuições do empregador	61.547
Benefícios pagos	(232.855)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	2.078.424

Movimentação do passivo líquido:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
Despesa reconhecida no resultado	41.878	55.008	1.112	9.407	107.405
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Contribuições pagas	(53.353)	(38.143)	(655)	(2.374)	(94.525)
Perdas (ganhos) atuariais	(45.671)	10.317	(141)	(36.566)	(72.061)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	58.544	81.512	1.577	-	141.633
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	-	(1.242)
Contribuições pagas	(61.547)	(45.438)	(799)	-	(107.784)
Perdas (ganhos) atuariais	(74.807)	(66.721)	(1.847)	-	(143.375)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	469.060	714.248	13.138	-	1.196.446
				2022	2021
Passivo circulante				84.377	75.257
Passivo não circulante				1.112.069	1.231.957

- (1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, que incluem o custo do serviço passado decorrente do cancelamento da obrigação pós-emprego do seguro de vida, no montante de R\$131.395 em 2022 (R\$364 em 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$8.996 em 2022 (R\$15.751 em 2021).

Valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2022 e 2021:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	4.321
Custo do serviço passado	(1.242)	-	-	(1.242)
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	351.516
Rendimento sobre os ativos do plano	(214.204)	-	-	(214.204)
Despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	57.302	81.512	1.577	140.391

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Rendimento sobre os ativos do plano	(157.116)	-	-	-	(157.116)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	41.878	55.008	1.112	(81.883)	16.115

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2023 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	3.400	91	3.565
Juros Sobre a obrigação atuarial	281.861	81.741	1.506	365.108
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(226.844)	-	-	(226.844)
Estimativa da despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	55.091	85.141	1.597	141.829

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2023 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	241.360	47.761	834	289.955

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R\$58.919 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$23.238 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	51.373	11.545	209	63.127
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(52.418)	(11.841)	(215)	(64.474)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	222.363	89.312	1.596	313.271

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
9	11	13	12

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2022	2021
Ações	6,45%	7,77%
Títulos de renda fixa	76,89%	73,95%
Imóveis	4,89%	5,04%
Outros	11,77%	13,24%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2022	2021
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	-	76.419
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	58.050	59.640
	58.050	136.059

Principais premissas atuariais

	2022		2021		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	11,73%	11,83%	10,60%	10,75%	10,73%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,73%	Não aplicável	10,60%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,31%	5,31%	5,03%	5,03%	5,03%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,31%	Não aplicável	5,03%	Não aplicável	6,29%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%	-

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

20. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	59.957	20.299	(607)	(9.237)	70.412
Tributárias	317.287	62.443	(67.451)	(278)	312.001
Regulatórias	4.131	2.808	-	(2.202)	4.737
Outras	56.397	39.271	(47.141)	(39.140)	9.387
Total	437.772	124.821	(115.199)	(50.857)	396.537

	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	58.687	7.225	-	(5.955)	59.957
Cíveis	200	126	(200)	(126)	317.287
Tributárias	307.014	10.534	-	(261)	-
Regulatórias	3.426	1.538	-	(833)	4.131
Outras	48.934	15.739	(1.669)	(6.607)	56.397
Total	418.261	35.162	(1.869)	(13.782)	437.772

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	2022	2021
Trabalhistas	80.727	90.459
Cíveis		
Relações de consumo	27.855	28.385
Outras ações cíveis	55.636	46.819
	83.490	75.204
Tributárias	459.683	385.878
Regulatórias	674.430	480.620
Outras (1)	381.803	332.189
Total	1.680.133	1.364.350

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos no texto de Provisões.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de, aproximadamente, R\$108.298 (R\$79.190 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$2.288 foi provisionado (R\$2.118 em 31 de dezembro de 2021).

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante das obrigações é de, aproximadamente,

R\$416.170 (R\$375.970 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$276.406 (R\$314.017 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados.

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$67.451 no terceiro trimestre de 2022. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$63.031 (R\$70.709 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.221 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de R\$71.988 (R\$68.399 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$32.086 (R\$30.496 em 31 de dezembro de 2021) foi provisionado.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de aproximadamente R\$20.208 (R\$18.655 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante do passivo contingente é de R\$97.988 (R\$87.844 em 31 de dezembro de 2021).

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de, aproximadamente, R\$151.139 (R\$150.416 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$70.412 foram provisionados (R\$59.957 em 31 de dezembro de 2021).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de, aproximadamente, R\$55.330 (R\$47.915 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$4.737 (R\$4.131 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se

determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$506.742 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$117.095. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$156.932 (R\$195.635 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$9.387 foram provisionados (R\$56.397 em 31 de dezembro de 2021). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de

supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado do passivo contingente é de R\$136.795 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$81.206 (R\$58.965 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$102.760 em 31 de dezembro de 2022 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021).

21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Composição das obrigações especiais	Amortização - taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Em serviço		(223.132)	(26.548)	(249.680)	(210.966)
Participação da união, estados e municípios		(10)	-	(10)	(10)
Participação financeira do consumidor		(217.491)	(26.518)	(244.009)	(206.699)
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido		(200)	(30)	(230)	(230)
Pesquisa e desenvolvimento		(5.431)	-	(5.431)	(4.027)
(-) Amortização acumulada - AIS	3,41%	49.611	21.178	70.789	61.520
Participação financeira do consumidor		49.528	21.126	70.654	61.393
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido		83	52	135	127
Em curso		(5.029)	-	(5.029)	(6.962)
Participação da união, estados e municípios		(105)	-	(105)	(105)
Participação financeira do consumidor		(987)	-	(987)	(1.879)
Pesquisa e desenvolvimento		(3.874)	-	(3.874)	(4.915)
Valores pendentes de recebimento		(63)	-	(63)	(63)
Total		(178.550)	(5.370)	(183.920)	(156.408)

Movimento das obrigações especiais	Saldo em 2021	Adição	Transferência	Reavaliação	Saldo em 2022
Em serviço	(210.966)	-	(38.714)	-	(249.680)
Participação da união, estados e municípios	(10)	-	-	-	(10)
Participação financeira do consumidor	(206.699)	-	(37.310)	-	(244.009)
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido	(230)	-	-	-	(230)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.027)	-	(1.404)	-	(5.431)
(-) Amortização acumulada - AIS	61.520	8.334	-	935	70.789
Participação financeira do consumidor	61.393	8.327	-	934	70.654
Doações e subvenções destinadas a invest. no serviço concedido	127	7	-	1	135
Em curso	(6.962)	(36.781)	38.714	-	(5.029)
Participação da união, estados e municípios	(105)	-	-	-	(105)
Participação financeira do consumidor	(1.879)	(36.418)	37.310	-	(987)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.915)	(363)	1.404	-	(3.874)
Valores pendentes de recebimento	(63)	-	-	-	(63)
Total	(156.408)	(28.447)	-	935	(183.920)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724 (R\$4.123.724 em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Em 31 de outubro de 2022, foi aprovado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$4.123.724 para R\$5.473.724, sem alteração nas ações ordinárias nominativas. Este aumento ocorreu mediante a capitalização de R\$1.350.000, provenientes do aporte de capital realizado pela Cemig (controladora da Companhia), operacionalizado por meio de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”).

b) Lucro Societário básico e diluído por ação

O lucro societário por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2022	2021
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro societário do exercício	2.085.456	871.434
Lucro societário por ação – básico e diluído (em R\$)	0,72	0,30

c) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta reservas de lucros, apresentada nessas demonstrações contábeis regulatórias, é demonstrada como segue:

	2022	2021
Reservas de lucros		
Reserva legal	412.081	308.328
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	55.125	44.727
Reserva de retenção de lucros societária	3.160.879	1.888.682
Absorção de prejuízos regulatórios	(2.254.162)	(901.183)
Reserva de retenção de lucros regulatória	906.717	987.499
	1.373.923	1.340.554

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022 é R\$55.125 (R\$44.727 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva de Retenção de Lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

d) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Em 30 de janeiro de 2023, foram declarados dividendos intermediários, no montante de R\$600.000, referentes ao resultado do primeiro semestre de 2022, a serem compensados com o dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício de 2022. Desse montante, R\$500.000 foram pagos no primeiro trimestre de 2023 e o restante deverá ser pago até 31 de dezembro de 2023, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

O cálculo dos dividendos societários para os exercícios de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido societário do exercício	2.085.456	871.434
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido societário	1.042.728	435.717
Realização da reserva de lucros a realizar	222.935	-
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	-	43.719
	1.265.663	479.436
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	-	291.462
Dividendos intermediários	600.000	-
Dividendos estatutários	442.728	187.974
Dividendos adicionais	222.935	-
	1.265.663	479.436
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,21	0,06
Dividendos intermediários (em R\$)	0,15	-
Dividendos adicionais (em R\$)	0,08	-
Juros sobre capital próprio (em R\$)	-	0,10

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	891.998
Proposta dividendos	187.974
Declaração de Juros sobre capital próprio	291.462
IR sobre juros sobre capital próprio	(43.719)
Pagamento dividendos e JCP	(527.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.947
Proposta dividendos	442.728
Dividendos intermediários	600.000
Pagamento dividendos e JCP	(435.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.406.958

e) Destinação do Resultado Societário de 2022

O Conselho de Administração deliberou na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em abril de 2023, a seguinte destinação do Lucro Líquido societário de 2022, no montante de R\$2.085.456, da realização da Reserva de lucros a realizar no montante de R\$222.935 e da realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$120.685:

- R\$103.753 foram destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.265.663 foram destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$600.000 por meio de dividendos intermediários, declarados em 30 de janeiro de 2023;
 - R\$442.728 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
 - R\$222.935 para pagamento de dividendos adicionais em decorrência da realização da Reserva de Lucros a Realizar.
- R\$10.398 foram mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene;
- R\$1.049.262 foram mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2023.

f) Outros Resultados Abrangentes

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, e da Base de Remuneração Regulatória - BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(476.145)	(570.773)
Ajustes de reavaliação – BRR	178.510	243.084
Outros resultados abrangentes	(297.635)	(327.689)

23. RECEITAS

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº consumidores (1)		MWh (1)		2022	2021
	2022	2021	2022	2021		
Fornecimento faturado	3.184	3.076	17.600.977	17.771.341	4.883.836	4.588.345
Industrial	1.344	1.388	13.462.896	13.581.506	3.830.879	3.680.888
Comercial	1.834	1.678	4.122.122	4.158.849	1.048.301	898.860
Rural	6	10	15.959	30.986	4.656	8.597
Fornecimento - não faturado	-	-	-	-	43.298	47.367
Suprimento faturado (2)	58	48	8.072.008	9.018.040	1.769.716	2.239.602
Suprimento - não faturado	-	-	-	-	(7.749)	(122.630)
Total fornecimento/suprimento	3.242	3.124	25.672.985	26.789.381	6.689.101	6.752.684
Uso da rede elétrica de transmissão faturado (a)	-	-	-	-	1.330.558	1.187.328
Energia elétrica de curto prazo (b)	-	-	-	-	167.650	278.347
Total	3.242	3.124	25.672.985	26.789.381	8.187.309	8.218.359

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes.

a) Receita de uso da rede elétrica de transmissão

Corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

b) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos		
ICMS	561.780	640.069
Cofins	578.366	581.319
PIS/Pasep	125.566	126.207
ISSQN	43	3
	1.265.755	1.347.598
Encargos		
Reserva global de reversão – RGR	11.198	12.210
Conta de desenvolvimento energético – CDE	314.435	242.683
CDE sobre P&D	2.786	3.777
Proinfa	77.287	65.733
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	20.432	19.018
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	8.144	8.241
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos - CFURH	33.277	19.830
	467.559	371.492
	1.733.314	1.719.090

24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo - CCEE	55.156	175.603
Energia adquirida no Ambiente Livre	4.499.639	4.599.033
Créditos de PASEP/COFINS	(419.382)	(436.718)
	4.135.413	4.337.918
Encargos de uso da rede básica de transmissão		
Encargos de transmissão - Rede básica	183.141	161.715
Encargos de distribuição	10.076	10.402
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(17.791)	(15.853)
	175.426	156.264
	4.310.839	4.494.182

25. CUSTOS GERENCIÁVEIS

a) Pessoal e administradores

	2022	2021
Pessoal	476.189	322.552
Remuneração	197.553	191.250
Encargos	72.408	69.710
Previdência privada - corrente	20.127	19.834
Benefício pós-emprego - previdência privada	48.306	26.127
Programa de demissão voluntária	20.007	7.408
Despesas rescisórias	691	285
Participação nos lucros e resultados - PLR	21.633	32.294
Estagiários e programas de iniciação ao trabalho	481	-
Outros benefícios - corrente	35.197	33.035
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial (1)	83.530	(25.763)
Outros (recuperação de despesas)	(23.744)	(31.628)
Administradores	2.321	3.464
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.807	3.174
Benefícios dos administradores	368	290
Outros	(1.854)	-
	478.510	326.016

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação, no exercício de 2021, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 22.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Nos meses de abril e dezembro de 2022, a Companhia aprovou os PDVP's 2022 e 2023, respectivamente, sendo que para o PDVP 2022 o período de adesão dos empregados foi de 2 de maio a 20 de maio, sendo depois reaberto no período de 30 de maio a 3 de junho de 2022, com adesão de 57 empregados, e para o PDVP 2023 foi de 20 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2023, com adesão de 38 empregados. Os programas previam o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento "A Pedido" e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos de cada programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Os custos para os programas totalizaram R\$20.536, sendo R\$10.838 para o PDVP 2022 e R\$9.698 para o PDVP 2023, e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

O programa de desligamento voluntário, aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve o custo total correspondente a R\$6.168, representando a adesão de 53 empregados.

b) Serviços de terceiros

	2022	2021
Comunicação	150	3.747
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	29.728	21.825
Conservação e limpeza de prédios	19.867	20.382
Mão de obra contratada	3.697	4.416
Fretes e passagens	1.216	545
Hospedagem e alimentação	4.261	3.364
Vigilância	3.588	4.794
Consultoria	7.442	8.894
Auditoria externa	3.938	3.352
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	370	693
Tecnologia da informação	26.676	16.254
Manutenção e conservação de veículos	783	330
Energia elétrica	1.999	3.177
Meio ambiente	10.888	7.215
Limpeza de faixas	9.722	8.549
Serviços de reprografia	-	953
Serviços advocatícios e custas processuais	5.477	4.681
Outros	26.192	15.854
	155.994	129.025

c) Provisões operacionais

	2022	2021
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	1.302	13.413
Perda por redução ao valor recuperável	7.412	-
Reversão de perda estimada com parte relacionada - Renova	(53.356)	-
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	19.692	7.225
Cíveis	(5.008)	(74)
Tributárias	2.808	10.534
Regulatórias	-	1.538
Outras	(7.870)	14.070
	9.622	33.293
	(35.020)	46.706
Variação no valor justo de derivativos		
Opção de venda SAAG (nota 27)	36.124	100.137
	1.104	146.843

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	133.912	51.350
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	8.396	5.184
Variação monetária	38.945	22.808
Variação Monetária s/ depósitos judiciais e cauções	13.174	3.683
Variações cambiais de empréstimos (nota 16)	338.265	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8b)	-	2.504
Outras	10.956	26.154
Pasep/Cofins sobre receitas financeiras	(22.430)	(5.192)
	521.218	106.491
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 16)	(548.186)	(803.609)
Amortização do custo de transação (nota 16)	(2.514)	(16.359)
Variação monetária – Forluz	(8.996)	(15.751)
Variação monetária – empréstimos e debêntures (nota 16)	(4.569)	(43.637)
Variações monetárias	(3.431)	(9.199)
Variações cambiais de empréstimos e debêntures (nota 16)	-	(353.950)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 16)	(46.763)	(491.037)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 27)	(437.887)	(537.976)
Variação monetária de arrendamento (nota 14)	(5.021)	-
Outras	(4.866)	(6.666)
	(1.062.233)	(2.278.184)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(541.015)	(2.171.693)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (2)								
Madeira Energia	8.218	7.533	132.029	106.975	95.880	94.883	(1.687.151)	(1.518.678)
Aliança Geração	-	-	7.201	6.928	684	545	(99.750)	(90.630)
Norte Energia	2.352	2.338	-	-	25.122	26.151	-	(66.485)
Paracambi	-	-	2.476	2.160	-	-	(33.058)	(27.885)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.491	3.153	-	-	(45.618)	(37.063)
Taesa	24	-	1.093	1.220	278	252	(13.011)	(10.857)
Cemig Distribuição	23.459	21.203	1.391	1.744	253.105	219.185	(14.092)	(13.296)
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição (8)	11.049	8.650	-	-	88.360	74.447	-	-
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição (7)	2.565	2.362	-	-	431	4.826	-	-
Prestação de serviço (5)								
Aliança Geração	673	512	-	-	4.920	4.693	-	-
Baguari Energia	211	211	-	-	1.549	691	-	-
Taesa	104	150	-	-	1.315	1.242	-	-
Outros créditos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	4.038	-	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (9)	160.644	-	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (4)	-	-	54.905	52.497	-	-	(3.066)	(11.121)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (3)	-	-	-	161.648	-	-	161.648	(161.648)
Hidrelétrica Itaocara (6)	-	-	-	20.767	-	-	20.767	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.406.958	799.947	-	-	-	-
Retiro Baixo	5.867	7.202	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	3.882	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	3.867	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	132.827	29.334	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	788.085	618.088	-	-	36.094	16.545	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	2.975	127.128	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	44.936	40.878	-	-	(58.544)	(41.878)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(21.827)	(21.148)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(7.909)	(6.952)
Arrendamento operacional (13)	-	-	5.219	4.800	-	-	(6.493)	(6.086)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	424.124	507.234	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	37.358	35.489	36.910	34.223	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	46.243	38.807	-	-	(83.089)	(56.120)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	681.143	720.295	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 12);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à Madeira Energia S.A. e os outros acionistas (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 12);
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$156 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) No 4º trimestre de 2022, a Companhia realizou um aporte nessa investida no montante de R\$24.722 para cumprimento de penalidade e aplicada pela Aneel. Com isso, foi revertida a provisão constituída em 2021. Adicionalmente, a Companhia, tendo em vista o pedido de extinção do contrato de concessão da UHE Itaocara reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de seu investimento (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 12);
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- (9) Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 12);
- (10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 18);
- (11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 18).

Dividendos a receber de controladas

	2022	2021
Sá Carvalho S.A.	691	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	88.841	28.000
Cemig Geração Salto Grande S.A.	28.845	17.793
Cemig Geração Poço Fundo	479	-
Aliança Geração	126.634	224.896
Outras (1)	13.616	9.515
	259.106	280.204

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Com a conclusão da alienação da totalidade da participação societária detida pela Cemig GT na MESA, em 20 de março de 2023, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenados de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas. Para mais informações, ver nota explicativa nº 35 - Eventos subsequentes.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	3.220	3.280
Participação nos resultados	854	506
Previdência privada	302	248
Planos de saúde e odontológico	39	30
Seguro de vida	9	2
Total (1)	4.424	4.066

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Investimentos temporários		115.376	115.376	396.985	396.985
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		922.646	922.646	646.458	646.458
Depósitos vinculados a litígios		168.183	168.183	152.759	152.759
Indenizações a receber – transmissão		570.019	570.019	545.159	545.159
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar		160.643	-	-	-
		1.936.867	1.776.224	1.741.361	1.741.361
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	190.733	190.733	82.292	82.292
Investimentos temporários					
Certificados de depósitos bancários	1	86.537	86.537	36.211	36.211
Letras financeiras – bancos	2	409.663	409.663	253.651	253.651
Letras financeiras do tesouro	1	181.659	181.659	64.254	64.254
Debêntures	2	4.514	4.514	-	-
		873.106	873.106	436.408	436.408
Instrumentos financeiros derivativos	3	702.734	702.734	1.219.176	1.219.176
Indenizações a receber – geração	3	691.460	691.460	203.545	203.545
		1.394.194	1.394.194	1.422.721	1.422.721
		4.204.167	4.043.524	3.600.490	3.600.490
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures	2	(4.959.066)	(4.959.066)	(6.029.460)	(6.029.460)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(56.892)	(56.892)	(87.015)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de Pensão - Forluz	2	(123.843)	(123.843)	(121.961)	(121.961)
Concessões a pagar	3	(27.291)	(27.291)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(448.621)	(448.621)	(334.378)	(334.378)
Arrendamentos		(60.501)	(60.501)	-	-
		(5.676.214)	(5.676.214)	(6.599.627)	(6.599.627)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	3	(90.526)	(90.526)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(672.416)	(672.416)	(636.292)	(636.292)
		(762.942)	(762.942)	(642.422)	(642.422)
		(6.439.156)	(6.439.156)	(7.242.049)	(7.242.049)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 137,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,60%, CDI + 3,48% a 6,89%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Encontra-se registrado nas demonstrações contábeis regulatórias um passivo no valor de R\$672.416 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 13.

A movimentação do valor das opções é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção PUT - SAAG, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a ser julgada pela Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em 7 de fevereiro de 2023, foi divulgada a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos. A Companhia, em conjunto com os seus assessores legais, está avaliando as medidas cabíveis.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Tender Offer – 2021

Em 2021, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Companhia, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento

contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Tender Offer - 2022

Em 28 dezembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia ("Tender Offer"), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$250 milhões. No âmbito da implementação, em 29 de agosto de 2022, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Companhia contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022. A liquidação da operação foi positiva em R\$32.014, com entrada líquida de caixa no montante de R\$32.012.

Em 2022 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$94.580 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$399.979 em 2021, com entrada líquida de caixa de R\$339.829).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado em 2022	Ganho/(Perda) realizado em 2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	184.548	1.018.638
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(53.613)	155.569
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	3 de agosto de 2021 16 de dezembro de 2022	Balcão	2021: US\$600.000 2022: US\$280.000	32.016	23.700
					162.951	1.197.907

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$437.887 (ajuste negativo de R\$537.976 em 31 de dezembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 2022	Valor justo em 2022	Valor conforme contrato em 2021	Valor justo em 2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	428.134	272.846	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	568.487	339.362	577.565	506.645
					996.621	612.208	1.450.660	1.213.046
Ativo não circulante						702.734		1.219.176
Passivo circulante						(90.526)		(6.130)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$612.208 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2022. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do exercício contábil, em R\$54.480. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$666.688, sendo R\$745.307 referente à opção (*call spread*) e R\$78.619 referentes ao *swap*.

A Companhia, a partir do cenário base observado em 31 de dezembro de 2022, mensurou os efeitos em seu resultado para os cenários provável e adverso, nos quais as projeções de taxas de juros e dólar americano são elevadas, simulando um estresse econômico.

Os resultados estão demonstrados a seguir:

	Cenário base em 2022	Cenário provável em 31/12/2023 Selic 12,75% Dólar 5,10	Cenário adverso em 31/12/2023 Selic 15,75% Dólar 6,02
Swap ponta ativa	2.864.516	2.793.496	2.789.523
Swap ponta passiva	(2.975.800)	(2.872.115)	(2.896.739)
Opção/Call Spread	723.492	745.307	854.532
Instrumento derivativo de hedge	612.208	666.688	747.316

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, aos quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

	2022		2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar norte-americano				
Empréstimos (nota 16)	(761.824)	(3.974.971)	(1.007.557)	(5.622.673)
Passivo líquido exposto		(3.974.971)		(5.622.673)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2023, será uma desvalorização de 2,26% para o dólar (R\$5,10) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos da variação cambial esperada do Real, em um cenário adverso.

Risco - Exposições cambiais	2022	2023	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar 5,10	Cenário adverso Dólar 6,00
Dólar norte-americano			
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(3.974.971)	(3.885.304)	(4.570.946)
Passivo líquido exposto	(3.974.971)	(3.885.304)	(4.570.946)
Efeito líquido da variação cambial		89.667	(595.975)

Risco de Taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia está exposta aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

	2022	2021
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações (nota 5)	190.733	82.292
Investimentos temporários – CDI/Selic (nota 6)	797.749	751.101
Indenização da geração – CDI/Selic (nota 13)	691.460	203.545
	1.679.942	1.036.938
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 16)	(703.185)	-
	(703.185)	-
Ativo líquido exposto	976.757	1.036.938

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2023, a taxa Selic será de 12,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas taxas de juros nacionais	2022	2023	
	Valor Contábil	Cenário provável SELIC 12,50%	Cenário adverso SELIC 9,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações (nota 5)	190.733	214.575	209.329
Investimentos temporários – CDI/Selic (nota 6)	797.749	897.468	875.530
Indenização da geração – CDI/Selic (nota 13)	691.460	777.893	758.877
	1.679.942	1.889.936	1.843.736
Passivos			
Empréstimos e debêntures (nota 16)	(703.185)	(791.083)	(771.746)
	(703.185)	(791.083)	(771.746)
Ativo líquido exposto	976.757	1.098.853	1.071.990
Efeito líquido da variação das taxas de juros		122.096	95.233

Risco de Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de redução da inflação em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Ativos		
Indenização da transmissão a receber – IPCA (nota 13)	570.019	545.159
	570.019	545.159
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA (nota 16)	(302.216)	(428.367)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - Forluz (nota 18)	(56.892)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 18)	(123.843)	(121.961)
	(482.951)	(637.343)
Ativo (passivo) líquido exposto	87.068	(92.184)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2022, a taxa IPCA será de 5,30%. No que se refere ao risco de inflação, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação	2022	2023	
	Valor Contábil	Cenário provável IPCA 5,30%	Cenário adverso IPCA 3,21%
Ativos			
Indenização da transmissão a receber – IPCA (nota 13)	570.019	600.230	588.317
	570.019	600.230	588.317
Passivos			
Empréstimos e debêntures – IPCA (nota 16)	(302.216)	(318.233)	(311.917)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - Forluz (nota 18)	(56.892)	(59.907)	(58.718)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 18)	(123.843)	(130.407)	(127.818)
	(482.951)	(508.547)	(498.453)
Passivo líquido exposto	87.068	91.683	89.864
Efeito líquido da variação da inflação		4.615	2.796

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações comprometidas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	-	-	562.255	5.674.745	-	6.237.000
Concessões a pagar	353	699	2.999	13.242	17.472	34.765
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.319	6.712	30.814	21.135	-	61.980
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.467	2.960	13.648	79.560	93.203	190.838
	5.139	10.371	609.716	5.788.682	110.675	6.524.583
Pré-fixadas						
Fornecedores	448.229	392	-	-	-	448.621
	453.368	10.763	609.716	5.788.682	110.675	6.973.204

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$27.759 (R\$24.576 em 2021).

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida Ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida.

	2022	2021
Empréstimos e debêntures (nota 16)	8.918.871	6.029.460
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(194.482)	(86.064)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(797.749)	(751.101)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 28)	(612.208)	(1.213.046)
Dívida líquida	7.314.432	3.979.249
Lajida ajustado	2.734.805	2.002.098
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,99	1,78

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	9.933.224	10.457.397
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(194.482)	(86.064)
(-) Investimentos temporários (nota 6)	(794.773)	(623.973)
Passivo líquido	8.943.969	9.747.360
Total do patrimônio líquido	6.550.012	6.486.589
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,37	1,50

29. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31/IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 5 de maio de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$60.000, com direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$1.500	
	Responsabilidade Civil	27/05/2022 a 27/05/2023	US\$4.000	US\$58
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2022 a 02/11/2024	R\$21.119	R\$35
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2023 a 08/01/2024	R\$238.814	R\$51
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2022 a 30/09/2023	R\$47.662	R\$44
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2022 a 07/12/2023	R\$927.549	R\$1.554

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$279.005.

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Compra de Energia	2.625.243	1.052.947	103.856	98.808	119.796	532.809	4.533.459

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nºs 14 e 17.

32. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do terceiro e quarto ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de transmissão de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume a Base de Remuneração Regulatória – BRR em janeiro de 2018, a qual foi homologada pela Resolução Homologatória nº 2.712 de 30 de junho de 2020. O resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixou o reposicionamento da Receita Annual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018 até a próxima revisão tarifária em junho de 2023:

Data-base	31/01/2018
Descrição - Valores da Base Blindada	
(1) Ativo Imobilizado em serviço (Valor Novo de Reposição)	5.241.834
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Brutas	70.325
(4) Bens Totalmente Depreciados	2.766.270
(5) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3) - (4)	2.405.239
(6) Depreciação Acumulada	4.650.106
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	591.728
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	591.728
(10) Almoarifado em Operação	-
(11) Obrigações Especiais Líquido	48.689
(12) Terrenos e Servidões	36.853
(13) Base de Remuneração Líquida = (1) - (6) - (8) + (10) - (11) + (12)	579.892
(14) Taxa de Depreciação	3,36%

Data-base	31/01/2018
Descrição - Valores da Base Incremental	
(1) Ativo Imobilizado em serviço (Valor Novo de Reposição)	742.344
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Brutas	131.182
(4) Bens Totalmente Depreciados	-
(5) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3) - (4)	611.162
(6) Depreciação Acumulada	73.700
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	668.644
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	668.644
(10) Almoarifado em Operação	1.321
(11) Obrigações Especiais Líquido	119.408
(12) Terrenos e Servidões	-
(13) Base de Remuneração Líquida = (1) - (6) - (8) + (10) - (11) + (12)	550.557
(14) Taxa de Depreciação	3,36%

33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras de 2022 ou de exercícios anteriores.

34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas seguindo as práticas societárias

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2022				2021			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		194.482	-	-	194.482	86.064	-	-	86.064
Consumidores e revendedores	34.1.5	568.740	-	243.852	812.592	352.519	-	182.060	534.579
Concessionários - transporte de energia	34.1.5	353.859	-	(243.852)	110.007	293.224	-	(182.060)	111.164
Serviços em curso	34.2.6	71.394	(71.394)	-	-	98.078	(98.078)	-	-
Tributos compensáveis		28.375	-	-	28.375	27.921	-	-	27.921
IR e CS recuperar		772.564	-	-	772.564	650.523	-	-	650.523
Almoxarifado operacional	34.1.4	2.329	-	(2.329)	-	2.867	-	(2.867)	-
Investimentos temporários	34.1.1	794.773	-	(6.405)	788.368	623.973	-	(5.843)	618.130
Ativo de contrato	34.2.2	-	691.153	-	691.153	-	565.659	-	565.659
Indenização pela concessão a receber	34.2.3	104.957	(104.957)	-	-	52.174	(52.174)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	34.1.7	122	-	(122)	-	1.443	-	(1.443)	-
Dividendos a receber		259.106	-	-	259.106	280.204	-	-	280.204
Outros ativos circulantes	34.1.1, 34.1.2, 34.1.4, 34.1.7	243.408	(682)	13.225	255.951	61.866	(859)	14.522	75.529
Total do circulante		3.394.109	514.120	4.369	3.912.598	2.530.856	414.548	4.369	2.949.773
Bens destinados à alienação	34.1.2	4.369	-	(4.369)	-	4.369	-	(4.369)	-
Não circulante									
Consumidores		47	-	-	47	715	-	-	715
Tributos compensáveis		28.545	-	-	28.545	27.614	-	-	27.614
Tributos diferidos	34.2.10	75.120	(75.120)	-	-	189.337	(189.337)	-	-
Depósitos judiciais e cauções		168.183	-	-	168.183	152.759	-	-	152.759
Investimentos temporários		2.976	-	-	2.976	127.128	-	-	127.128
Serviços em curso	34.2.6	1.680	(1.680)	-	-	66.823	(66.823)	-	-
Bens e direitos para uso futuro	34.1.6	267	-	(267)	-	269	-	(269)	-
Indenização pela concessão a receber	34.2.3	1.156.522	(1.156.522)	-	-	696.530	(696.530)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)		702.734	-	-	702.734	1.219.176	-	-	1.219.176
Outros ativos não circulantes	34.1.6	67.555	1.734	267	69.556	61.815	-	269	62.084
Investimentos	34.2.1, 34.2.12	6.410.883	1.434.895	-	7.845.778	7.412.251	69.457	-	7.481.708
Ativo financeiro da concessão	34.2.3	-	691.460	-	691.460	-	816.202	-	816.202
Ativo de contrato	34.2.2	-	3.842.796	-	3.842.796	-	3.595.441	-	3.595.441
Imobilizado	34.2.2, 34.2.3, 34.2.4	3.728.973	(2.172.058)	-	1.556.915	3.655.576	(1.998.730)	-	1.656.846
Intangível	34.2.2, 34.2.3, 34.2.4	685.780	(25.687)	-	660.093	798.768	(25.363)	-	773.405
Direito de uso	34.2.7	55.493	-	-	55.493	-	40.427	-	40.427
Total do não circulante		13.084.758	2.539.818	-	15.624.576	14.408.761	1.544.744	-	15.953.505
Ativo total		16.483.236	3.053.938	-	19.537.174	16.943.986	1.959.292	-	18.903.278

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2022				2021			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		448.621	-	-	448.621	334.379	-	-	334.379
Empréstimos, financiamentos e debêntures		33.707	-	-	33.707	470.536	-	-	470.536
Obrigações sociais e trabalhistas	34.1.3	96.408	-	(29.107)	67.301	89.158	-	(31.503)	57.655
Benefício pós-emprego		84.377	-	-	84.377	75.257	-	-	75.257
Impostos, taxas e contribuições	34.2.9	71.188	60.247	-	131.435	74.255	49.492	-	123.747
Encargos setoriais	34.2.6	175.751	(71.394)	-	104.357	198.130	(98.078)	-	100.052
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		1.406.958	-	-	1.406.958	799.947	-	-	799.947
Opções de venda - SAAG		672.416	-	-	672.416	636.292	-	-	636.292
Instrumentos financeiros derivativos (swap)		90.526	-	-	90.526	6.130	-	-	6.130
Outros passivos circulantes	34.1.3	148.445	-	29.107	177.552	294.071	-	31.503	325.574
Passivo de arrendamento	34.2.7	9.592	-	-	9.592	-	9.637	-	9.637
Total do circulante		3.237.989	(11.147)	-	3.226.842	2.978.155	(38.949)	-	2.939.206
Não circulante									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.925.359	-	-	4.925.359	5.558.924	-	-	5.558.924
Benefício pós-emprego		1.112.069	-	-	1.112.069	1.231.957	-	-	1.231.957
Tributos	34.2.9	-	348.573	-	348.573	-	324.730	-	324.730
Provisão para litígios		396.537	-	-	396.537	437.772	-	-	437.772
Encargos setoriais	34.2.6	-	-	-	-	66.823	(66.823)	-	-
Tributos diferidos	34.2.10	-	557.634	-	557.634	-	593.588	-	593.588
Outros passivos não circulantes		26.441	-	-	26.441	27.358	-	-	27.358
Obrig. vinculadas à concessão do serv.público de energia elétrica	34.2.4	183.920	(183.920)	-	-	156.408	(156.408)	-	-
Passivo de arrendamento	34.2.7	50.909	-	-	50.909	-	34.289	-	34.289
Total do não circulante		6.695.235	722.287	-	7.417.522	7.479.242	729.376	-	8.208.618
Total do passivo		9.933.224	711.140	-	10.644.364	10.457.397	690.427	-	11.147.824
Patrimônio líquido									
Capital social		5.473.724	-	-	5.473.724	4.123.724	-	-	4.123.724
Ajustes de avaliação patrimonial	34.2.2, 34.2.3, 34.2.4 34.2.10	(297.635)	88.636	-	(208.999)	(327.689)	144.747	-	(182.942)
Reservas de lucros	34.2.1, 34.2.7, 34.2.10, 34.2.12	1.373.923	2.254.162	-	3.628.085	1.340.554	1.124.118	-	2.464.672
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	1.350.000	-	-	1.350.000
Total do patrimônio líquido		6.550.012	2.342.798	-	8.892.810	6.486.589	1.268.865	-	7.755.454
Total passivo e patrimônio líquido		16.483.236	3.053.938	-	19.537.174	16.943.986	1.959.292	-	18.903.278

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2022				2021			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		8.187.309	558.718	(5.835)	8.740.192	8.218.359	445.375	-	8.663.734
Fornecimento de energia elétrica		4.927.134	-	-	4.927.134	4.635.712	-	-	4.635.712
Suprimento de energia elétrica		1.761.967	-	-	1.761.967	2.116.972	-	-	2.116.972
Energia elétrica de curto prazo		167.650	-	-	167.650	278.347	-	-	278.347
Disponibilização sistema de transmissão	34.1.9 e 34.2.2	1.330.558	(520.468)	(83.466)	726.624	1.187.328	(503.800)	(65.406)	618.122
Receita de construção	34.2.5	-	407.193	-	407.193	-	251.973	-	251.973
Receita de indenização da geração	34.1.12	-	-	47.028	47.028	-	-	-	-
Remuneração financeiro do ativo de contrato	34.2.2	-	538.988	-	538.988	-	627.912	-	627.912
Outras receitas	34.1.9 e 34.2.8	-	133.005	30.603	163.608	-	69.290	65.406	134.696
TRIBUTOS		(1.265.755)	(54.366)	-	(1.320.121)	(1.347.598)	(42.082)	-	(1.389.680)
ICMS	34.2.9	(561.780)	(24)	-	(561.804)	(640.069)	(109)	-	(640.178)
PIS/Pasep	34.2.9	(125.566)	(8.945)	-	(134.511)	(126.207)	(6.809)	-	(133.016)
Cofins	34.2.9	(578.366)	(41.199)	-	(619.565)	(581.319)	(31.363)	-	(612.682)
ISS	34.2.9	(43)	(4.198)	-	(4.241)	(3)	(3.801)	-	(3.804)
ENCARGOS		(467.559)	-	-	(467.559)	(371.492)	-	-	(371.492)
Pesquisa e Desenv. – P&D		(20.432)	-	-	(20.432)	(19.018)	-	-	(19.018)
Reserva global de reversão – RGR		(11.198)	-	-	(11.198)	(12.210)	-	-	(12.210)
Conta de desenvolv. econômico – CDE		(314.435)	-	-	(314.435)	(242.683)	-	-	(242.683)
CDE sobre P&D		(2.786)	-	-	(2.786)	(3.777)	-	-	(3.777)
Comp.financ. util.recur.hídricos - CFUHR		(33.277)	-	-	(33.277)	(19.830)	-	-	(19.830)
Tx. fisc. de serv energia elétrica – TFSEE		(8.144)	-	-	(8.144)	(8.241)	-	-	(8.241)
Proinfra		(77.287)	-	-	(77.287)	(65.733)	-	-	(65.733)
RECEITA LÍQUIDA		6.453.995	504.352	(5.835)	6.952.512	6.499.269	403.293	-	6.902.562
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(4.310.839)	-	-	(4.310.839)	(4.494.182)	-	-	(4.494.182)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.135.413)	-	-	(4.135.413)	(4.337.918)	-	-	(4.337.918)
Encargo transm., conexão e distribuição		(175.426)	-	-	(175.426)	(156.264)	-	-	(156.264)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		2.143.156	504.352	(5.835)	2.641.673	2.005.087	403.293	-	2.408.380
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(470.507)	(949.526)	5.835	(1.414.198)	(827.230)	(264.871)	-	(1.092.101)
Pessoal e administradores		(478.510)	-	-	(478.510)	(326.016)	-	-	(326.016)
Materiais		(17.206)	-	-	(17.206)	(13.723)	-	-	(13.723)
Serviços de terceiros	34.1.11	(155.994)	-	(4.098)	(160.092)	(129.025)	-	-	(129.025)
Provisões		6.308	-	-	6.308	(146.843)	-	-	(146.843)
Perda por redução ao valor recuperável		(7.412)	-	-	(7.412)	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativo financeiro	34.2.3	-	(171.770)	-	(171.770)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	34.1.10, 34.2.2, 34.2.3 e 34.2.4	(387.090)	140.166	(6.881)	(253.805)	(326.093)	132.472	-	(193.621)
Custo de construção	34.2.5	-	(290.750)	-	(290.750)	-	(183.386)	-	(183.386)
Arrendamentos e aluguéis	34.1.10 e 34.2.7	(9.718)	-	6.881	(2.837)	(12.035)	10.840	-	(1.195)
Seguros		(9.947)	-	-	(9.947)	(11.910)	-	-	(11.910)
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	-	(6.047)	-	-	(6.047)
Provisão para perda na alienação de bens e direitos	34.1.8	1.505	-	(1.505)	-	17.653	-	(17.653)	-
Perdas na alienação de bens e direitos	34.1.8	(9.614)	4.678	4.936	-	(11.095)	4.794	6.301	-
Perdas em investimentos		-	-	-	-	(40.071)	-	-	(40.071)

	Nota	2022				2021			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Obrigações derivadas de contratos de investimento		(2.408)	-	-	(2.408)	(11.121)	-	-	(11.121)
(-) Recuperação de despesas		5.227	-	-	5.227	268	-	-	268
Tributos		(1.136)	-	-	(1.136)	(5.903)	-	-	(5.903)
Gastos diversos	34.1.8, 34.1.11 e 34.2.3	(30.722)	195	667	(29.860)	(34.775)	(85)	11.352	(23.508)
Indenização da transmissão	34.2.3	24.860	(77.723)	52.863	-	176.595	(176.595)	-	-
Indenização da geração	34.2.3 e 34.1.12	487.916	(440.888)	(47.028)	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	34.2.8	113.434	(113.434)	-	-	52.911	(52.911)	-	-
RESULTADO ATIVIDADE		1.672.649	(445.174)	-	1.227.475	1.177.857	138.422	-	1.316.279
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20		-	-	-	-	805.613	-	-	805.613
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	34.2.2	-	-	-	-	-	214.955	-	214.955
Equivalência patrimonial		1.107.631	208.541	-	1.316.172	670.629	-	-	670.629
Ganho na alienação de ativo mantido para venda		6.644	-	-	6.644	-	-	-	-
Resultado financeiro		(541.015)	-	-	(541.015)	(2.171.693)	(4.781)	-	(2.176.474)
Receitas financeiras		521.218	-	-	521.218	106.491	-	-	106.491
Despesas financeiras	34.2.7	(1.062.233)	-	-	(1.062.233)	(2.278.184)	(4.781)	-	(2.282.965)
Resultado antes dos impostos		2.245.909	(236.633)	-	2.009.276	482.406	348.596	-	831.002
Impostos sobre o resultado	34.2.10	(75.179)	151.359	-	76.180	160.802	(120.370)	-	40.432
Resultado do exercício		2.170.730	(85.274)	-	2.085.456	643.208	228.226	-	871.434

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2022	2021
Patrimônio líquido societário		8.892.810	7.755.454
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Reavaliação - custo atribuído	34.2.3	(406.843)	(589.697)
Base de remuneração regulatória - BRR	34.2.2, 34.2.3 e 34.2.4	270.472	368.311
Bonificação pela outorga - BO	34.2.1	(69.457)	(69.457)
Ajuste de indenização da transmissão	34.2.2	1.010.907	545.159
Equivalência patrimonial – Ajuste de exercícios anteriores	34.2.12	(1.156.897)	-
Equivalência patrimonial – Efeito no resultado do exercício	34.2.12	(208.541)	-
Ajuste operações de arrendamento	34.2.7	-	3.500
Ajuste mensuração de ativos da transmissão (IFRS 15 / CPC 47)	34.2.2	(2.288.727)	(2.183.138)
Tributos – IR/CS	34.2.10	506.288	656.457
Patrimônio líquido regulatório		6.550.012	6.486.589

e) Conciliação do resultado líquido societário e regulatório

	Nota	2022	2021
Resultado do exercício - societário		2.085.456	871.434
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Custo atribuído	34.2.3	171.770	423
Remuneração do ativo de contrato	34.2.2	(538.988)	(627.912)
Baixa BRR	34.2.2	-	-
Depreciação - reavaliação do custo atribuído	34.2.3	11.084	12.904
Depreciação - base de remuneração regulatória (BRR)	34.2.2	-	-
Depreciação - remuneração do ativo financeiro	34.2.2	(93.161)	(98.136)
Atualização da indenização da transmissão	34.2.2	(58.089)	(54.231)
Amortização da indenização da transmissão	34.2.2	518.611	90.281
Amortização – arrendamento	34.2.7	-	(3.849)
Juros sobre arrendamentos	34.2.7	-	4.781
Ajuste receita de transmissão – Efeitos IFRS 15 / CPC 47	34.2.2	555.068	615.479
Equivalência patrimonial	34.2.12	(208.541)	-
Revisão Tarifária Periódica, líquida - Efeitos IFRS 15 / CPC 47	34.2.2	-	(214.955)
Margem receita de construção	34.2.2 e	-	-
Impostos (IR/CS)	34.2.5	(116.443)	(68.587)
Impostos (IR/CS)	34.2.10	(151.359)	120.370
Total dos ajustes de práticas contábeis		85.274	(228.226)
Resultado do exercício - regulatório		2.170.730	643.208

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS e a base de preparação das informações contábeis previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento (mensuração e classificação) ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço patrimonial e da demonstração de resultado.

As diferenças entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e nas demonstrações financeiras societárias são como segue:

34.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão demonstradas a seguir:

34.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

34.1.2 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

34.1.3 Participação nos lucros e resultados

Na contabilidade regulatória os valores a pagar referentes às participações nos lucros e resultados são apresentados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”, conforme técnica de funcionamento 7.2.81 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores estão apresentados na rubrica “Outros passivos circulantes” em função da imaterialidade.

34.1.4 Almojarifado Operacional

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes estes valores são apresentados em conta específica, na rubrica “almojarifado operacional”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.17 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos circulantes.

34.1.5 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes aos créditos referentes ao suprimento de energia elétrica a outras concessionárias, inclusive a comercialização de energia realizada no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo), são apresentados na rubrica “concessionárias, permissionárias e comercializadoras”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores e revendedores.

34.1.6 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.38 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

34.1.7 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

34.1.8 Perdas na alienação e desativação de bens e direitos

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos ajustes estimados de perdas na realização do ativo devem ser registrados em rubrica específica de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnica de funcionamento 7.2.233 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados na rubrica “Outras despesas”.

34.1.9 Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Na contabilidade regulatória, o valor não arrecadado a título de encargos de uso do sistema de transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a RN-77/2004, devem ser registrados como receitas de disponibilização do sistema.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados no grupo de outras receitas.

34.1.10 Amortização do direito de uso

Na contabilidade societária, nos termos do IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”). Esse ativo é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, deixando de existir diferenças a partir de 1º de janeiro de 2022.

Na contabilidade societária, a amortização do direito de uso é apresentada no resultado na rubrica de Depreciação e amortização. Já na contabilidade regulatória, essa amortização é apresentada na rubrica de Arrendamentos e aluguéis, conforme técnica de funcionamento 7.2.220 do MCSE

34.1.11 Despesas com comunicação e reprografia

Na contabilidade societária essas despesas são apresentadas na rubrica de serviços de terceiros.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, foi estabelecido que essas despesas devem ser contabilizadas na rubrica de Gastos diversos, conforme técnica de funcionamento 7.2.230 do MCSE. Assim, na contabilidade regulatória, esses valores são apresentados como Gastos diversos.

34.1.12 Indenização a receber da geração

Na contabilidade societária o valor referente à atualização financeira da indenização da geração é reconhecido como ativo financeiro em contrapartida ao resultado. Na Demonstração do Resultado do Exercício esse valor é apresentado juntamente com as demais receitas operacionais da Companhia.

Na contabilidade regulatória, essa atualização financeira é reconhecida em rubrica específica no Balanço Patrimonial, juntamente com o ativo de origem, em contrapartida ao grupo de Outras receitas na Demonstração do Resultado regulatório.

34.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão demonstrados a seguir:

34.2.1 Investimento nas usinas adquiridas no lote D do leilão 12/2015 - bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga, paga pela Companhia, referente às usinas do Lote D do leilão 12/2015, foi reconhecido, como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica ativo financeiro, reduzindo o valor do caixa gerado pelas atividades operacionais.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão, em observância ao Despacho Aneel nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016. Os valores recebidos são reconhecidos como receita de suprimento de energia. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica intangível, compondo o valor do caixa gerado pelas atividades de investimento.

Em junho de 2016 os contratos de concessão tiveram as suas titularidades transferidas da Companhia para Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Companhia.

Em função das diferenças de critérios contábeis mencionadas acima, o valor do aporte nas SPE's constituídas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios da bonificação

registrada, com o registro das diferenças na rubrica de investimentos e respectivo efeito tributário na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos. Tais diferenças geraram redução no patrimônio na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

34.2.2 Ativos vinculados à concessão – transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

34.2.3 Ativos vinculados à concessão

Geração – Indenização a receber - Custo atribuído

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Na contabilidade societária o valor da receita de indenização da geração é reconhecido como ativo financeiro, e corresponde ao custo histórico, acrescido do custo atribuído decorrente da adoção inicial das normas internacionais. Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou, na contabilidade societária, o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. O saldo de R\$691.460 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

Na contabilidade regulatória o valor da receita de indenização da geração é o resultado da diferença entre os saldos registrados no ativo imobilizado e intangível, ao custo incorrido pela sua formação. Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou, na contabilidade regulatória, o registro de um ganho no montante de R\$440.888, correspondente à diferença entre o custo histórico e a nova estimativa, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel, além do reconhecimento da atualização financeira do período.

Transmissão - Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Na contabilidade societária a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos é classificada como ativo de contrato, uma vez que, os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive a mecanismos de controle de eficiência.

Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da ANEEL.

Na contabilidade regulatória, os saldos são ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e a receita registrada em conformidade à Receita Anual Permitida (RAP).

34.2.4 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, conforme técnica de funcionamento 7.2.103.

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas redutoras do ativo de contrato.

34.2.5 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

34.2.6 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.98 e 7.2.99 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

34.2.7 Operações de arrendamento

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 16/CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo

objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”) e um passivo para efetuar os pagamentos (“passivo de arrendamento”).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de amortização do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

Na contabilidade regulatória, até 31 de dezembro de 2021, estes valores eram contabilizados diretamente no resultado do exercício. Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, deixando de existir diferenças a partir de 1º de janeiro de 2022. Os impactos decorrentes da adoção inicial da CPC 06 nas demonstrações regulatórias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

34.2.8 Outras receitas operacionais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às rendas de prestação de serviços de operação e manutenção e os respectivos tributos devem ser reconhecidos como receitas de atividade não vinculada e apresentados como outras receitas operacionais, redutoras dos custos, conforme técnica de funcionamento 7.2.180 do MCSE.

34.2.9 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

34.2.10 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

34.2.11 Segmentos Operacionais

Na contabilidade societária, a partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações intersegmentos. Assim, nas demonstrações financeiras societárias consolidadas são apresentados os segmentos de geração, transmissão, comercialização, participações e transações intersegmentos, os quais refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Na contabilidade regulatória são apresentados os segmentos de geração, transmissão e atividade não vinculada em conformidade ao previsto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica.

34.2.12 Equivalência patrimonial

Na contabilidade societária, os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial, considerando o patrimônio líquido societário de cada investida ao final de cada período.

Na contabilidade regulatória, até 31 de dezembro de 2021, a equivalência patrimonial era mensurada de acordo com as normas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis societárias, diferentes das normas estabelecidas no MCSE.

Com a revisão das normas e instituição do MCSE de 2022, a Companhia passou a mensurar a equivalência patrimonial nas seguintes condições:

- (i) Com base nos valores apurados na contabilidade societária para as investidas que não elaboram Demonstrações Contábeis Regulatórias; e
- (ii) Com base nos valores apurados na contabilidade regulatória para as investidas que elaboram Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os impactos decorrentes dessa alteração foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em maio de 2023.

Alienação de participação societária - MESA

Em 20 de março de 2023, a Companhia concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas S.A da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A., pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenados de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta:	30.487
Participação indireta:	24.904
	55.391
Custo do investimento (1):	-

(1) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R\$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo "outros créditos", considerando a iminência do seu recebimento.

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023 foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs em lote único, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão de realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Assim, em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5, conforme segue:

Usina	Valor líquido contábil Ativo imobilizado e Intangível	Ativo mantido para venda
Cemig GT	46.126	-
CGH Bom Jesus do Galho	110	-
CGH Xicão	8.188	-
CGH Sumidouro	1.906	-
PCH São Bernardo	6.367	-
CGH Santa Marta	249	-
CGH Santa Luzia	995	-
CGH Salto Morais	798	-
PCH Rio de Pedras	21.943	-
CGH Pissarrão	1.423	-
CGH Lages	948	-
CGH Jacutinga	1.485	-
CGH Anil	1.713	-
Horizontes	7.212	7.212
CGH Salto do Paraopeba	-	-
CGH Salto Passo Velho	2.479	2.479
PCH Salto Voltão	4.733	4.733
Total	53.338	7.212

Considerando que o valor justo dos ativos da Cemig GT é menor que o valor contábil, os ativos foram classificados como mantidos para venda pelo valor nulo, sendo os reflexos reconhecidos no resultado como provisão para redução ao valor recuperável, no montante de R\$46.126.

Os ativos da Horizontes, por sua vez, apresentaram valor justo líquido das despesas de venda superior ao valor contábil, e assim, foram classificados como mantidos para venda pelo valor contábil no montante de R\$7.212, nos termos do item 15 do CPC 31, não tendo sido reconhecidos efeitos no resultado.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A Cemig GT e Horizontes continuarão operando no negócio de geração de energia. No caso da Horizontes, foi mantida a usina de Machado Mineiro, por meio da qual a investida manterá suas atividades.

Declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de JCP relativos ao exercício social de 2023 no montante de R\$163.256 a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Celebração de CCVA para alienação de Retiro Baixo e Baguari Energia pela Cemig GT

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Companhia nas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

- (i) Por R\$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no Capital Social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
- (ii) Por R\$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,38% do Capital Social total de Baguari Energia.

Os valores serão corrigidos por 100% do CDI, desde a data base de 31 de dezembro de 2022, até o seu efetivo pagamento no fechamento das transações.

As transferências das ações estão sujeitas a determinadas condições suspensivas usuais em transações desta natureza, dentre ela a autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e pela Aneel.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/IFRS 15 e, assim, sem efeitos no resultado.

UFV Três Marias S.A.

A investida UFV Três Marias irá operar a usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5 MW, localizada no município de Três Marias.

Em 2 de março e 27 de abril de 2023, a Cemig GT realizou, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital com caráter definitivo, aportes financeiros e de ativos com o objetivo de viabilizar as operações da investida, sendo R\$32.396 como aporte financeiro e R\$6.886 como aporte de ativos operacionais da usina UFV Três Marias.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretoria Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Diretoria de Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação específica

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração e Transmissão S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião com ressalvas

1. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconhecia seus investimentos, no montante de R\$ 7.412.251 mil, pelo método de equivalência patrimonial considerando as demonstrações financeiras das controladas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em desacordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, que aprovou o CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, que requer que as

investidas, que utilizam práticas contábeis diferentes daquelas adotadas pelo investidor, façam ajustes necessários para adequar suas demonstrações contábeis às práticas contábeis do investidor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a reconhecer parte de seus investimentos considerando as mesmas práticas contábeis, todavia, sem ajustar os valores correspondentes de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, que aprovou o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, o montante de R\$ 1.156.897 mil foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, decorre de exercício anteriores.

Adicionalmente, como descrito na Nota 12 e 34.d às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia possui saldo de investimentos no montante de R\$ 6.410.883 mil, onde parte de seus investimentos no montante de R\$ 1.156.897 mil foi reconhecido pelo método de equivalência patrimonial considerando as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Se a Companhia tivesse observado os requerimentos das práticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, certos elementos dos valores correspondentes apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.6 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia aplicou as alterações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE para o exercício de 2022, entretanto não reapresentou os valores correspondentes relativos aos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos em 31 de dezembro de 2021, nos montantes de R\$ 40.427 mil na rubrica de Direito de Uso e R\$ 9.637 mil e R\$ 34.289 mil na rubrica de Passivo de Arrendamento no passivo circulante e não circulante, respectivamente, e R\$ 3.849 mil na rubrica de amortização com depreciação e R\$ 4.781 mil na rubrica com juros de arrendamento, e R\$ 2.567 mil, referente a exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração e Transmissão S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 12 e 33 às demonstrações contábeis regulatórias, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota explicativa 19 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração para a escolha das premissas atuariais que são utilizadas, principalmente: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis regulatórias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliamos o desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliamos o escopo, a independência, a competência, as qualificações profissionais, as experiências e a objetividade do atuário externo contratado, para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas.- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Reconhecimento e divulgações de provisões para ações judiciais e administrativas

Veja a nota explicativa 20 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas figuram como réus em ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal, trabalhista, ambientais e regulatória, cujo reconhecimento e mensuração requer o exercício de julgamento da Companhia e de suas controladas.</p> <p>Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões, incluindo controles sobre a avaliação da Companhia sobre a probabilidade de perda dessas ações judiciais e administrativas

<p>e que o montante possa ser estimado com confiabilidade. A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações. A Companhia divulga os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos da entidade é possível.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas ao valor e à avaliação da classificação da probabilidade de perda que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos e/ou divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias.</p>	<p>e os valores que seriam pagos em caso de perda.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtivemos confirmação direta com os advogados internos e externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as informações constantes das confirmações recebidas com os registros contábeis. - Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e os montantes associados à certos processos relevantes, selecionados com base em amostragem. - Avaliamos a precisão das contingências fiscais registradas pela Companhia, bem como, comparamos, com base em amostragem, a jurisprudência existente sobre os temas em questão. - Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor e as divulgações da provisão para ações judiciais, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Societárias

A Cemig Geração e Transmissão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2023.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de abril de 2022, com modificação sobre o método de equivalência patrimonial estar mensurado por outras práticas contábeis que não aquelas estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão dos assuntos e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cemig Geração e Transmissão S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

Termo de Responsabilidade das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Cemig Geração e Transmissão S.A.

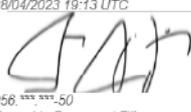
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos, sob as penas da lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.

Concessionária: Cemig Geração e Transmissão S.A.

Assinatura Eletrônica
28/04/2023 19:13 UTC



BRy
056.***-50
Reynaldo Passanezi Filho

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica
28/04/2023 17:16 UTC



BRy
617.***-20
Leonardo George de Magalhães

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações
com Investidores

Assinatura Eletrônica
28/04/2023 17:39 UTC



BRy
469.***-53
Mário Lúcio braga

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Contraladoria
CRC-MG 47.822

Assinatura Eletrônica
28/04/2023 17:15 UTC



BRy
296.***-77
José Guilherme Grigolli Martins
José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP 242451/O4

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.